

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E  
GEOCIÊNCIAS**

**OS PAPÉIS URBANOS NAS PEQUENAS CIDADES  
DA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA-RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Silvane Spolaor**

Santa Maria, RS, Brasil, 2010.

# **OS PAPÉIS URBANOS NAS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA-RS**

**por**

**Silvane Spolaor**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

**Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Sandra Ana Bolfe**

Santa Maria, RS, Brasil.  
2010.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Naturais e Exatas  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**OS PAPÉIS URBANOS NAS PEQUENAS CIDADES DA REGIÃO  
DA QUARTA COLÔNIA-RS**

Elaborada por  
**Silvane Spolaor**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Geografia**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Sandra Ana Bolfe, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Gilda Maria Cabral Benaduce, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

---

**Ângela Maria Endlich, Dr<sup>a</sup>. (UEM)**

Santa Maria, 31 de março de 2010.

*Dedico este trabalho á minha Família, especialmente ao meu pai Dari e minha mãe Ana e ao meu noivo Cléber pelo incondicional apoio.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela vida e pela oportunidade de vivenciar mais este momento.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) por proporcionar a oportunidade de cursar o Mestrado em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia de Geociências, oferecendo moradia e alimentação.

Ao Mestrado em Geografia da UFSM pela formação em nível de Pós Graduação.

À minha orientadora professora Sandra, pelo carinho e amizade e por estar me conduzindo, mais uma vez nesta pesquisa, contribuindo para minha formação profissional.

À minha família, pela dedicação e incondicional apoio durante todo tempo, ajudando a alcançar mais este ideal.

Ao Cléber pelo amor e companheirismo.

A todos os amigos e, principalmente, a amiga Kelly, pela amizade e parceria em todos os momentos.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências, que contribuíram com seus saberes e possibilitaram a minha formação em nível de mestrado.

Ao Professor João pelas correções.

A todas as pessoas que, de alguma forma ou outra, contribuíram para eu chegar até aqui.

*“Tenho pensamentos que, se pudesse revelá-los e fazê-los viver, acrescentariam nova luminosidade às estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor ao coração dos homens”.*

*(Fernando Pessoa)*

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências  
Universidade Federal de Santa Maria

Autora: SILVANE SPOLAOR

Orientadora: SANDRA ANA BOLFE

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de março de 2010, sala 1132 – prédio 17.

O presente estudo tem como área de abrangência a Região da Quarta Colônia situada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, próxima à Santa Maria/RS. Possui uma população de aproximadamente 63 mil habitantes, o que representa 0,6% da população total do Estado do Rio Grande do Sul. A antiga Quarta Colônia de imigração Italiana, denominada de Silveira Martins, foi criada em 1875, completando assim, o núcleo básico inicial da imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul. A ocupação dessa Região teve como impulso inicial a imigração italiana. Atualmente, a Região da Quarta Colônia é formada por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Destes nove, sete foram criados a partir do desmembramento da Colônia Italiana de Silveira Martins. Agudo (imigração alemã) e Restinga Seca agregaram-se à região por razões políticas e econômicas. Este trabalho de Mestrado foi desenvolvido se utilizando da área de abrangência do Plano Diretor Ambiental da Região da Quarta Colônia, fazendo uso de dados e informações do mesmo. Sendo que o município de Silveira Martins, mesmo considerado o “berço” da imigração italiana na Região, não está inserido no planejamento proposto pelo Plano Diretor Ambiental, por motivos políticos e econômicos. Na região da Quarta Colônia, o cenário pitoresco que contempla as paisagens caracterizadas pelo relevo acidentado, pelas construções antigas e pelo modo de vida baseado em costumes e crenças, bem como laços de proximidade, servem de referência para uma releitura dos modos de vida, dos saberes e fazeres dessas pequenas cidades. Entre as características gerais das pequenas estudadas destacam-se: predomínio da função residencial; pouca diversidade comercial e de serviços; as relações pessoais são bastante estreitas, com elevado grau de conhecimento entre os moradores; as praças são locais de encontros da população e espaços de lazer; os deslocamentos no interior da cidade são realizados a pé, devido às curtas distâncias. Nessas cidades a religiosidade é algo muito presente o que pode ser comprovado pela considerável presença de igrejas; a existência de um modo de vida urbano coexistindo com traços do modo de vida rural e, por fim, a tranquilidade existente e poucos problemas relativos à falta de segurança. Nesse contexto, os municípios da Região da Quarta Colônia possuem potencialidades naturais, vocações e aptidões ainda inexploradas que podem acrescentar no crescimento socioeconômico. Sendo que, as ações dos gestores públicos e as políticas públicas podem contribuir para esse crescimento.

Palavras – chave: Quarta Colônia; Pequenas Cidades; Papéis Urbanos; Rural.

## **ABSTRACT**

**Master Degree Dissertation  
Post-Graduation Program in Geography and Geosciences  
Federal University of Santa Maria  
THE URBAN ROLES OF SMALL TOWNS OF QUARTA COLÔNIA REGION  
Author: SILVANE SPOLAOR  
Advisor: SANDRA ANA BOLFE  
Date and Location of Defense: Santa Maria, 31, March, 2010.  
room 1132, building 17.**

This present study discusses Quarta Colônia Region (Fourth Colony Region), localized in central area of Rio Grande do Sul state, Brazil, near Santa Maria/RS. Quarta Colônia has a population of about 63 thousand habitants which represents 0,6% of the total population of Rio Grande do Sul. The ancient Quarta Colônia of Italian immigration, named Silveira Martins, was founded in 1875, completing therefore the initial basic centre of Italian immigration in Rio Grande do Sul. The occupation of this region had as initial impulse the Italian immigration. Nowadays Quarta Colônia Region is composed by nine towns: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Agudo (Germain immigration) and Restinga Seca are added to the region for political and economic reasons. This Master work was developed using the coverage area of Plano Diretor Ambiental da Região da Quarta Colônia (Environment Director Plan of Forth Colony Region), making use of its data and information. The city of Silveira Martins, even known as the place of origin of Italian immigration, is not included in the planning proposed by Plano Diretor Ambiental because of political and economic reasons. In Quarta Colônia region the picturesque scenery, that includes landscapes characterized by rugged relief, by old buildings and by the way of life based on traditions and beliefs, as well as close ties, is reference for a review of the way of life, of learning and doing of their small towns. Among the general characteristics of these studied towns stand out: predominance of residential function; little commercial and service diversity; interpersonal relationships are very narrow, with high degree of knowledge among citizens; squares are meeting places of population and also are places of recreation; shifts within the city are made on foot, due to short distances. In these towns the religiosity is very present, fact that can be confirmed by the significant presence of churches; the existence of an urban way of life, co-existing with some rural way of life and finally, the existing tranquility and little problems related to lack of security. In this context, the towns of Quarta Colônia region have natural potentialities, talents and aptitudes still unexplored which may add in its socioeconomic growth, supported by actions of public officials and public policy.

Keywords – Quarta Colônia; Small towns; Urban roles; Rural.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Localização Geográfica da Região da Quarta Colônia, RS – Brasil. ....	17
Figura 2: Vale encaixado, paisagem característica da Região da Quarta Colônia, município de.....	21
Figura 3: Mapa do desenvolvimento Socioeconômico Bloco Educação por município ano de 2004. ....	41
Figura 4: Gráfico do IDESE dos municípios da Quarta Colônia, ano de 2005. ....	42
Figura 5: Saneamento domicílios, bloco IDESE, 2005.....	43
Figura 6: Mapa do índice de Desenvolvimento socioeconômico bloco saneamento por município, 2004.....	44
Figura 7: Gráfico dos domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água – 2000. ....	45
Figura 8: Gráfico do percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral .....	46
Figura 9: Gráfico do bloco saúde nos municípios da Quarta Colônia, IDESE, 2005. ....	46
Figura 10: Mapa da taxa de mortalidade infantil por município, média, 2001-2003. ....	52
Figura 11: Gráfico das Matrículas no Ensino Fundamental do RS, por dependência administrativa – 2005. ....	55
Figura 12: Gráfico das matrículas no Ensino Médio do RS, por dependência administrativa – 2000. ....	57
Figura 13: Gráfico da população por domicílio – rural e urbana nos municípios da Quarta Colônia. ....	79
Figura 14: Plantação de milho – centro da Cidade de Dona Francisca.....	81
Figura 15: Plantação de feijão – centro da Cidade de Dona Francisca.....	81
Figura 16: Uso do Solo Urbano do município de Agudo. ....	95
Figura 17: Mapa Temático Uso do Solo Dona Francisca .....	104
Figura 18: Mapa com zoneamento de atividades no perímetro urbano do município de Faxinal do Soturno. ....	112
Figura 19: Mapa de uso do solo urbano do município de Ivorá.....	119
Figura 20: Mosteiro dos Monges Cartuxos, município de Ivorá.....	121
Figura 21: Avenida Garibaldi, cidade de Ivorá.....	122
Figura 22: Mapa de Usos do Solo Urbano do Município de Nova Palma – RS.....	126
Figura 23: Mapa de estrutura fundiária da cidade de Restinga Seca.....	136
Figura 24: Mapa de uso do solo urbano do município de Pinhal Grande.....	144
Figura 25: Represa da barragem de Itaúba, Pinhal Grande.....	146
Figura 26: Uso do solo da cidade de São João do Polêsine. ....	155

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Municípios da Quarta Colônia. Percentagem (%) em relação à população total dos municípios e a taxa de crescimento anual no período de 1996 á 2000. ....	38
Tabela 2 - Municípios da Quarta Colônia. Número de homens e mulheres, 2006. ...	39
Tabela 3 - Municípios da Quarta Colônia. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), FEE, 2004, 2005. ....	40
Tabela 4- Municípios da Quarta Colônia. População total e número de leitos por mil habitantes. ....	48
Tabela 5 - Municípios da Quarta Colônia. Expectativa de vida ao nascer. ....	50
Tabela 6 - Municípios da Quarta Colônia. Coeficiente de mortalidade infantil nos anos de 2003, 2005, 2007. ....	51
Tabela 7 - Municípios da Quarta Colônia. Taxa de analfabetismo, 2000. ....	54
Tabela 8- Municípios da Quarta Colônia. Número de matrículas e professores no ensino fundamental e o número de alunos por professores, 2007. ....	55
Tabela 9 - Municípios da Quarta Colônia. Número de matrículas e professores no ensino médio e o número de alunos por professores, 2007. ....	57
Tabela 11 - Municípios da Quarta Colônia. Grau de urbanização. ....	80

## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A - Questionário aplicado à população dos municípios da Quarta Colônia.....	175
Apêndice B - Formulário enviado as secretarias dos municípios da Quarta Colônia.....	185
Apêndice C - Tabela com os bens e serviços das cidades da Quarta Colônia.....	190

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO REGIONAL DA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA</b> .....	<b>21</b>
<b>1.1 Histórico de formação dos municípios da Região da Quarta Colônia</b> .....	<b>22</b>
1.1.1 A Imigração alemã na Quarta Colônia .....	23
1.1.2 A imigração Italiana e a formação da Região da Quarta Colônia .....	26
<b>1.2 A Região da Quarta Colônia: história e política de integração</b> .....	<b>31</b>
1.2.1 A área piloto da reserva da biosfera da Mata Atlântica presente na região da Quarta Colônia .....	33
1.2.2 A criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS .....	35
<b>1.3 Aspectos populacionais da Região da Quarta Colônia</b> .....	<b>37</b>
1.3.1 Abastecimento de água e esgoto sanitário .....	42
1.3.2 Indicadores de Saúde .....	46
1.3.3 Expectativa de vida .....	48
1.3.4 Mortalidade infantil .....	50
<b>1.4 Aspectos Educacionais dos municípios da Quarta Colônia</b> .....	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 2 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>59</b>
<b>2.1 Procedimentos teórico-metodológicos</b> .....	<b>59</b>
<b>2.2 Os trabalhos de campo</b> .....	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA GEOGRAFIA URBANA</b> .....	<b>66</b>
<b>3.1 Entendendo o significado de cidade e de urbano</b> .....	<b>66</b>
<b>3.2 A diferenciação cidade-campo: A questão das pequenas cidades</b> .....	<b>68</b>
<b>3.3 A Região</b> .....	<b>74</b>
<b>3.4 O processo de urbanização e a formação da rede urbana</b> .....	<b>78</b>
3.5 Rede urbana e as pequenas cidades .....	85
<b>CAPÍTULO 4 OS PAPÉIS E OS SIGNIFICADOS DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA</b> .....	<b>66</b>
<b>4.1 O tempo/espço urbanos: o papel da cidade de Agudo na Região</b> .....	<b>91</b>
4.1.1 O sítio urbano de Agudo .....	91
4.1.2 Formação histórica e o papel da cidade de Agudo na Região .....	96
<b>4.2 O tempo/espço urbano: o papel da cidade de Dona Francisca na Região</b> .....	<b>101</b>
4.2.1 O sítio de Dona Francisca .....	101

4.2.2	Formação histórica e o papel da cidade Dona Francisca na Região ...	105
	<b>4.3 O tempo/espaco urbano: o papel da cidade de Faxinal do Soturno na Região.....</b>	<b>109</b>
4.3.1	O sítio urbano de Faxinal do Soturno .....	109
4.3.2	Formação histórica e o papel da cidade de Faxinal do Soturno na Região .....	113
	<b>4.4 O tempo/espaco urbano: o papel da cidade de Ivorá na Região .</b>	<b>117</b>
4.4.1	O sítio urbano de Ivorá .....	117
4.4.2	Formação história e o papel da cidade de Ivorá na Região .....	122
	<b>4.5 O tempo/espaco urbano: o papel da cidade de Nova Palma.....</b>	<b>124</b>
4.5.1	O sítio urbano de Nova Palma.....	124
4.5.2	Formação histórica e o papel da cidade de Nova Palma na Região....	129
	<b>4.6 O tempo/espaco urbano: o papel da cidade de Restinga Seca... </b>	<b>132</b>
4.6.1	O sítio urbano de Restinga Seca .....	132
	<b>4.7 O tempo/espaco urbano: o papel da cidade de Pinhal Grande na Região.....</b>	<b>142</b>
4.7.1	O sítio urbano de Pinhal Grande.....	142
4.7.2	Formação histórica e o papel da cidade de Pinhal Grande na Região	147
	<b>4.8 O tempo/espaco urbano: o papel da cidade de São João do Polêsine na Região .....</b>	<b>152</b>
4.8.1	O sítio urbano de São João do Polêsine.....	152
4.8.2	Formação histórica e o papel da cidade de São João do Polêsine na Região .....	156
	<b>4.9 Significando a pequena cidade da Região da Quarta Colônia.....</b>	<b>159</b>
	<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>165</b>
	<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>168</b>
	<b>7. APENDICÊS.....</b>	<b>174</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, na área de concentração Sociedade e Meio Ambiente, em nível de Mestrado, traz a temática “Os papéis urbanos nas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia”, estado do Rio Grande do Sul.

A urbanização é uma realidade mundial, onde as dinâmicas espaciais acontecem rapidamente, cujos espaços urbanos estão em constante processo de estruturação e reestruturação.

Diante de uma sociedade eminentemente urbana, a formação das cidades, assim como a sua estruturação exige novos estudos que auxiliem na qualidade desta de um modo geral.

A problemática da pesquisa reside na busca do que a Região da Quarta Colônia representa, já que vem buscando uma formação e consolidação enquanto Região, sendo que, o entendimento dos processos que lhe deram conteúdo merecem ser investigados.

Ainda nessa temática se insere a complexidade das funções desempenhadas pelas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia - Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins, sendo que esse último município não se inseriu no planejamento Regional, Plano Diretor Ambiental, não sendo estudado na presente pesquisa - as quais são dadas pela própria demanda da sua população, e que acabam transformadas ou atraindo outras funções dentro da estrutura urbano/regional.

Para essa pesquisa adotou-se, inicialmente, o critério demográfico para estudar as pequenas cidades, cujos municípios têm população de até 20.000 habitantes. Ressalta-se que esse não deve ser o único fator adotado na análise desses espaços. Faz-se necessário, uma análise em conjunto com as demais características e particularidades encontradas nas cidades, atentando-se para outros fatores como, as relações socioeconômicas existentes, o modo de vida, as funções que exercem para população local, o entorno rural, as demandas e as

necessidades locais dentro de um contexto regional. Nesse sentido, Santos (1981) fala das pequenas cidades,

[...] a célula-máter que atende às necessidades de uma população; tais necessidades variam em função da densidade demográfica, das comunicações e da economia da região, bem como do comportamento sócio-econômico de seus habitantes. Porém, cada uma dessas cidades constitui um caso específico quando se leva em conta sua função principal (SANTOS, 1981, p. 15).

Neste trabalho, toma-se como área de abrangência da pesquisa o espaço urbano/regional da Quarta Colônia e tem como objeto de estudo das cidades que abrangem a Região da Quarta Colônia e as relações que estabelecem entre si e com os outros municípios. A pesquisa foi embasada na construção teórico-metodológica das categorias de análise do espaço urbano e regional; pelo levantamento de dados e informações que foram adquiridos nas pesquisas de campo e pelas análises, interpretações, reflexões e explicações desse espaço.

Santos (1988, p.46) esclarece que “as cidades pequenas ou grandes, enquanto lugares são singulares e uma situação não é semelhante à outra, e cada lugar combina de maneira particular, variáveis que podem ser comuns a vários lugares”. Considera ainda, a importância do contexto regional, no qual tais cidades estão inseridas, já que o espaço urbano é (re) produzido tanto em função das relações intraurbanas, quanto em função das relações interurbanas.

As inquietações a cerca do tema surgiram devido ao tamanho populacional, das cidades que compõem os municípios da Região da Quarta Colônia, e que nos faz pensar que espaço urbano é esse? Outra questão, as cidades da Quarta Colônia cumprem o papel urbano de fornecer bens e serviços para a sua população?

O espaço urbano é caracterizado, entre outros fatores, pelo processo de transformação ser muito dinâmico. Frente à observação de uma sociedade que se anuncia eminentemente urbana de rápidas transformações, decorridas do processo de urbanização, os municípios da Quarta Colônia estão inseridos neste processo?

Diante dessas preocupações e dos propósitos da pesquisa, elaboraram-se os seguintes objetivos, os quais nortearam o seu desenvolvimento:

**Objetivo Geral:**

\_Identificar os papéis urbanos das pequenas cidades que fazem parte da Região da Quarta Colônia, a composição do espaço urbano dos seus municípios, analisando suas relações com o espaço regional;

**Objetivos específicos:**

\_Analisar o processo de ocupação do espaço urbano das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia;

\_Levantar e sistematizar os bens e serviços que cada pequena cidade oferece;

\_Analisar os papéis urbanos das cidades da Região da Quarta Colônia, bem como o processo de urbanização e suas conseqüências tanto em âmbito local como regional;

Esses objetivos permitiram determinar os papéis urbanos das cidade ou até mesmo da Região, os quais perpassam pela leitura das suas conexões com o mundo exterior, com os fluxos existentes no/do seu território. Nesse sentido, a Região da Quarta Colônia situa-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, próxima ao município de Santa Maria. Possui uma população de aproximadamente 63 mil habitantes, o que representa 0,6% da população total do Estado do Rio Grande do Sul. Na figura 1 observa-se o mapa de localização da Região da Quarta Colônia.



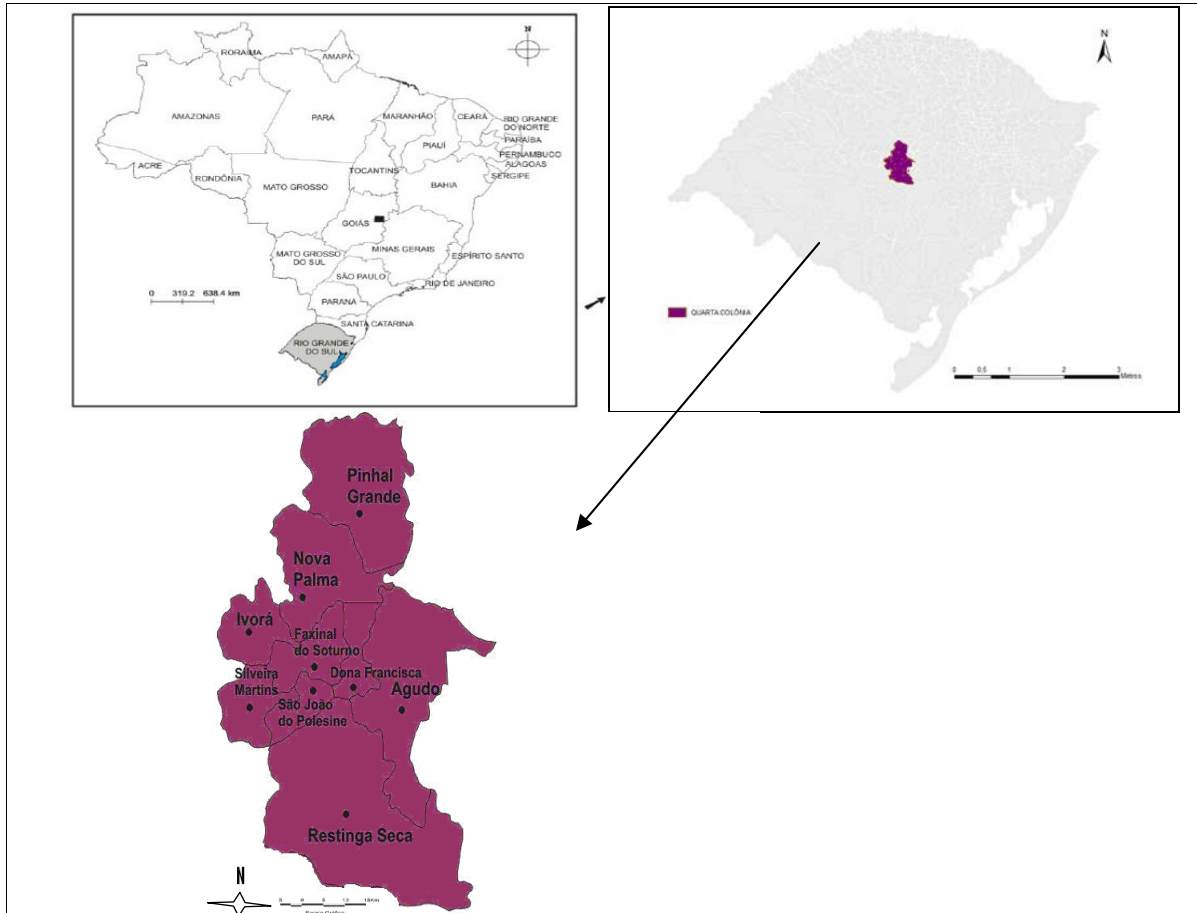


Figura 1: Mapa de Localização Geográfica da Região da Quarta Colônia, RS – Brasil.  
 Fonte: FEE (2008); Equipe do Plano Diretor Ambiental da Região da Quarta Colônia.  
 Org.: SPOLAOR, S.

A antiga Quarta Colônia de imigração Italiana, denominada de Silveira Martins, foi criada em 1875, completando assim, o núcleo básico inicial da imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul (Lando; Barros, 1980). A ocupação inicial com os imigrantes europeus nessa região deu-se com os italianos.

Atualmente, a Região da Quarta Colônia é formada por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Destes nove, sete foram criados a partir do desmembramento da Quarta Colônia Italiana de Silveira Martins sendo que os municípios de Agudo (imigração alemã) e o de Restinga Seca agregaram-se à região por razões políticas e econômicas.

Nesse sentido, em conexão com as novas tendências do mercado consumidor, voltado para o consumo de bens e serviços com características particulares, os municípios da região central do Rio Grande do Sul, optaram por mover esforços, se utilizando de seus recursos naturais, sociais e culturais como

estratégia de desenvolvimento. Respaldados em uma perspectiva relacional, a valorização do patrimônio cultural e natural, que possibilitou a construção de uma identidade territorial e o fortalecimento do capital social, elementos importantes para a construção de uma dinâmica territorial própria, que procura enfatizar a potencialidade específica do local em relação ao global.

Esta pesquisa de Mestrado foi desenvolvida se utilizando da área de abrangência do Plano Diretor Ambiental da Região da Quarta Colônia, no qual a mestrande e sua orientadora fizeram parte da equipe da Geografia, aproveitando dados e informações do mesmo. Sendo que o município de Silveira Martins, mesmo considerado o “berço” da imigração italiana na Região, não está inserido no planejamento proposto pelo Plano Diretor Ambiental da Região da Quarta Colônia, por motivos políticos e econômicos.

A origem da atual formação econômica da região pode ser encontrada no modo de ocupação do território. Esta se deu através da colonização, onde eram demarcados lotes para serem ocupados pelos colonos, com tamanho médio de 25 ha. Atualmente o tamanho médio das propriedades na região é de aproximadamente 28 ha., caracterizada pela pequena propriedade rural e pelo baixo grau de industrialização.

Na Itália, as atividades sociais estavam centradas na igreja e, quando chegaram ao Rio Grande do Sul, com a impossibilidade de encontrarem uma organização religiosa já estruturada, trataram de criar a sua. As famílias mais próximas uniam-se para a construção da capela, que passava a ser o ponto de encontro nos fins de semana e o centro da vida social. Desse modo, normalmente, os povoados desenvolviam-se ao redor da capela, sendo forte a religiosidade. Na atualidade, o legado cultural da região vem sendo explorado pelo turismo, como forma de valorizar os costumes e tradições e mantê-los vivos através das gerações.

A evolução municipal da região demorou a ser concretizada e se deu de forma dispersa, se comparada com as demais colônias italianas do Estado do Rio Grande do Sul, que conseguiram suas emancipações ainda no final do século XIX, percebe-se que na Quarta Colônia este processo foi mais difícil. Vários fatores foram decisivos, visto que havia muita disputa entre as localidades (antigos núcleos - colônias) para serem a sede do futuro município. O que ocorreu na região é que, ao contrário das outras colônias, a Quarta Colônia não conseguiu manter seu território

unificado, resultando nos sete municípios que constituem a região (sem levar em consideração Agudo e Restinga Seca).

Na ex-colônia italiana de Silveira Martins, as primeiras emancipações ocorreram somente em 1959 (Faxinal do Soturno, Agudo e Restinga Seca), e os últimos municípios a emanciparem-se foram São João do Polêsine e Pinhal Grande, em 1992. O processo de emancipação da região ocorreu de forma pouco dinâmica, levando mais de trinta anos para se concretizar.

Na Região da Quarta Colônia, observa-se um gradativo crescimento da população urbana em relação ao rural e áreas urbanas pouco adensadas. As inquietações a cerca do tema surgiram inicialmente pela quantidade da população das cidades que compõem os municípios dessa Região que varia de 796 habitantes na cidade de Ivorá a 10.018 habitantes na cidade de Restinga Seca (FEE, 2008), proporcionando a reflexão de como é composto o seu espaço urbano.

Além disso, outra questão refere-se ao cumprimento dessas cidades do papel urbano de fornecer bens e serviços para a sua população. Sabe-se que o espaço urbano é caracterizado pelo processo de transformação ser muito dinâmico, assim, busca-se entender a inserção desses municípios no processo de urbanização que vem ocorrendo no Brasil. Nesse sentido é preciso identificar os papéis urbanos desempenhados pelas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia.

A Geografia Urbana estuda o espaço urbano, efetua as análises do seu meio e da sociedade, aprendendo sua dinâmica, seus problemas e contribuindo, a partir da visão geográfica, com subsídios para o planejamento urbano. Os problemas urbanos são preocupações importantes para a ciência geográfica. O estudo de áreas urbanas, sua dinâmica, seus conflitos e articulações revelam-se fundamental para a compreensão do espaço geográfico com um todo (Bolfe, 2003).

Ao contrário do que se pressupõe, as cidades pequenas apresentam, muitas vezes, problemas ambientais e sociais típicos de cidades maiores, mas, acredita-se que se pode evitar que elas trilhem os mesmos caminhos de “crescimento” e “desenvolvimento” das grandes concentrações urbanas. Pois, as cidades pequenas apresentam possibilidades de oferecer um bom nível de vida para seus habitantes, desde que comecem a ser encaradas pelo poder público como objeto de planejamento.

Sendo assim, a interpretação dos papéis urbanos das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia, torna-se importante, no sentido de auxiliar e ordenar

mudanças capazes de melhorar as condições de vida da população, fornecendo subsídios para os planejadores melhor pensarem o espaço urbano, podendo rever, muitas vezes, o quadro de exclusão do acesso à infraestrutura e evitando problemas futuros nessas pequenas cidades.

A proposta de trabalho é identificar os papéis urbanos das pequenas cidades que fazem parte da Região da Quarta Colônia, a composição do espaço urbano dos seus municípios, analisando suas relações com o espaço regional.

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, o mesmo foi dividido em quatro segmentos ou capítulos.

No capítulo 1, O Espaço regional da Região da Quarta Colônia, buscamos apresentar alguns aspectos como: Histórico de formação dos municípios da Região da Quarta Colônia; a Região da Quarta Colônia: história e política de integração; aspectos populacionais da Região da Quarta Colônia; indicadores de Saúde; aspectos educacionais dos municípios da Quarta Colônia.

O capítulo 2, Metodologia da Pesquisa, trata dos procedimentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa, os quais buscam caminhos e técnicas tomados no decorrer da investigação do objeto de estudo.

O capítulo 3, Alguns Pressupostos Teórico-Conceituais da Geografia Urbana, com reflexões fundamentadas nos autores que estão frente ao debate e das discussões a respeito dos temas que envolvem o projeto de pesquisa.

O capítulo 4, Os Papéis e Os Significados do Espaço Urbano Na Região da Quarta Colônia, objetivou compreender a Geografia urbana da Região da Quarta Colônia, a partir de dados e informações geográficos que envolvem o sítio urbano, histórico e significado das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia, dados pela análise e interpretação dos questionários e demais informações que foram tabuladas e analisadas pelas demais equipes que compõem o Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

## CAPÍTULO 1 O ESPAÇO REGIONAL DA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA

A Região da Quarta Colônia está localizada na Região Central do Rio Grande do Sul, no extremo Sul do Brasil, e está situada entre os Campos da Depressão Periférica Gaúcha e os Campos do Planalto Médio, Bacia do rio Jacuí. Possui Latitude Sul de 29° 09' 15,39" e 29° 58' 37,68" e Latitude Oeste: 53° 1' 53" e 53° 55' 12"

O ponto mais alto da região está situado no município de Agudo, á 600m do nível do mar, e o mais baixo 40m no município de Restinga Seca.

Na figura 2 pode ser visto uma paisagem característica da Região da Quarta Colônia.



Figura 2: Vale encaixado, paisagem característica da Região da Quarta Colônia, município de Nova Palma.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Esta região preserva sítios paleontológicos de grande relevância científica, sendo neles encontrados fósseis de vertebrados e botânicos do período Triássico,

Médio e Superior. A Região da Quarta Colônia é área prioritária da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, preservando importantes fragmentos da Floresta Estacional Decidual e de uma riquíssima fauna. A calha do Rio Jacuí, que percorre extensas áreas dessa Região, é rica em sítios arqueológicos de tradições indígenas. A sua população preserva, nas suas mais diferentes manifestações, falas, hábitos costumes, artesanato, gastronomia e as referências vivas das culturas de portugueses, afro-descendentes, imigrantes alemães e italianos.

Essas marcas, materiais e imateriais, constituem um patrimônio que, na sua diversidade e biodiversidade, dá sentido às formas de viver, ser e fazer do seu povo.

O conhecimento de cada município e o sentido do seu espaço urbano/regional é importante como subsídio ao planejamento, desenvolvimento regional e aos diversos setores da administração pública e privada de sua sociedade.

E para o alcance desse conhecimento, como possibilidade de análise urbano/regional, tem-se o levantamento de dados e informações sobre o espaço geográfico da Região da Quarta Colônia, suas relações socioespaciais, as quais incluem o espaço socioeconômico, histórico, ambiental e cultural.

Neste capítulo apresentou-se o histórico de formação da Região da Quarta Colônia, dados inicialmente pela colonização alemã e italiana. Ainda foi discutida a história e política de integração dos municípios. Também foram apresentados os aspectos socioeconômicos da Região da Quarta Colônia como saúde e educação.

## **1.1 Histórico de formação dos municípios da Região da Quarta Colônia**

A morfologia da região da Quarta Colônia é um dos aspectos importantes para o entendimento do processo de povoamento do Rio Grande do Sul.

[...] Dividindo o estado ao meio, ela serve de via de ligação entre a planície costeira e o interior, mas também assinala a transição entre a zona serrana ao Norte e as planícies e coxilhas ao Sul. Zona de contrastes entre paisagens geográficas tão distintas, a Depressão central é também, do ponto de vista arqueológico, uma zona fronteira de contatos culturais. Esta paisagem de contrastes, tão rica em sítios

arqueológicos (e paleontológicos), coloca problemas de extrema complexidade relacionados aos processos de contato entre grupos que a povoaram ou que por ela migraram e aos processos de adaptação ecológica sócio-cultural” (KERN, 1997 apud ITAQUI, 2002, p. 19).

Segundo Itaquí (2002) desde o início do período Holoceno, as populações pré-históricas parecem já habitar a região. Segundo estudos, foram encontrados vestígios arqueológicos como artefatos líticos, pré-cerâmico e cerâmico, com datações de 8.000 mil anos (a.C.), das tradições Humaitá, Vieira e Tupiguarani, (Werlang, 1995).

O tratado de Madri de 1750 acelerou a ocupação da Região Central Gaúcha com a chegada dos soldados e equipes de demarcação da fronteira entre os impérios de Portugal e Espanha. Foi este processo que originou o município de Cachoeira do Sul, oficialmente criado em cinco de agosto de 1820, (Schumacher; San Martin ,1991 apud ITAQUI, 2002).

Em 28 de outubro de 1848, foi promulgada a lei geral de nº. 514, que permitiu ao governo imperial conceder às províncias terras necessárias para promover a colonização. Essa lei cedeu, a cada província, 26 léguas quadradas (uma légua: 6.600m, antiga unidade de medida no Brasil) de terras devolutas. A lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, suprimiu a concessão gratuita de lotes aos imigrantes e decidiu que a compra seria o único meio de se obter título de posse da terra (Itaquí, 2002).

A formação histórica da Região da Quarta Colônia foi constituída por diferentes grupos étnicos, entre eles os nativos da região, os africanos, os europeus como os portugueses, alemães e italianos, destacando-se o predomínio destes últimos. Assim, é importante conhecermos a história do processo de povoamento dado por esses grupos na organização do espaço geográfico, seu ambiente e sua cultura.

### 1.1.1 A Imigração alemã na Quarta Colônia

A vinda de imigrantes alemães para o Brasil se deve principalmente às transformações agrícolas e demográficas ocorridas na Alemanha. Esses imigrantes,

geralmente eram trabalhadores pobres, agricultores, expulsos pelas transformações econômicas e sociais pelas quais passava a Alemanha. A decadência da estrutura feudal e o processo de industrialização motivaram a busca de melhores condições em outros países. As terras não comportavam mais o número de pessoas que dela procuravam sobreviver, o que veio a coincidir com os interesses do Brasil de colonizar áreas devolutas, e suprir de mão-de-obra a agricultura. Aqui se dedicaram à produção de gêneros de primeira necessidade, não oferecendo concorrência a grande propriedade latifundiária.

Na Alemanha, no início do século XIX, a industrialização teve um grande impulso, necessitando de mão-de-obra especializada, o que causou a ruína de muitos artesãos e trabalhadores da indústria doméstica, formando uma grande quantidade de mão-de-obra assalariada para a indústria que ia se fortalecendo, (Bruch, 2008).

Como consequência do surgimento de novos maquinários, houve o aumento de produtividade no campo junto à diminuição de mão-de-obra, causando o desemprego de camponeses. Considerando ainda que a Alemanha passava por uma desintegração de sua estrutura feudal, muitos camponeses, que eram servos, ficaram sem o trabalho e sem o direito de morar nas terras. Sem a terra para viver, migravam para as cidades e somavam-se aos proletariados. Além disso, acontecia um grande crescimento populacional na Alemanha (Bruch, 2008).

Em decorrência das crises e das grandes mudanças políticas e sociais ocorridas na Europa, principalmente na Alemanha e Itália, vieram para o Brasil um grande contingente de imigrantes.

A imigração alemã passou por dois momentos distintos: um deles refere-se ao “atraso em que se encontrava a Alemanha em relação à Revolução Industrial”, enquanto o outro, ao “excedente populacional advindo do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico e das crises de conjuntura econômica” nos reinos alemães da época (Lando; Barros, 1980, p.15).

Durante o período provincial, foi promulgada uma série de leis tentando adequar as necessidades da Província à política imigratória imperial. Lando; Barros (1980) ressaltam que,

Os imigrantes que se dirigiam para o Rio Grande do Sul eram atraídos por uma política governamental que pretendia, fixando-os a terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno.



Localizavam-se próximos de um centro urbano, mas suficientemente distantes das áreas da grande propriedade, de modo a não representar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica". O marco da colonização alemã no Rio Grande do Sul é o ano de 1824, quando é fundada a primeira colônia e hoje município de São Leopoldo. A partir daí, muitos outros núcleos foram criados, inclusive pela migração de muitos destes colonos para outras áreas do Estado" (LANDO; BARROS, 1980, p. 19) .

No Ano de 1855 o Governo Provincial criou a Colônia Santo Ângelo, (atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul, parte de Dona Francisca, e de Cachoeira do Sul), "foi organizada pelo governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com o apoio do Império. O nome dado a Colônia Santo Ângelo foi uma homenagem ao seu fundador Ângelo Muniz Ferraz, então Presidente da Província", (Werlang, 1995, p. 47).

Apenas no dia 1º de novembro de 1857, os primeiros imigrantes alemães chegaram a Cerro Chato, atual município de Agudo, na margem esquerda do Rio Jacuí, (Werlang, 1995).

Segundo Werlang (1995), o Presidente da Província nomeou para todas as suas colônias um diretor, delegado da administração central. A Colônia Santo Ângelo, teve dois diretores até sua emancipação em 1882, Floriano Zurowski (diretor de outubro a dezembro de 1857) e o Barão Von Kahlden (diretor de 19 de dezembro de 1857 a 1882) e novamente o Barão Von Kahlden, como administrador (1882 a 1885). Em 1878, o território da Colônia Santo Ângelo abrangia uma área de aproximadamente 400 Km², sendo medidas 481 colônias e 371 ocupadas. A demarcação das terras devolutas abarcou o território situado à margem esquerda do Rio Jacuí e, em sua fase final, à margem direita, que foi posteriormente incorporado à Colônia de Silveira Martins (Quarta Colônia).

Na década de 1870, iniciou-se a medição da Linha dos Pomeranos, Linha Boêmia e Linha São Pedro. Em 1875 foram demarcadas novas colônias particulares para imigrantes alemães e descendentes, originários da Colônia Santo Ângelo (Werlang, 1995).

Os lotes coloniais foram demarcados na região do atual município de Cerro Branco, e em sua expansão atingiram as terras do Novo Cabrais. Uma parte da chamada Estrada do Cortado (atual Cerro Branco), na década de 1880, também fazia parte do território da Colônia Santo Ângelo (Werlang, 1995).

Na década de 1880, começou a medição do grande complexo de terras situadas na margem direita do Jacuí e até maio de 1881, foram medidas 100 parcelas em três linhas (atuais Linhas Formoso e Trombudo em Dona Francisca e Linha Ávila ou Caemborá em Nova Palma). Na Picada do Rio, foi construído o quarto galpão de recebimento de imigrantes numa propriedade particular. Entre 1857 e 1881, foram abertas as seguintes picadas e linhas: Picada do Rio, Morro Pelado, Linha Nova, leste do Morro Agudo, Linha Neri, Travessão do Paraíso, Linha Sinimbu, Linha Brasileira, Linha Contenda, Linha Patrício, Linha Marcondes, Linha dos Pomeranos, Travessão Central Norte e Sul, Cortado, Boêmia, São Pedro, Ávila, Formoso e Trombudo (Ibid., 1995).

No dia 4 de setembro de 1885, a Câmara Municipal de Cachoeira do Sul dividiu a Colônia Santo Ângelo "em seis grandes complexos de acordo com a Lei nº 1.433, de janeiro de 1884, para arrecadação do imposto colonial". Neste momento, foi extinta a unidade e autonomia da Colônia Santo Ângelo. A partir desta data, Santo Ângelo deixou de existir, surgindo em seu lugar distritos que deram origem com o passar dos anos, aos municípios de Agudo, Paraíso, Cerro Branco e Dona Francisca se emancipando de Cachoeira do Sul, tornando-se municípios (Ibid., 1995, p. 69).

### 1.1.2 A imigração Italiana e a formação da Região da Quarta Colônia

A Itália enfrentou sérios problemas políticos durante a segunda metade do séc. XIX. Após a queda de Napoleão, a Itália, que estivera praticamente reunificada sob o domínio francês, fragmentava-se com o Congresso de Viena. Nesse momento, tem início o processo de unificação, resultando em guerras, tornando principalmente a situação do Norte da Itália muito difícil, (Lando; Barros, 1980).

Na Itália ocorria ainda uma disputa entre o Norte, já familiarizado com a Europa Central em relação ao resto do continente e o Sul, mais atrasado. Diante deste contexto, surgiram várias facções políticas disputando o poder e, agravando a situação, durante a segunda metade do séc. XIX soma-se como consequência uma grave crise econômica de falta de capitais.

A Itália, após o processo de unificação entre o Norte e o Sul, continuou sendo um país voltado para a agricultura, com relações sociais atrasadas que dificultavam, em parte, o seu desenvolvimento econômico, o que levava a sua população à miséria e a fome, (Lando; Barros, 1980).

Neste contexto, os pequenos agricultores italianos não conseguiram uma produção suficiente para sustentar suas famílias, em sua maioria numerosa. Tinha-se ainda o fato de as indústrias, instaladas em maior número no Norte da Itália, não conseguirem absorver toda mão de obra disponível.

Assim, os agricultores viram a emigração para a América uma solução para seus problemas. Era inegável a necessidade de uma emigração definitiva e permanente, não apenas por terras européias, mas para terras longínquas, notadamente o Brasil e toda América, (Righi et al, 2001).

Uma das dificuldades enfrentadas pelo Brasil na metade do séc. XIX era a falta de mão de obra, problema gerado com a extinção do tráfico negreiro da África. Nessa época, considerando a política imperial de colonização e imigração, segundo a lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre o aproveitamento das terras devolutas do império, fixando diretrizes, tanto para legalização das sesmarias já existentes, como para a estruturação das colônias para nacionais e estrangeiros, passa a ser tratada como mercadoria e não mais como *status* social, (Lando; Barros, 1980). Assim, a partir da promulgação da lei, as terras só poderiam ser adquiridas através da compra.

O Brasil, neste contexto, se estruturou no regulamento de leis e decretos, visando à preparação para a vinda dos imigrantes com preocupações na venda dos lotes, na recepção, no transporte e na distribuição desses imigrantes.

Segundo De Boni e Costa (1984), o processo de emigração italiana pode ser apresentado como uma verdadeira indústria, “a Indústria da Imigração”, pois trouxe divisas de variadas formas e livrou o país de milhões de deserdados.

A política imperial de colonização financiava a imigração, no entanto passava a depender do lucro gerado pela venda das terras aos colonos. É nesta dependência que se explica a preferência do colono europeu, como comprador de terras, ao nacional, considerado menos eficiente do que o estrangeiro. Há ainda autores que afirmam que não foi tanto a necessidade de mão-de-obra, como o racismo que determinaram a busca por imigrantes, (Lando; Barros, 1980).

No Rio Grande do Sul a imigração italiana ocorreu no último quartel do século XIX, com objetivo de completar o povoamento da Província, considerando que os alemães já haviam se estabelecido na região.

No início do século XIX, a Província Rio-Grandense vivenciava um período de prosperidade econômica, ligada às atividades de agropecuária, especialmente as charqueadas. Deve-se considerar também que o trigo era importante fator de riquezas no século XVIII, cuja produção se intensificou com a vinda dos açorianos. Entretanto, a produção decaiu por causa do abandono de lavouras, agravando a situação visto que o número reduzido de população era insuficiente para aumentar a produção agrícola (Ibid., 1980).

Assim, para o necessário aumento da produção agrícola foi reiniciado o movimento imigratório com os italianos. A estes imigrantes caberia a zona das matas, que havia sido deixada de lado pelos portugueses, mais interessados na criação de gado. Esta região estava situada estrategicamente entre a região dos campos de cima da Serra, onde habitavam os descendentes de portugueses ocupados na pecuária e a Depressão Central Gaúcha, onde se localizavam os alemães e a zona da Campanha. A localização das colônias serviria para isolar não só os imigrantes, mas, especialmente, os gaúchos da Campanha e os da Serra, o que dificultaria uma ação conjunta dos mesmos (Lando e Barros, 1980).

Para Saquet (2003, p.44) “A colonização italiana no extremo Sul do Brasil foi promovida com um conteúdo complementar, porque se necessitava satisfazer as cobranças externas sobre a situação dos imigrantes no Brasil e produzir alimentos para o mercado interno”.

No Rio Grande do Sul, as colônias eram ligadas à administração central no Rio de Janeiro e funcionavam mediante a administração local. Os imigrantes italianos chegaram ao Rio Grande do Sul a partir de 1870. As primeiras levas de imigrantes que chegaram a Porto Alegre foram alojadas no Barracão do Imigrante, aí permaneciam até a determinação do seu destino, as colônias.

As primeiras colônias que surgiram foram a de Conde D’Eu (1870) e Dona Isabel, atualmente, Garibaldi e Bento Gonçalves. A terceira colônia, Caxias, foi fundada em 1875 é a atual Caxias do Sul. E em 1876, à margem direita do Rio Jacuí, nos municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul foi fundada a Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul, a Colônia de Silveira Martins A escolha do nome, Silveira Martins, foi uma homenagem ao Senador Gaspar da

Silveira Martins, do Partido Liberal e Imperialista, um forte defensor da imigração italiana para o Brasil. Estas quatro “colônias-mães” foram as que deram origem aos demais núcleos formados em todo Rio Grande do Sul (Lando; Barros, 1980).

Segundo Saquet (2003, p. 53) “A gênese da Colônia de Silveira Martins deu-se no processo de expansão do capitalismo no Brasil, em decorrência desse movimento, sobretudo a partir das políticas que favoreciam a agroexportação, contraditoriamente”.

Ainda para o mesmo autor, “Na Colônia de Silveira Martins, as primeiras turmas foram alojadas num barracão, na base da encosta do planalto. Esse lugar foi denominado Val de Búia devido à predominância de italianos provenientes de Búia, província de Udine, Itália”, (Saquet, 2003, p. 82).

Os lotes da Colônia de Silveira Martins começaram a ser ocupados por imigrantes do norte da Itália, sendo criados povoados como Vale Vêneto (1878), Arroio Grande (1879), São Marcos (1879), Ribeirão (1880), Val Veronês (1880-1888), Soturno (Nova Palma - 1878), Núcleo Norte (Ivorá-1883), Geringonça (Novo Treviso - 1884) e outros menores. Os povoados de Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine seriam fundados mais tarde, (Isaia; Santin, 1990).

Em 1882 o governo Imperial decretou a autonomia da Quarta Colônia de Silveira Martins e, logo em seguida, em 1884, decretou a autonomia das outras três colônias restantes. Deixando de serem colônias, estas passaram a ser conhecidas como ex-colônias, contudo, para alguns autores que debatem o assunto, para a Colônia de Silveira Martins a autonomia não chegou.

Alguns são os motivos que levaram Silveira Martins a ser conhecida por uma situação econômica inferior a das outras ex-colônias, sendo um deles sua localização geográfica, no sentido de estar localizada entre municípios mais antigos e consolidados politicamente - Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos - os quais tiveram suas terras fortemente disputadas.

Um motivo seria o desmembramento da Colônia de Silveira Martins, enfraquecendo-a economicamente e gerando um processo de decadência.

Também, deve ser levada em consideração a existência de terras particulares entre os núcleos da colônia, intercalando-os, característica agravada pelo desmembramento do território da Colônia Silveira Martins entre Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul (Santin, 1986). Ainda, a ex-colônia de Silveira

Martins não estava próxima a nenhum grande centro consumidor, como as outras Colônias estavam de Porto Alegre.

Santin (1986) aponta também vários motivos para aquilo que chama de estagnação ou decadência da Colônia de Silveira Martins:

\_A falta de dirigentes competentes, pela tardia independência;

\_A divisão do município em três partes, Júlio de Castilhos, Santa Maria e Cachoeira do Sul;

\_Existência de momentos turbulentos na questão religiosa, ou seja, conflitos entre grupos religiosos;

\_O território de Silveira Martins era cercado por culturas estranhas aos italianos, provocando o rompimento da homogeneidade cultural;

\_Ensino pouco prático, ou seja, não voltado aos interesses da lavoura e dos agricultores;

\_O declínio da produtividade das terras;

\_Não houve modernização administrativa no setor industrial, não se deu à travessia da administração familiar para a empresarial.

Esta era a conjuntura apresentada nos anos da imigração italiana. Atualmente, tem se buscado um resgate histórico e cultural do que foi a Quarta Colônia de imigração italiana. Inicialmente, os municípios que formaram a Quarta Colônia de Imigração Italiana foram: Silveira Martins, Pinhal Grande, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine e Ivorá. E, juntaram-se a esses sete municípios, outros dois: Agudo e Restinga Seca, considerados no seu conjunto, por causa do seu histórico de inclusão de imigrantes e também pela proximidade com o núcleo original da colônia.

Diante de todo o processo e do trabalho de aproximação e ações conjuntas na região, praticamente se abandonou à denominação Quarta Colônia de Imigração Italiana que passa a ser considerada de Quarta Colônia de Integração, ou Quarta Colônia.

Portanto, diante desse contexto procurou-se conhecer a história dos municípios dessa região.

## 1.2 A Região da Quarta Colônia: história e política de integração

Os municípios da Quarta Colônia começaram a se emancipar na década de 1950. Restinga Seca, Agudo e Faxinal do Soturno se emanciparam em 1959. Nova Palma em 1960 e Dona Francisca em 1964. Silveira Martins conseguiu sua emancipação, juntamente com Ivorá em 1988 e São João do Polêsine e Pinhal Grande em 1992. Todos buscavam a emancipação motivados pela possibilidade de melhorar a qualidade de vida e pela necessidade de acesso a direitos básicos como saúde, educação, geração de emprego e melhores vias de acesso (Itaqui, 2002).

A emancipação, sozinha, não resolveria os problemas existentes, como falta de créditos para os produtores, falta de capital de giro, dificuldade de escoamento da produção, ou dificuldade de comercialização. Essas localidades, municípios e regiões, necessitavam de caminhos alternativos para os quais, infelizmente, as políticas emancipatórias não tinham propostas concretas, nem o Estado. Em nenhum momento foram construídas alternativas políticas, como programas de desenvolvimento rural, que fossem capazes de gerar emprego e renda, conciliando desenvolvimento social com preservação ambiental. Os restos de mata e de arquitetura colonial alemã e italiana existentes são resultantes do estancamento econômico e não fruto de um processo de conscientização do papel dessas referências para a sociedade, (Itaqui, 2002).

Com a emancipação de Silveira Martins em 1988, começou o desenvolvimento de um conjunto de ações que visavam o desenvolvimento sociocultural, articuladas, tanto em nível social quanto político, e que se formalizam no projeto identidade visando articular algumas ações de animação sócio-cultural integradas entre esses municípios, onde são discutidas as questões vinculadas ao patrimônio cultural local e regional da ex-Quarta Colônia. Esse projeto foi assumido politicamente pela prefeitura municipal de Silveira Martins ao criar a Secretaria Municipal da Cultura, a qual reunia também os setores do turismo e do desporto (Ibid., 2002).

Nesse processo de buscar uma verdadeira identidade que passasse por todos os âmbitos da sociedade local, o Fórum de Cultura, como atividade de reflexão proposta pelo núcleo de cultura da prefeitura municipal de Silveira Martins, foi entendido pelo vigário e membros do conselho paroquial como julgamento da

história construída, fato que causou tensões que por sua vez geraram novas alternativas, abrindo espaço para discutir o local no regional. Respondendo as resistências, foram sendo desenvolvidas ações em dois níveis integrados; nível local, valorizando e animando as referências de base afetivas da comunidade; e nível regional, em que a articulação com os vizinhos e as ações integradas agilizaram o processo, aproximando parceiros históricos e sujeitos na construção da Quarta Colônia (Ibid., 2002).

O processo de regionalização e suas discussões envolveram o conjunto das localidades históricas que formaram a Quarta Colônia. Para tal foi necessário formar parcerias com Ivorá, Faxinal do Soturno, neste momento São João do Polêsine e Vale Vêneto, eram ainda distritos de Faxinal do Soturno. E com Nova Palma, Dona Francisca e os distritos de Santa Maria: Arroio Grande, São Marcos e Três Barras (Ibid., 2002).

O 1º Fórum da Cultura da Quarta Colônia foi o evento que reuniu pela primeira vez a comunidade regional para discutir criticamente a sua história. Segundo Itaquí (2002, p. 23) “saindo das ações ritualísticas (gastroreligiosas) e afirmativas da cultura local, o 1º Fórum discutiu o passado desde o presente para entendê-lo, iluminá-lo e projetá-lo como ação construtiva, como ação concretizadora do futuro desejado”.

Não eram somente os municípios da Quarta Colônia que queriam discutir a sua história; mas também os municípios de São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Mata, Jaguari, Cruz Alta, entre outros. O povoado de Silveira Martins, berço da imigração italiana na região central do estado, passou a ser palco da cultura endógena e nele foram discutidos temas como: “A Quarta colônia no contexto da imigração italiana no estado”; “A Quarta Colônia e a sua integração regional”; “A quarta colônia e as colônias do nordeste do estado” entre outros temas. Dessas ações foram se desencadeando outras que colocaram em pauta a preservação da memória local no processo de desenvolvimento socioeconômico e, sobretudo, o papel da educação formal na formação da arquitetura social e cidadã das comunidades locais (Itaquí, 2002).

Em 1992, foi realizado o 2º Fórum de Cultura da Quarta Colônia, tendo como tema central “Educação: Socialização primária e secundária”. Para realizá-lo foram mobilizadas as escolas da região e, por meio de uma oficina, os professores municipais apreenderam metodologias da educação patrimonial.



Como consequência desse fórum foi desenvolvido o projeto piloto de museologia popular que deu origem ao Projeto regional de educação patrimonial, integrando sete secretarias municipais de educação durante seis meses. Os temas discutidos em cada semestre (início 2º semestre de 1993 ao 1º semestre de 2007) foram: “A casa, espaços e mobiliários”, “Documentos familiares”, “Cultivos e Alimentação”, “Flora Nativa da Quarta Colônia e ‘Água I e Água II’ (Itaqui e Villagrán, 1998 apud ITAQUI, 2002).

Atualmente a integração da Região da Quarta Colônia se fortalece, com projetos como a construção do Plano Diretor Regional.

### 1.2.1 A área piloto da reserva da biosfera da Mata Atlântica presente na região da Quarta Colônia

Embora tenha aderido ao Programa MaB - Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and the Biosphere) e criado seu Comitê Nacional – COBRAMAB desde 1974, foi apenas em 1991 que o Brasil aprovou junto à UNESCO, sua primeira Reserva da Biosfera, a da Mata Atlântica. Essa demora, no entanto, teve seu lado positivo: as décadas de 1970 e 1980 foram extremamente ricas no debate sobre a conservação ambiental no Brasil e no Mundo e novos conceitos e estratégias de conservação surgiram ou se firmaram a exemplo dos corredores ecológicos, das áreas envoltórias de Parques, do manejo de bacias hidrográficas, dos cinturões verdes no entorno das cidades, das áreas protegidas privadas, das reservas comunitárias, do manejo participativo e da cogestão de áreas protegidas.

Todos esses aspectos foram incorporados na proposta de criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, (RS Biodiversidade).

A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em cinco fases sucessivas entre 1991 e 2002, foi à primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 35 milhões de hectares, abrangendo áreas de 15 dos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma (RS Biodiversidade).

Segundo a FEPAM, as Reservas da Biosfera são áreas especialmente protegidas que fazem parte de uma rede internacional de intercâmbio e cooperação para equacionar problemas relacionados com o ambiente e o desenvolvimento, tendo por objetivos:

- Conservação da biodiversidade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Participação da população na gestão dos recursos naturais;
- Fomento à pesquisa e educação ambiental.

Na mesma época de criação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, estava em processo de programação o terceiro Fórum de Cultura da Quarta Colônia, tendo como tema central “Memória e Desenvolvimento socioeconômico em uma Reserva da Biosfera”, reunindo vários especialistas. Durante a realização do terceiro fórum, o Dr. José de Oliveira Costa - Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA), com o apoio da comissão de tombamento da mata atlântica do Rio Grande do Sul, sugeriu que Silveira Martins fosse uma das áreas piloto da reserva da biosfera no Estado. Proposta aceita e estendida aos demais membros da Quarta Colônia.

No documento resultante do fórum, realizado então de 8 a 11 de novembro de 1994, foi redigido um relatório sistematizando as propostas levantadas e sugeridas como “diretrizes básicas para o desenvolvimento integrado da Quarta Colônia”, incluindo também os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Agudo, (Itaqui, 2002).

Logo após a realização do fórum, reuniram-se os prefeitos dos municípios que já tinham firmado o acordo, mais o município de Restinga Seca e aprovaram que a Quarta Colônia fosse área piloto da reserva da biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul.

## 1.2.2 A criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – CONDESUS<sup>1</sup>

Segundo Itaqui (2002), o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia, o Condesus/Quarta Colônia foi criado oficialmente em 05 de agosto de 1996, como uma entidade de personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, que promove os interesses de seus nove municípios membros.

Nesse sentido, o consórcio tem o papel de planejar, captar recursos e executar, por meio de parcerias, ações, projetos e programas que visem o desenvolvimento sustentável da Região da Quarta Colônia.

Em 1988, no Município de Silveira Martins (recém emancipado de Santa Maria) nasce o Projeto Identidade, promovido pela Secretaria de Cultura e Turismo de Silveira Martins, surgindo ações integradas com os demais municípios. Neste projeto buscou-se a valorização do patrimônio cultural, natural e histórico desses municípios. Os municípios de São João do Polêsine e Pinhal Grande ainda não haviam se emancipado, fato que ocorreu apenas em 1992, fortalecendo a relação entre os mesmos, o que levou a criação do Projeto Regional de Educação Patrimonial, vencedor do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1997, na categoria Educação Patrimonial.

Como consequência do Projeto Regional de Educação Patrimonial, em 1994, a região foi indicada como Área Piloto da Reserva Biosfera da Mata Atlântica. Já em 1995, a mesma foi indicada para participar do Programa de Execução Descentralizada (PED) do Rio Grande do Sul, em convênio com o Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente (PNAM) e Banco Mundial. Nesse período, foi apresentado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS/ Quarta Colônia).

Para administrar este projeto foi criado o CONDESUS/Quarta Colônia, com a missão de promover o desenvolvimento da Quarta Colônia com base nos princípios de sustentabilidade social, cultural e ambiental, tendo delineado os seguintes objetivos organizacionais:

- Promover a integração cultural, social e econômica da Quarta Colônia;

---

<sup>1</sup> As Informações referentes ao CONDESUS foram adquiridas de Itaqui (2002).

- Propor, planejar e executar programas, projetos e ações associadas que visem o desenvolvimento local e regional fundamentando-se em princípios éticos pela vida e a sustentabilidade social e ambiental da Quarta Colônia;

- Fomentar a integração local e regional independente de posições políticos/partidárias, religiosas ou étnicas;

- Atuar através de programas que visem uma relação solidária e fraterna entre os municípios respeitando as individualidades locais.

O consórcio vem desenvolvendo, a partir de então, inúmeros projetos em parceria com outros órgãos, como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a EMATER-RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul), entre outros. Dentre os projetos desenvolvidos no consórcio destacam-se:

- Habitação Rural e Urbana da Quarta Colônia;

- Redes de produção e comercialização de produtos agroecológicos da Quarta Colônia, a Casa da Quarta Colônia;

- Inventário do Patrimônio Histórico da Quarta Colônia;

- Sinalização da Quarta Colônia;

- Parques Paleontológicos Integrados da Quarta Colônia;

- Sinalização da Rota Paleontológica da Quarta Colônia;

- Turismo Rural Integrado da Quarta Colônia;

- Fruticultura Irrigada da Metade Sul/ Quarta Colônia;

- Planejamento Ambiental da Quarta Colônia.

Os projetos acima desenvolvidos pelo consórcio revelam suas preocupações primárias e estão de acordo com suas propostas iniciais. Esses projetos possuem o objetivo de orientar a comunidade da Região da Quarta Colônia desde a conservação do patrimônio histórico a atividades que visem o desenvolvimento econômico. E um ponto marcante nesses projetos refere-se à constante integração entre estes e a comunidade.

### 1.3 Aspectos populacionais da Região da Quarta Colônia

O estudo da população permite conhecer o caráter e os problemas demográficos da urbanização, e é muito importante para os fins do planejamento das atividades de reorganização territorial. O conhecimento das características populacionais da cidade e seus arredores devem fundamentar as soluções tomadas de planejamento e definir sua direção.

Um dos objetivos do presente estudo é formular e confirmar uma série de ideias referentes à população dos municípios da Região da Quarta Colônia, seu tamanho, sua distribuição territorial, sua composição, suas transformações e os componentes destas transformações, considerando as necessidades estratégicas do planejamento urbano/ rural e regional. No espaço urbano destaca-se a necessidade de diferenciar as áreas críticas de ponto de vista da funcionalidade urbanística, eficiência social e principalmente de qualidade de vida.

As cidades são as formas de organização territorial da população; são concentrações mais importantes de habitantes sobre um território; é um ambiente específico de vida e atividade humana. Por tanto, as diferenças na estrutura e dinâmica populacional refletem no caráter de crescimento e na organização urbana. Além disso, as cidades representam os pólos de atração para população circunvizinha, vista sua localização e as oportunidades econômicas (Leitura da cidade de São José-SC/Tendências e Potenciais).

O Estado do Rio Grande do Sul, no período 1991-2000, teve um acréscimo de 1.049.128 novos habitantes ao seu território, o que significa uma expansão de 1,21% a.a. Esse aumento ocorreu no meio urbano (1.321.442), que apresentou um incremento de 1,94% a.a., enquanto a população rural observou um decréscimo de 272.314 habitantes, expresso na taxa de -1,50% a.a. Dessa forma, a taxa de urbanização do Estado passou de 76,5% em 1991 para 81,6% em 2000 (FEE Dados, 2008).

O número e a distribuição espacial da população dos municípios da Quarta Colônia sofreram várias alterações durante todo o período da história do desenvolvimento dos seus municípios.

A dinâmica natural da população, isto é, no modo como a população se reproduz naturalmente sobre um território, é uma das principais causas do

crescimento populacional. A dinâmica natural é tradicionalmente caracterizada pelos indicadores de natalidade, mortalidade, fecundidade e a estrutura familiar da população (Leitura da cidade de São José-SC/Tendências e Potenciais).

A tabela 1 apresenta o crescimento da população da Região da Quarta Colônia referente aos anos de 1996 a 2006, onde se verifica um crescimento lento. Em relação à população destacam-se os maiores municípios, Agudo com 18.080 habitantes e Restinga Seca com 17.492 habitantes.

**Tabela 1- Municípios da Quarta Colônia. Percentagem (%) em relação à população total dos municípios e a taxa de crescimento anual no período de 1996 á 2000.**

Municípios	1996	% em relação a população total	2000	% em relação a população total	2006	% em relação a população total	Taxa de Crescimento anual da população (%)
Agudo	16.253	26,86	17.444	27,51	18.080	27,6	0,54
Dona Francisca	3.760	6,21	3.893	6,14	4.049	6,18	0,34
Faxinal do Soturno	6.754	10,65	6.826	10,76	6.940	10,59	0,53
Ivorá	2.598	4,29	2.495	3,93	2.322	3,54	-0,36
Nova Palma	6.091	10,06	6.305	9,94	6.310	9,63	0,45
Pinhal Grande	4.383	7,24	4.715	7,43	4.899	7,47	0,19
Restinga Seca	15.553	25,70	16.403	25,86	17.492	26,7	0,51
São João do Polêsine	2.583	4,26	2.742	4,32	2.927	4,46	0,29
Silveira Martins	2.526	4,17	2.566	4,04	2.479	3,78	-0,21
Total	60.501	100	63.389	100	65.498	100	0,32

Fonte: Um século de população/FEE; Resumo estatístico/FEE, 2006.  
Org.: Bolfe, S.; Spolaor, S.

Segundo os dados sobre o crescimento populacional, observou-se que Ivorá e Silveira Martins tem apresentado decréscimo no número de suas populações. Pode-se aferir este fato a diminuição do crescimento vegetativo ou mesmo pela saída de seus habitantes do município.

Entre os municípios da Quarta Colônia praticamente uma igualdade entre o número de homens com 30.734 e mulheres com 30.490, com pequena maioria de homens. Sendo que o predomínio de homens é uma característica de pequenos

municípios com economia basicamente rural, onde o filho homem fica para ajudar a família. O município que possui o maior número de homens é Pinhal Grande com 51, 5% da população e o que possui o maior número de mulheres é Restinga Seca com 50,6% da população, segundo a FEE, (2006).

**Tabela 2 - Municípios da Quarta Colônia. Número de homens e mulheres, 2006.**

Municípios	Homens	%	Mulheres	%
Agudo	8.510	50,4	8.365	49,6
Dona Francisca	1.807	49,7	1.822	50,3
Faxinal do Soturno	3.210	49,8	3.223	50,2
Ivorá	1.231	51,3	1.166	48,7
Nova Palma	3.274	51,0	3.145	49,0
Pinhal Grande	2.334	51,5	2.195	48,5
Restinga Seca	7.785	49,4	7.960	50,6
São João do Polêsine	1.329	49,0	1.380	50,1
Silveira Martins	1.254	50,4	1.234	49,6
Total	30.734	50,1	30.490	49,9

Fonte: Fee, 2006.

Org: Spolaor, S.

A Fundação de Economia e Estatística (FEE) apresenta o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico para o Rio Grande do Sul, seus municípios e Coredes. O IDESE é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios, e Saúde.

O IDESE tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado, de seus municípios e Coredes, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estaduais) nas suas políticas socioeconômicas.

O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo

(índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800).

A transformação dos diversos indicadores em índices adimensionais é feita comparando-os com os melhores e os piores indicadores internacionais do ano-base (2004, 2005), obtendo-se índices que assumem valores entre zero e um, sendo zero o equivalente ao pior indicador observado internacionalmente (tendo como referência os anos 2004, 2005) e um ao melhor indicador. Na tabela 3 observa-se o IDESE referente aos anos de 2004 e 2005.

**Tabela 3 - Municípios da Quarta Colônia. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese), FEE, 2004, 2005.**

	Educação (ano 2004)	Educação (ano 2005)	Renda (ano 2004)	Renda (ano de 2005)	Saneamento domicílios (ano 2004)	Saneamento domicílios (ano 2005)	Saúde (ano 2004)	Saúde (ano 2005)	Idese (ano 2004)	Idese (ano 2005)
Agudo	0,795	0,793	0,67	0,669	0,291	0,292	0,894	0,871	0,662	0,656
Dona Francisca	0,824	0,820	0,604	0,589	0,371	0,373	0,846	0,851	0,661	0,658
Faxinal do Soturno	0,841	0,837	0,712	0,700	0,405	0,406	0,859	0,864	0,704	0,702
Ivorá	0,888	0,878	0,555	0,540	0,288	0,290	0,867	0,871	0,65	0,645
Nova Palma	0,841	0,834	0,792	0,777	0,344	0,345	0,869	0,874	0,712	0,707
Pinhal Grande	0,836	0,827	0,691	0,637	0,347	0,348	0,86	0,871	0,683	0,671
Restinga Seca	0,829	0,822	0,669	0,635	0,409	0,410	0,871	0,866	0,694	0,683
São João do Polêsine	0,832	0,812	0,708	0,671	0,3	0,302	0,859	0,864	0,675	0,669
Rio Grande do Sul	0,855	0,853	0,776	0,774	0,567	0,568	0,846	0,851	0,761	0,761

Fonte: FEE, 2006.  
Org. Spolaor, S.

Analisando os dados referentes ao ano de 2005, em relação aos municípios da Quarta Colônia, nenhum município apresentou IDESE superior à média do Estado do Rio Grande do Sul, que foi de 0,761. O município com maior IDESE foi



Nova Palma, com valor de 0,707 e o menor valor foi do município de Ivorá, com índice de 0,645. De modo geral, os índices apresentados na Região classificam-se como médios (entre 0,500 e 0,799).

Em relação ao bloco Educação, o maior índice foi de Ivorá, com 0,878, estando acima da média do Estado (0,853). O valor mais baixo foi de Agudo, com 0,793, pode-se fazer uma inferência em relação ao índice educação, onde o município que teve índice mais alto, tem menor população, enquanto Agudo, que tem maior população teve índice mais baixo.

Em relação ao bloco Renda, o maior valor foi de Nova Palma, com índice de 0,777, estando acima da média do Estado (0,774), e o pior valor foi Ivorá, com índice de 0,540. No mapa a seguir (figura 3) pode ser observado o índice de desenvolvimento Socioeconômico Bloco Educação por município ano de 2004.

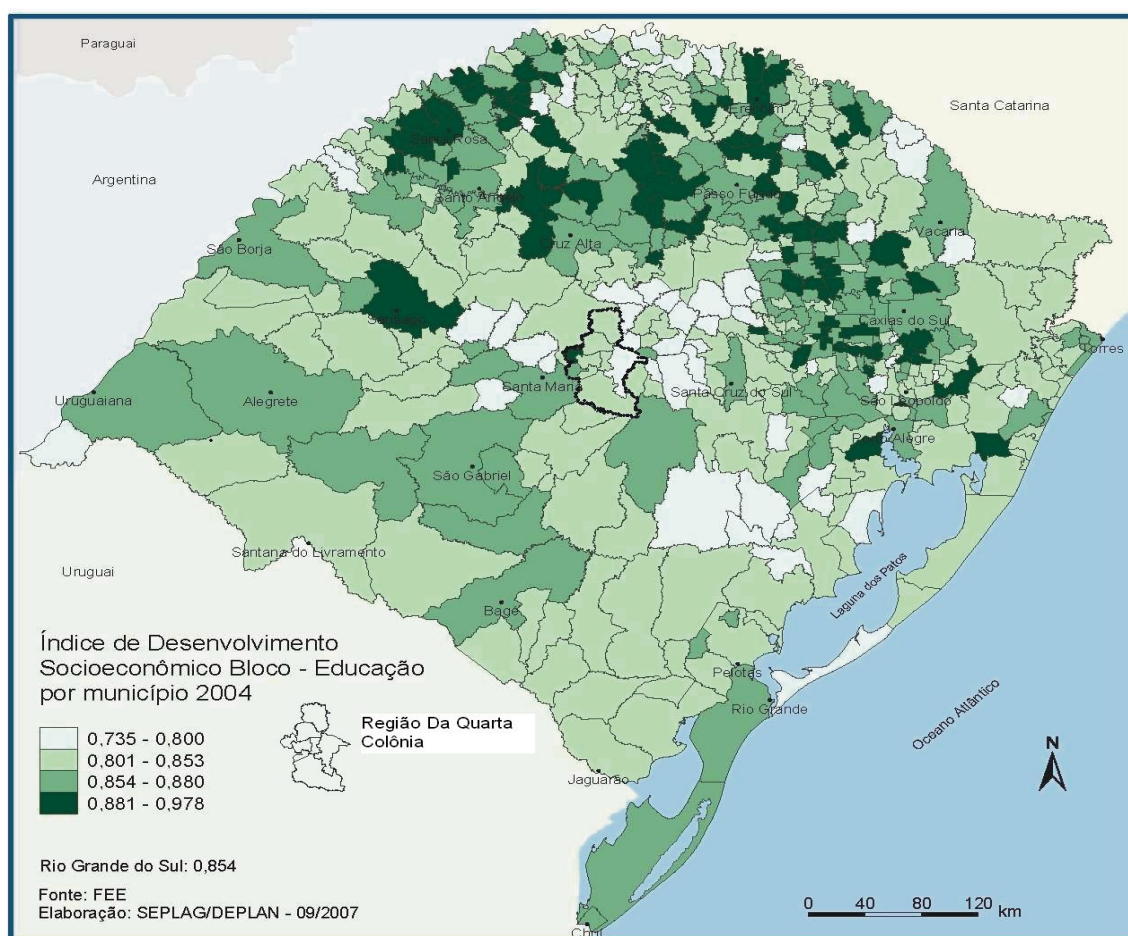


Figura 3: Mapa do desenvolvimento Socioeconômico Bloco Educação por município ano de 2004. Fonte: FEE, 2006.

Em relação ao bloco saneamento domicílio, o melhor colocado foi Restinga Seca, com índice de 0,410, estando abaixo da média do Estado (0,568) e o menor índice foi de Ivorá (0,290).

No bloco renda, o maior índice foi de Nova Palma (com 0,777), ficando acima do índice do Rio Grande do Sul (0,776). O menor índice foi do município de Ivorá com 0,540.

Em relação ao bloco Saúde, o melhor índice foi de 0,871 no município de Agudo e Ivorá, estando acima da média do Estado (0,851) e o menor índice foi de Dona Francisca, com 0,851.

Na figura 4 se verifica o IDESE geral dos municípios da Quarta Colônia, o qual reflete a situação socioeconômica dos municípios.

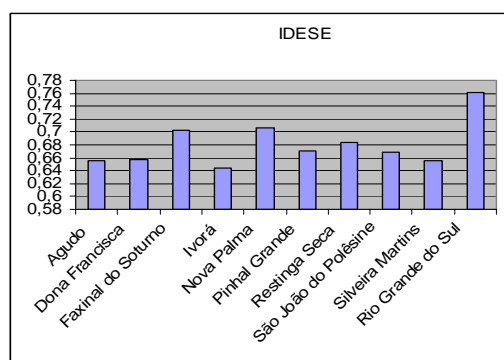


Figura 4: Gráfico do IDESE dos municípios da Quarta Colônia, ano de 2005.  
Fonte: FEE, 2006.

### 1.3.1 Abastecimento de água e esgoto sanitário

Os temas abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região.

De acordo com os dados do Censo 2000, no Brasil, dos 44.795.101 domicílios, 34.859.339 encontram-se ligados à rede geral de abastecimento de água, alcançando um percentual de 77,82%. Entre os estados brasileiros estes percentuais variam entre 30,75% e 93,50%, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os 10 que apresentam os maiores índices de atendimento deste serviço.

No Rio Grande do Sul, dos 3.042.039 domicílios, 2.423.264 encontram-se ligados à rede geral, o que corresponde a 79,66%, taxa de atendimento superior à brasileira.

No Brasil, do total de domicílios, 91,72% possuem banheiro ou sanitário e destes, 67,80% encontram-se ligados à rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica.

Entre os estados brasileiros estes percentuais variam entre 18,87% e 90,35%, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os seis estados que apresentam as maiores taxas.

No Rio Grande do Sul, do total de domicílios, 97,56% possuem banheiro ou sanitário e destes, 70,09% encontram-se ligados à rede geral ou fossa séptica, apresentando, portanto, taxas superiores às brasileiras (FEE, 2006).

Em relação ao bloco Saneamento e Domicílio, em 2005 todos os municípios da região da Quarta Colônia apresentaram índice menor que a média do Estado do Rio Grande do Sul (0,568), como é verificada no gráfico (figura 5).

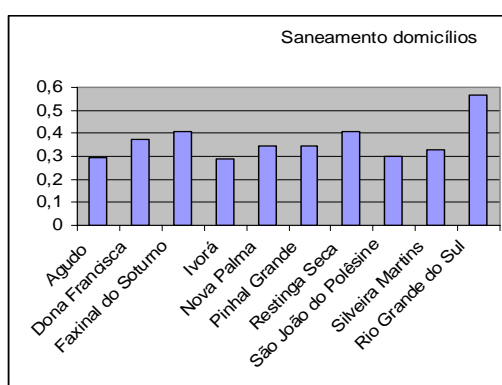


Figura 5: Saneamento domicílios, bloco IDESE, 2005.  
Fonte: FEE, 2006.

No mapa (figura 6) pode-se observar o índice de desenvolvimento Socioeconômico, referente ao Bloco Saneamento, para o ano de 2004, por municípios do Rio Grande do Sul, observando uma homogeneidade dos municípios da Região da Quarta Colônia.

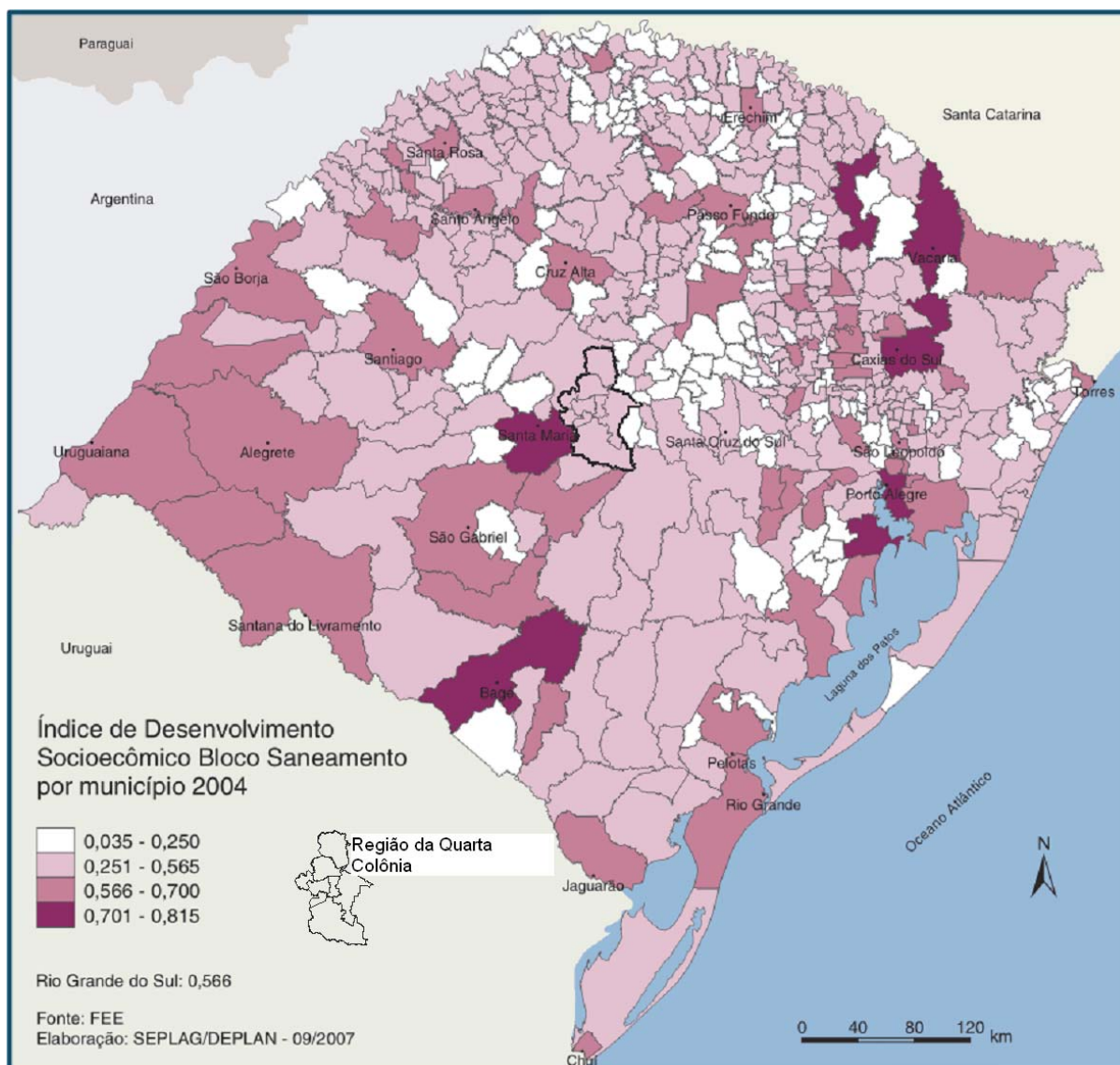


Figura 6: Mapa do índice de Desenvolvimento socioeconômico bloco saneamento por município, 2004.

Fonte: FEE, 2006.

Em relação ao abastecimento de água, o percentual de domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral no Estado (em 2000) foi de 79,66% e no Brasil foi de 77,82%. De acordo com o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2008), dos 467 municípios gaúchos, 103 apresentam percentuais de atendimento igual ou superior ao do Estado, podendo alcançar até 98,13% de atendimento deste serviço, como é o caso do município de Porto Alegre.

Nenhum dos municípios da Quarta Colônia apresentou índice de abastecimento superior ao do Estado ou do País. Os maiores índices de abastecimento de água são dos municípios de Restinga Seca, com 63,67% e de

Dona Francisca, com 61,92% sendo que a maioria dos municípios apresenta índices entre 40% e 60%. Sendo que, a população que não tem acesso à rede de abastecimento de água, pode ter sua saúde afetada, interferindo em índices como mortalidade infantil. Na figura 7, pode se observar o gráfico dos domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água para o ano 2000.

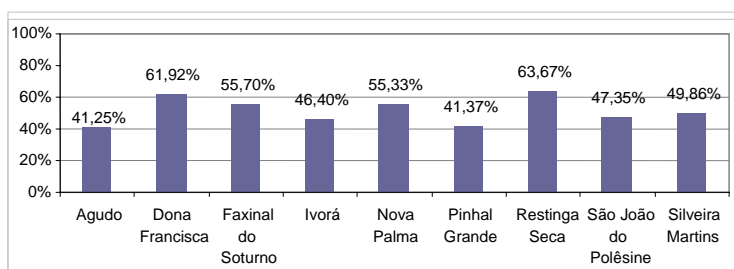


Figura 7: Gráfico dos domicílios ligados a rede geral de abastecimento de água – 2000.  
Fonte IBGE, 2000.

Em relação ao percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, a porcentagem no Brasil, para o ano de 2000, foi de 67,80% e no Estado foi de 70,09%. De acordo com o Atlas Socioeconômico do RS, 111 dos 467 municípios do Estado apresentam percentuais de atendimento deste serviço superiores ao do Estado, podendo atingir até 98,83%, como é o caso do município de Dois Irmãos.

No que se refere aos municípios da Quarta Colônia, estes apresentam índices entre 60% e 80% (Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Restinga Seca), como pode ser verificado na figura 8, correspondendo a 77,30% do total dos municípios. Nos demais municípios os índices apresentam-se inferiores à média do Estado e do Brasil. Considerando que, a carência de rede de esgoto afeta a saúde da população, interferindo na qualidade de vida, além da mortalidade infantil. Na figura 8 pode-se verificar o percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica para o ano 2000.

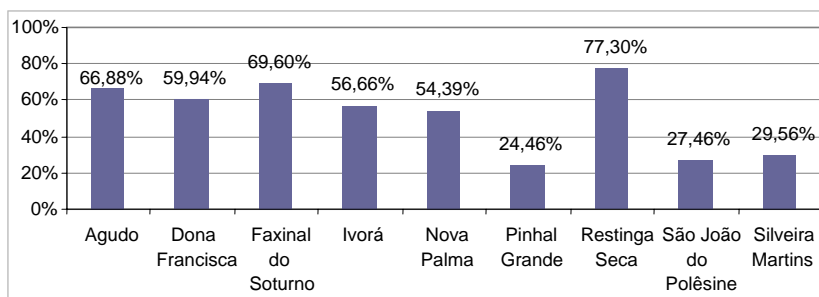


Figura 8: Gráfico do percentual de domicílios com banheiro ou sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica – 2000

Fonte: IBGE, 2000.

### 1.3.2 Indicadores de Saúde

Em relação ao bloco Saúde, segundo o IDESE, para o ano de 2005, como pode ser verificado no gráfico da figura 9, apenas Dona Francisca (0,851) possui índice inferior ao da média do Rio Grande do Sul (0,844), visto que o município oferece apenas serviços de atendimento em saúde de baixa complexidade, sem maiores recursos.

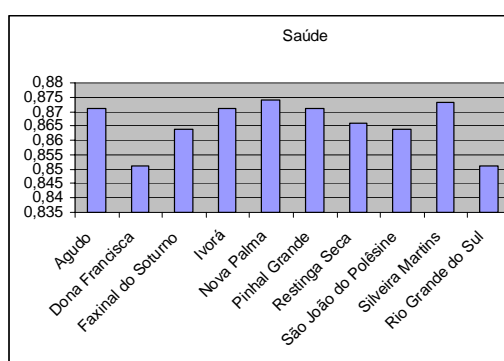


Figura 9: Gráfico do bloco saúde nos municípios da Quarta Colônia, IDESE, 2005.

Fonte: FEE, 2006.

A Região Metropolitana de Porto Alegre, devido à grande concentração populacional, com 37% da população do Estado abrangendo 31 municípios, possui 29,63% dos leitos hospitalares do Estado, utiliza 39,24% das Autorizações de



Internação Hospitalares (AIHs) pagas e responde por 49,57% do total de valores faturados.

Deve-se destacar que na área ambulatorial vem ocorrendo um importante processo de descentralização dos serviços, com desconcentração dos serviços da capital para o interior, e conseqüente diminuição da demanda reprimida em várias áreas.

As 19 Coordenadorias Regionais de Saúde são responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e gerenciamento das ações e serviços de saúde, em cooperação técnica, financeira e operacional com os gestores municipais e prestadores de serviços de saúde. Para organizar a atenção à saúde e garantir um atendimento universal, equânime e integral, o Estado foi organizado em sete macrorregiões de saúde.

A rede hospitalar instalada no Rio Grande do Sul apresentou pequena variação no quantitativo de leitos e/ou hospitais nos últimos anos, tanto o total de leitos quanto os cadastrados pelo SUS. O número total de leitos passou de 31.071 em 1998 para 32.562 em 2004. Já os leitos cadastrados pelo SUS tem variado entre 23.022 e 25.000 nos últimos 6 anos, totalizando em 2004, 23.732 leitos. A OMS - Organização prevê 2,5 a 3 leitos para cada mil habitantes.

Considerando o total de leitos, o índice estadual de leitos por habitante é de 2,93, enquanto o brasileiro é de 2,66. As macrorregiões de saúde Missioneira e Norte com 4,17 e 4,18 respectivamente, são as que apresentam maior número de leitos por habitante.

Nos municípios da Quarta Colônia a oferta de leitos variou de 2,8 leitos por mil habitantes em Silveira Martins e 9,2 leitos por mil habitantes em Ivorá. Nos municípios da Quarta Colônia tem-se uma média, na maioria deles, mais alta que ambas as médias (estadual e nacional), conforme mostra a tabela 4.

**Tabela 4- Municípios da Quarta Colônia. População total e número de leitos por mil habitantes.**

	População em 2007	Número de leitos em 2005	Leitos por mil habitantes
Agudo	16.714	64	3,8
Dona Francisca	3.572	22	5,3
Faxinal do Soturno	6.343	34	5,3
Ivorá	2.378	22	9,2
Nova Palma	6.432	43	6,6
Pinhal Grande	4.496	24	5,3
Restinga Seca	15.595	56	2,9
São João do Polêsine	2.702	0	0
Silveira Martins	2.479	7	2,8

Fonte: IBGE, 2007.

Org.: Spolaor, S.

Realizando a análise da problemática dos leitos nos municípios, comparando com o estado e com o Brasil, verifica-se que a problemática da falta de leitos ocorre principalmente em municípios maiores, no caso de municípios pequenos a população é mais bem atendida, ou seja, tem uma proporção de atendimentos maior.

Na Quarta Colônia os municípios mais populosos, como Agudo e Restinga Seca, possuem maior número de leitos, porém como sua população é maior que os demais municípios, sua média cai. Mesmo assim, estes municípios apresentam média de leitos por mil habitantes superior à média do Estado, com exceção de Silveira Martins.

### 1.3.3 Expectativa de vida

A evolução dos indicadores de saúde está estritamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico. A melhoria da renda familiar, as novas tecnologias e a aceleração do processo de urbanização modificaram consideravelmente o panorama da saúde, propiciando um maior acesso da população aos serviços de saúde e saneamento. Da mesma forma as recentes



transformações no comportamento demográfico e nos indicadores sociais, com a queda da fecundidade, mortalidade e um aumento da esperança de vida ao nascer, também se refletem de forma intensa nas demandas por uma nova estrutura de saúde.

No Rio Grande do Sul a transição demográfica começou mais cedo em relação aos demais estados brasileiros e tornou-se mais evidente nas últimas décadas, caracterizando-se pelo rápido aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa. A taxa de fecundidade que no Brasil era de 6,16 filhos por mulher em 1940, passou para 5,8 em 1970, 2,3 no ano de 2000 e 2,0 filhos por mulher em 2006. No Estado, a média de filhos era de 5,08 em 1940, 4,29 em 1970, 2,26 em 2000, passando para 1,6 filhos por mulher em 2006 (FEE, 2006).

A esperança de vida ao nascer, que no Brasil, em 1900, era de 33,7 anos, passou em 1960 para 55,9 anos. De 1960 para 1980, essa expectativa ampliou-se para 61,8 anos, 68,6 em 2000 e 72,4, em 2006. No Rio Grande do Sul a expectativa de vida passou de 52,74 anos em 1903, para 66,7 anos em 1972, para 68,8 em 1980 e, de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, para 74,8 em 2006.

Em relação ao gênero, no Estado, a expectativa de vida passou de 63,6 anos para os homens em 1972, para 65,1 em 1980, para 71,1 em 2006. Entre as mulheres era de 70 anos e aumentou para 72,9 e para 78,6 respectivamente. No Brasil, bem como no Rio Grande do Sul, as mulheres têm maior esperança de vida ao nascer, diferença que está ao redor de oito anos. Como resultado o número de mulheres idosas é superior ao número de homens, principalmente nas faixas de idade mais avançadas, em relação a esse aspecto pode-se fazer algumas inferências como as mulheres costumam ir mais ao médico, o homem geralmente trabalha em serviços mais pesados, morrem mais em acidentes de trânsito, em brigas.

A expectativa de vida no Estado foi de 72,05 em 2000, nos municípios da Quarta Colônia, no ano de 2000, a expectativa de vida variou entre 69,00 em Dona Francisca e Restinga Seca (com os menores valores, abaixo da média do Rio Grande do Sul) e 73,24 anos em Agudo. Quatro municípios obtiveram valores acima da média do estado: Agudo (com a maior média); Ivorá com 72,75 e Nova Palma e Pinhal Grande que obtiveram mesma média (73,16 anos), como pode ser verificado na tabela 5.

**Tabela 5 - Municípios da Quarta Colônia. Expectativa de vida ao nascer.**

	Expectativa de vida ao nascer (ano 2000)
Rio Grande do Sul	72,05
Agudo	73,24
Dona Francisca	69,00
Faxinal do Soturno	71,40
Ivorá	72,75
Nova Palma	73,16
Pinhal Grande	73,16
Restinga Seca	69,00
São João do Polêsine	71,40

Fonte: Resumo estatístico FEE, 2006.  
Org.: Spolaor, S.

#### 1.3.4 Mortalidade infantil

A média da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul no período de 1994 a 1998 foi de 17,9 óbitos por mil nascidos vivos, um processo acentuado de queda que se originou no início da década de 70, quando as taxas eram superiores a 50 óbitos por mil nascidos vivos. Dos 467 municípios existentes na época 60,1% estavam abaixo da média do Estado e 26,8% possuíam mortalidade infantil inferior a 10 óbitos por mil nascidos vivos.

A distribuição pelos municípios gaúchos no período 1994 - 1998 mostra um padrão de continuidade territorial nos municípios das regiões da Campanha e Fronteira Oeste, com taxas de mortalidade infantil superiores a 25 óbitos por mil nascidos vivos.

A mortalidade infantil no Rio Grande do Sul apresentou um sensível decréscimo de 48,4 óbitos por mil nascidos vivos em 1970, para 13,1 em 2006. Seus dois componentes principais, a mortalidade neonatal (0 a 27 dias) e a pós-neonatal ou infantil tardia (28 a 364 dias), passaram respectivamente, de 41,4% para 64,2% e de 58,6% para 32,8%, indicando uma diminuição significativa no percentual de óbitos de crianças a partir de 28 dias.

No Brasil, também vem ocorrendo uma redução significativa da mortalidade infantil. A taxa passou de 48,0 óbitos por mil nascidos vivos em 1990, para 34,6 em

1999, e 27,8, em 2002. Entretanto, as diferenças regionais acentuadas fazem com que esse processo seja mais lento que o ocorrido no Rio Grande do Sul.

A distribuição espacial dos dados da mortalidade infantil mostra que mesmo tendo aumentado o número de municípios com taxas mais baixas, ainda persistem um número significativo de municípios com taxas acima da média do Estado.

Deve-se ressaltar que a grande maioria dos municípios que apresentam taxas de mortalidade infantil mais elevada são municípios com população e número de nascimentos baixos, onde os casos de morte repercutem com mais intensidade nas taxas de mortalidade infantil.

Em 2005, o coeficiente de mortalidade infantil no Estado foi de 13,64 óbitos por mil nascidos vivos. A média dos coeficientes de mortalidade infantil na Quarta Colônia foi de 11,18 por mil nascidos vivos para o mesmo ano, abaixo do coeficiente do Estado. Já a análise individual dos municípios, para o ano de 2007, mostra uma variação muito grande neste coeficiente, variando de 0 em Dona Francisca, Ivorá, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins até 20,83 óbitos por mil nascidos vivos, em Faxinal do Soturno. A variação do coeficiente de mortalidade infantil por mil nascidos, pode ser explicado pelo baixo índice de nascimentos e os municípios com menor índice de mortalidade possuem internação hospitalar de menor complexidade, sendo os casos mais graves transferidos para outros hospitais, como pode ser visualizado na tabela 6.

**Tabela 6 - Municípios da Quarta Colônia. Coeficiente de mortalidade infantil nos anos de 2003, 2005, 2007.**

	2003	2005	2007
Rio Grande do Sul	15,94	13,64	13,2 (ano de referência 2006)
Agudo	9,9	9,66	12,27
Dona Francisca	0	0	0
Faxinal do Soturno	0	27,78	20,83
Ivorá	0	0	0
Nova Palma	22,47	0	15,15
Pinhal Grande	0	0	0
Restinga Seca	11,9	5,24	13,63
São João do Polêsine	33,33	32,26	0
Silveira Martins	0	0	0

Fonte: FEE, 2006.  
Org.: Spolaor, S.

No ano de 2007, cinco municípios apresentaram índice de mortalidade infantil igual à zero (Dona Francisca, Ivorá, Pinhal Grande, São João do Polêsine e Silveira Martins). Os municípios com taxas superiores a 10 óbitos por mil nascidos vivos foram Nova Palma (15,15 óbitos por nascidos vivos), ficando acima da média do Rio Grande do Sul (13,20 óbitos por mil nascidos vivos), Restinga Seca, com índice de 13,63 óbitos por nascidos vivos e Faxinal do Soturno com o maior índice de óbitos por mil nascidos vivos, 20, 83.

Nos municípios da Quarta Colônia, observa-se uma variação no índice de óbitos por mil nascidos vivos, tendo como referência os anos de 2003, 2005, 2007, isso pode ser explicado devido ao reduzido número de nascimentos, sendo que um óbito já é significativo para elevar o índice. Na figura 10 pode ser visualizado a taxa de mortalidade infantil por município com média para os anos de 2001-2003.

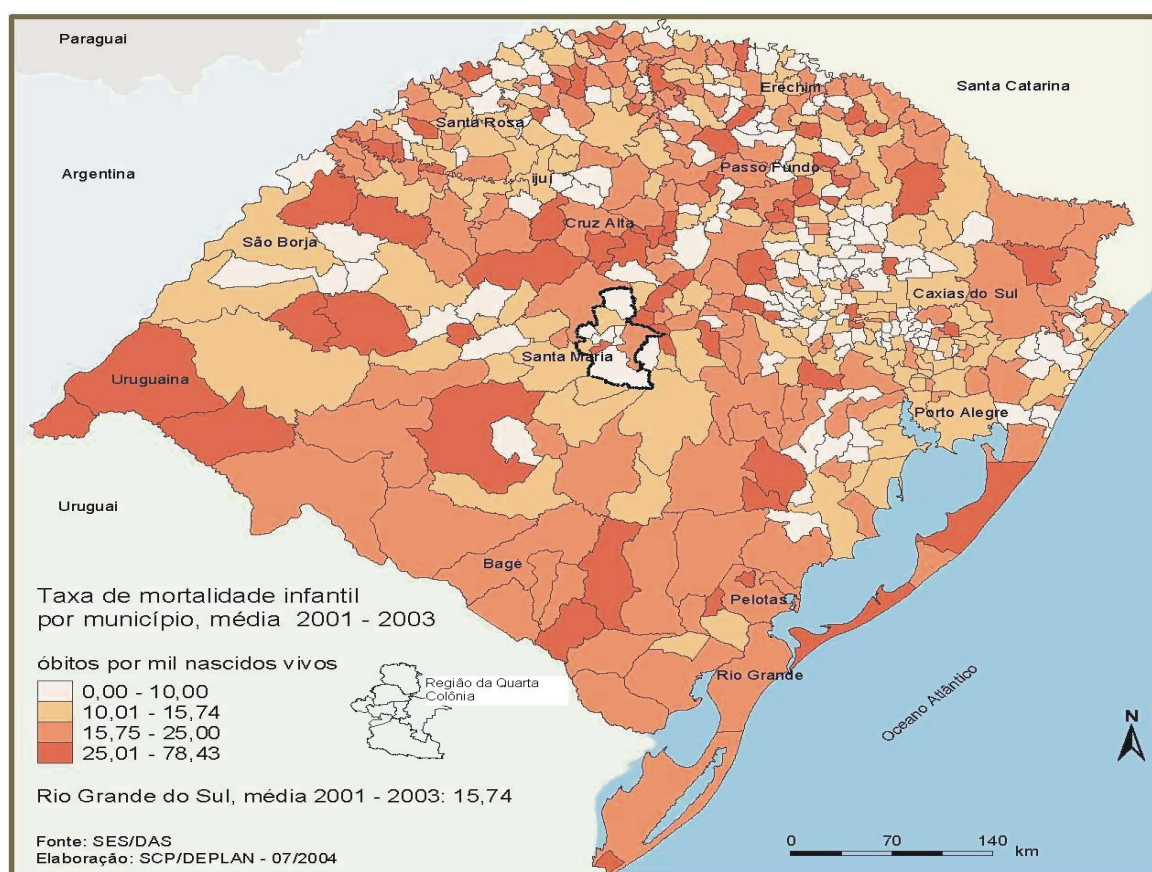


Figura 10: Mapa da taxa de mortalidade infantil por município, média, 2001-2003.  
Fonte: FEE, 2006.

#### **1.4 Aspectos Educacionais dos municípios da Quarta Colônia**

O Rio Grande do Sul, no ano 2000, estava entre os cinco estados brasileiros com menor índice de analfabetismo, atingindo apenas 6,7% da população acima de 15 anos de idade. É um valor abaixo da média brasileira, que é de 13,6% e também do estado de Alagoas, que tem 33,4%, a mais alta taxa do país. Possui também um dos maiores percentuais de população adulta com curso fundamental, médio ou superior completo, ficando entre os dez primeiros colocados (FEE, Atlas Socioeconômico, 2006).

Analisando o nível de instrução da população gaúcha, observou-se que a mesma têm uma posição privilegiada comparativamente com os demais estados brasileiros, mas, internamente constatam-se diferenças regionais significativas. Verificou-se que mais de 65% dos municípios gaúchos apresentam percentual de analfabetismo acima da média estadual (6,7%). Os municípios de São José do Herval, Lagoão, São José do Norte, Lajeado do Bugre, Fontoura Xavier e Tunas são os que apresentam maior analfabetismo com taxas acima de 20%.

Em relação aos municípios da Quarta Colônia, apenas dois apresentaram taxa de analfabetismo abaixo da média do Estado (6,7%), sendo eles Ivorá (6,30%) e Nova Palma (5,86%); os demais apresentaram taxas bem acima da média do Estado, conforme mostra na tabela 7. Podemos considerar que no início da colonização de Silveira Martins, segundo Sponchiado (1975) 50% dos italianos chegados eram analfabetos.

**Tabela 7 - Municípios da Quarta Colônia. Taxa de analfabetismo, 2000.**

	Taxa de analfabetismo % (ano 2000)
Rio Grande do Sul	6,65
Agudo	8,66
Dona Francisca	11,16
Faxinal do Soturno	7,23
Ivorá	6,30
Nova Palma	5,86
Pinhal Grande	9,37
Restinga Seca	10,39
São João do Polêsine	7,17

Fonte: IBGE, 2000.  
Org.: Spolaor, S.

Pode-se perceber que a taxa de analfabetismo na região ainda é bastante elevada, inclusive com municípios passando dos 10%, e apenas dois municípios estão abaixo da média do Estado, Ivorá e Nova Palma.

O ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão e de acordo com a Constituição Brasileira, é obrigatório e gratuito. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que a o ensino pode ser organizado em séries, ciclos ou disciplinas. Em fevereiro de 2006, houve alteração na lei ampliando o Ensino Fundamental de oito para nove anos, com prazo de cinco anos para as redes se adaptarem à norma. Por esta nova organização, o Ensino Fundamental atende a faixa etária de 6 a 14 anos (FEE, Atlas Socioeconômico, 2006). Na figura 11 pode ser analisado o gráfico de Matrículas no ensino fundamental do RS, por dependência administrativa, para o ano de 2005.

Nos últimos anos, o país e o Estado vêm apresentando uma diminuição, em números absolutos, no total de matrículas neste nível de ensino. No período 1999 a 2005, o Rio Grande do Sul reduziu 7,2% às matrículas, enquanto que o Brasil 7%.

A queda da demanda, em parte, pode ser explicada pela redução do crescimento populacional e pela diminuição dos índices de repetência, especialmente de primeira a quarta série do Ensino Fundamental. No gráfico abaixo (figura 11) pode ser observado o número de matrículas no Ensino Fundamental do RS, por dependência administrativa para o ano de 2005.

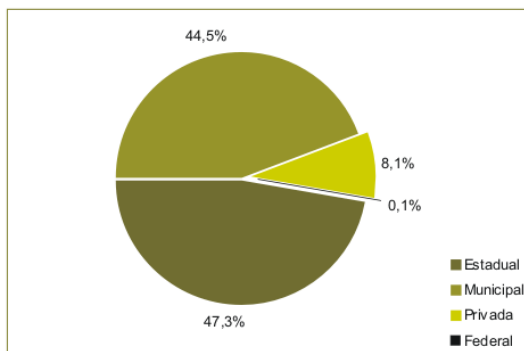


Figura 11: Gráfico das Matrículas no Ensino Fundamental do RS, por dependência administrativa – 2005.

Fonte: MEC/INEP

Nos municípios da Quarta Colônia, no que se refere ao número de alunos por professor no ensino fundamental, todos os municípios apresentaram este índice abaixo da média do Rio Grande do Sul (16,19 alunos por professores). Os menores índices foram dos municípios de Ivorá e São João do Polêsine com 10,1 alunos por professores no ensino fundamental, como pode ser observado na tabela 8.

**Tabela 8- Municípios da Quarta Colônia. Número de matrículas e professores no ensino fundamental e o número de alunos por professores, 2007.**

Municípios	Professores	Matrículas	Número de alunos por professor
Agudo	189	2.570	13,5
Dona Francisca	38	578	15,2
Faxinal do Soturno	82	1.010	12,3
Ivorá	30	303	10,1
Nova Palma	90	1.056	11,7
Pinhal Grande	62	783	12,6
Restinga Seca	181	2.489	13,7
São João do Polêsine	43	436	10,1
Silveira Martins	32	330	10,3
Rio Grande do Sul (Ano base 2006)	101.607	1.645.652	16,19

Fonte: IBGE, Secretaria da Educação do RS, 2008.

Org.: Spolaor, S.

O Ensino Médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, corresponde à etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, e tem como principais finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos, a preparação para o trabalho, o desenvolvimento da capacidade de compreensão dos conhecimentos e o aprimoramento do educando enquanto cidadão (FEE, Atlas Socioeconômico, 2006). Na figura 12, pode ser analisado o gráfico das matrículas no Ensino Médio do RS, por dependência administrativa, para o ano 2000.

O acesso ao Ensino Médio no Brasil ainda é reduzido e grande parte da população não conclui este nível de escolaridade. No país e no Estado, com 16% da população maior de 25 anos, já possui esta formação.

No Rio Grande do Sul, em 2005, 22,5% das matrículas na educação básica referiam-se a este nível de ensino. Nos últimos anos, verificou-se um aumento significativo do número de alunos matriculados, especialmente no período 1999 a 2003. Embora tenha decrescido em 2004 e 2005, considerando o período entre 1999 e 2005, o Brasil e o Estado tiveram, respectivamente, um acréscimo de 16,2% e 4,7%, no total das matrículas. Pode-se atribuir este fato a uma melhora no fluxo do ensino fundamental e à ampliação do acesso ao ensino médio (FEE, Atlas Socioeconômico).

A distribuição das matrículas entre as esferas administrativas indica que a rede estadual gaúcha continua sendo o maior responsável pela oferta, tendo aumentado a sua participação nessa composição de 78,5%, em 1999, para 85,3%, em 2005.

Deve-se destacar que também vem aumentando o número de estabelecimentos que oferecem ensino médio. No período de 1999 a 2005, ocorreu também um avanço, 25,5% no Brasil e 26,6% no Rio Grande do Sul. Na figura abaixo (figura 12) pode ser visualizado o Gráfico das matrículas no Ensino Médio do RS, por dependência administrativa para o ano 2000.



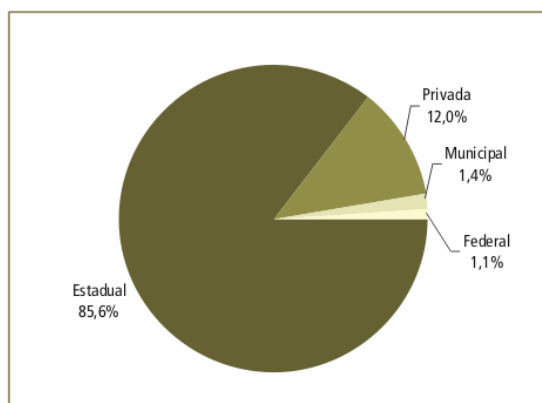


Figura 12: Gráfico das matrículas no Ensino Médio do RS, por dependência administrativa – 2000.  
Fonte: MEC/INEP.

Analisando o número de alunos matriculados no ensino médio nos municípios da Quarta Colônia, todos os municípios apresentaram o índice de número de alunos por professor abaixo da média do Rio Grande do Sul (14,69 alunos por professor). Os menores índices foram dos municípios de Silveira Martins e São João do Polêsine com 6,8 alunos por professor no ensino médio, como pode ser visto na tabela 9.

**Tabela 9 - Municípios da Quarta Colônia. Número de matrículas e professores no ensino médio e o número de alunos por professores, 2007.**

Municípios	Professores	Matrículas, 2007	Número de alunos por professor
Agudo	60	509	8,4
Dona Francisca	18	143	7,9
Faxinal do Soturno	20	206	10,3
Ivorá	15	131	8,7
Nova Palma	20	247	12,3
Pinhal Grande	19	174	9,1
Restinga Seca	19	536	28,2
São João do Polêsine	19	130	6,8
Silveira Martins	17	116	6,8
Rio Grande do Sul Ano de 2006	31.529	463.410	14,69

Fonte: IBGE, Secretaria da Educação do RS, 2008.  
Org.: Spolaor, S.

Quanto ao serviço público de educação, as reclamações giram em torno do fato dos municípios da Quarta Colônia não oferecerem cursos profissionalizantes e das dificuldades no transporte de alunos para a cidade (pesquisa de campo, 2009).

A educação tem um papel importante, na medida em que, está diretamente vinculada a compreensão que precisamos formar pessoas realmente preocupadas e capazes de transformar o seu entorno, a fim de promover o desenvolvimento local/regional sustentável.

## **CAPÍTULO 2 METODOLOGIA DA PESQUISA**

### **2.1 Procedimentos teórico-metodológicos**

O método é o instrumento que auxilia o pesquisador na construção do processo de conhecimento do objeto pelo sujeito, não existe como entidade simples e desconectada da realidade científica. Ele comporta, ao ser internalizado e utilizado pelo pesquisador, outros elementos, esses elementos são, sem nenhuma preocupação de comparar suas importâncias, a doutrina, a teoria, as leis, os conceitos e as categorias (Suertegaray, 1999).

Santos (1997, p. 166) define método como “um conjunto de proposições – coerentes entre si – que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade”. Para o autor não há método eterno, todo método é passível de modificação.

Para Sposito (2004, p. 23) o método pode ser definido como “instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação”. A compreensão e análise das relações sociais e físicas pressupõem inicialmente a definição de um método, permitindo abordar esta realidade a partir de um ponto de vista.

Para explicar a realidade do espaço urbano da Quarta Colônia, a pesquisa buscou as categorias de análise de Milton Santos (1997), que são forma, função, estrutura e processo do espaço urbano, como métodos geográficos de análise. Além de leituras e levantamento bibliográfico e também a utilização do mapeamento disponível e os mapas produzidos pelo Plano Diretor ambiental, referente à área em estudo.

Considerando que a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto. Todas as formas são espaciais em diferentes escalas. Segundo Santos (1997, p.50), a forma, “refere-se, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada

isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de seus aspectos num dado instante do tempo”.

A noção de função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado. Assim, este tem um aspecto exterior visível - a forma e desempenha uma atividade, a função. De acordo com Santos (1997, p.50), “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa”. Nesse sentido a proposta do trabalho foi à identificação dos papéis urbanos desempenhados por cada uma das cidades da Região da Quarta Colônia.

O termo estrutura é relativo modo como os objetos estão organizados, tomando como exemplo a organização espacial das cidades da Região da Quarta Colônia em sua totalidade. Refere-se então, não a um padrão espacial, mas a maneira como estão inter-relacionados entre si as suas cidades. Estrutura é a natureza social e econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo. Para Santos (1997, p.50) a estrutura, “implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção”.

O processo é definido como a ação que se realiza continuamente, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança, o processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. Segundo Santos (1997, p.50), processo “pode ser definido como uma ação continua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança”. Assim, de acordo com o conceito de processo dado por Santos, o trabalho aborda o processo de transformação das funções urbanas oferecidas pelo espaço urbano das cidades da Quarta Colônia.

Ao assumir o espaço urbano como categoria de análise constituído por um conjunto de objetos e de ações, pretendeu-se atentar para o movimento dialético entre forma e conteúdo encontrados no espaço urbano. Para tanto, trata-se de entender as funções dadas pelos diversos atores sociais, na busca pela materialização de seus interesses. Processos esses que conferem conteúdos as formas geográficas que, ao conter frações do social, não são elas apenas forma, mas formas-conteúdo (Santos, 1997).

Para Santos (1997), influenciado por Marx e Lefebvre, o conceito de espaço é interdependente aos conceitos de modo de produção e formação econômico-social, portanto, o espaço teria de ser encarado como um fator social. É a ação humana que gera a organização do espaço, que origina forma, movimento e conteúdo de natureza social sobre o espaço. Nas sociedades de mercado, a ação humana é

caracterizada pela ação de atores que, ao se apropriarem e controlarem os recursos escassos, natural e socialmente produzidos, tornam-se capazes de impor sua marca sobre o espaço.

Na metodologia da pesquisa, buscaram-se os caminhos para a compreensão interpretação a cerca do urbano na região da Quarta Colônia e que papéis urbanos essas cidades desempenham. A partir do conteúdo encontrado nessas cidades, essas informações deram subsídios para a interpretação de como o espaço urbano é constituído.

Nesse sentido, esta pesquisa está constituída por procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa que traz como tema principal “Os papéis urbanos das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia-RS”.

O levantamento de dados/informações sobre processos que configuraram a atual Região devem ser efetuadas se utilizando:

O estudo histórico das cidades é importante. Para tanto, parece fundamental resgatar e recuperar sua história, não apenas para reflexão sobre o urbano, mas para se fazer uma Geografia além da observação da paisagem, para além do que nossos sentidos podem perceber (Sposito, 2004). A autora ainda salienta que é preciso considerar todas as determinantes no estudo das cidades: econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo, constroem, transformam e reconstroem a cidade. É preciso Ressaltar que devemos entender a cidade em sua dinâmica de construção através de um espaço resultado das relações sociais que estabelece.

A cidade enquanto produto histórico e social tem relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos construtivos e com sua história. Portanto, ela vai se transformando à medida que a sociedade como um todo se modifica (Carlos, 1999). Assim, buscou-se um resgate histórico das cidades da Quarta Colônia.

A pesquisa de campo constitui-se fundamental para este trabalho. Diante das preocupações e dos questionamentos em relação ao papel desempenhado pelas cidades da Região da Quarta colônia, considerando que estas são de pequeno porte. Além disso, o levantamento fotográfico proporcionado pelo trabalho de campo foi importante para essa dissertação.

O trabalho de campo, em um primeiro momento, levantou dados e informações referentes aos bens e serviços oferecidos por cada uma das cidades

pertencentes à Quarta Colônia, realizando posteriormente tabelas, quadros e gráficos para cada município e comparações entre eles a cerca dessas informações.

Fez-se necessário à análise do questionário socioeconômico e do formulário do Plano Diretor Ambiental, analisando as diferentes informações, interpretando quais são os bens e serviços importantes para a explicação do espaço urbano. Nesse sentido a análise dos dados e informações contidos no Plano Diretor Ambiental dos Municípios da Quarta Colônia serviram como ponto de partida para a interpretação dos papéis urbanos das cidades da Região da Quarta Colônia.

Segundo a equipe da Sociologia – Plano Diretor Ambiental, a partir da base de dados do Censo de 2000 foi construída uma amostra não probabilística estratificada proporcional por cotas e distribuída internamente pelas quadras no perímetro urbano dos municípios<sup>2</sup>. O critério de escolha do domicílio visitado obedeceu ao critério de sorteio. No perímetro rural, o critério de seleção dos entrevistados foi a homogeneidade das comunidades rurais de todos os municípios a partir da base de dados das prefeituras e identificados nas comunidades locais. O universo de pesquisa foi distribuído conforme apresentado na tabela abaixo.

**Tabela 10 – Municípios da Quarta Colônia. Distribuição da população por município e número de questionários aplicados.**

Município	Área do Município		Total	Questionários	
	Área Urbana	Área Rural		Área Urbana	Área Rural
Agudo	6.626	10.088	16.714	151	58
Dona Francisca	2.200	1.372	3.572	107	51
Faxinal do Soturno	3.747	2.596	6.343	.*	57
Ivorá	763	1.615	2.378	64	56
Nova Palma	2.898	3.534	6.432	111	54
Pinhal Grande	1.345	3.151	4.496	70	32
Restinga Seca	8.213	8.187	15.595	135	56
São João do Polêsine	1.132	1.570	2.702	64	51

Fonte: Equipe da Sociologia; Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

\*Não foi aplicado questionários na zona urbana.

<sup>2</sup> A exceção foi o município de Faxinal do Soturno no qual não foi aplicado questionários na zona urbana, pois o município já havia realizado estudo semelhante quando realizou o seu Plano Diretor Urbano no ano anterior. Assim, sua participação foi apenas na construção do Plano Diretor Regional de modo que as atividades de aplicação de questionários se limitaram a zona rural do município.

A aplicação dos questionários foi do tipo domiciliar realizadas por acadêmicos de segundo semestre do curso de bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria no período de agosto e setembro de 2008 – zona urbana -, e de janeiro a fevereiro de 2009, na zona rural.

O questionário foi composto por questões abertas e fechadas e versava sobre as características sócio-ocupacionais dos moradores, a rotina de deslocamentos, sua relação com o meio natural, sobre questões de associativismo (participação política, engajamento social) e aspectos do patrimônio cultural.

Na seqüência colocam-se as questões do questionário consideradas fundamentais para a explicação dos papéis urbanos das cidades da Quarta Colônia:

\_Situação dos serviços urbanos como, saúde, telefones públicos, comércio, prestação de serviços, como bancos, supermercados, agências de correio, policiamento, áreas de lazer, transporte público;

\_Avaliação dos serviços urbanos como, rede de esgoto, água encanada, energia elétrica;

\_Serviços que a família utiliza como escolas, creches, hospital, posto de saúde, rádio comunitária;

\_Quais os principais pontos positivos e negativos da cidade?

\_Como é o conhecimento sobre a cidade e região?

\_ Aspectos em comum da Região da Quarta Colônia?

\_Aspectos que identificam a cidade dentro da Região?

\_Frequência de deslocamentos para a sede do município e para os outros municípios da região?

\_Onde costuma fazer compras e utiliza serviços?

\_Qual cidade da região da Quarta Colônia utiliza mais seguidamente para compras e serviços?

\_Quais os bens e serviços buscados na cidade e nos outros municípios da Região?

Além do questionário foram entregues formulários a serem completados pelos responsáveis pelas secretarias dos municípios, como Secretaria da Saúde, Educação e Cultura, buscando dados e informações referentes a esses órgãos em cada município, o formulário encontra-se no apêndice B.

## 2.2 Os trabalhos de campo

A pesquisa de campo é um instrumento de trabalho essencial ao Geógrafo. É uma fase que enriquece os trabalhos científicos, pois a partir das observações e das coletas de dados/informações, juntamente com os conhecimentos e concepções, o pesquisador é conduzido a reflexões e análises sobre o objeto em estudo.

A primeira etapa do trabalho de campo foi realizada na cidade de Dona Francisca, em 12 de setembro de 2008. A investigação sobre o objeto de estudo, que parte da compreensão dos “Papéis Urbanos das Pequenas Cidades da Região da Quarta Colônia - RS”, foi empreendida com base nos objetivos e pressupostos teórico-metodológicos de investigação apresentados na pesquisa.

O trabalho de campo objetivou o conhecimento da área urbana, bem como a observação, além de fotografias da organização e composição da cidade de Dona Francisca.

O resultado do trabalho de campo foi satisfatório na medida em que se teve um primeiro contato, observação e análise da organização do espaço urbano.

O segundo trabalho de campo ocorreu nos dias 17, 18, 31 de janeiro e 01, 02 e 03 de fevereiro de 2009. Esse segundo trabalho de campo deu-se juntamente com a equipe da Sociologia do Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia, com a aplicação dos questionários na área rural dos municípios. Neste momento a investigação sobre área em estudo buscou o conhecimento dos municípios de Nova Palma, São João do Polêsine e Faxinal do Soturno, Ivorá, Restinga Seca, Pinhal Grande e Agudo, tanto as áreas urbanas como rurais. Nas áreas rurais houve o contato direto com os agricultores, com conversas e trocas de ideias proporcionadas pelos assuntos abordados no questionário.

O trabalho de campo objetivou o conhecimento das áreas rurais e urbanas dos municípios, além da captura de imagens que retratam a sua realidade, assim como a análise e interpretação do aspecto visual desses municípios.



## **CAPÍTULO 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA GEOGRAFIA URBANA**

### **3.1 Entendendo o significado de cidade e de urbano**

Para o entendimento do que difere ou completa os termos cidade e urbano, precisamos entender o processo de urbanização e de formação das cidades.

Para entender o sentido de cidade e mesmo de urbano é necessário buscar na cidade antiga suas características. Num primeiro momento as cidades possuíam um significado religioso, e de acordo com Rolnik (1995, p.14): “[...] a cidade dos deuses e dos mortos precede a cidade dos vivos, anunciando a sedentarização”.

As pesquisas históricas revelam que nas primeiras aglomerações sedentárias - com alguma densidade populacional - os processos técnicos utilizados e as condições sociais e naturais do trabalho permitiram que a sociedade produzisse o que necessitava para seu consumo, se estabelecendo assim em um local permanente a fim de desenvolver suas atividades.

As cidades antigas como as gregas e romanas, tiveram forte dimensão política. A cidade, nos tempos bíblicos, passa a ser o local de riquezas, de conhecimentos, local do trabalho e da guerra, sendo também o local administrativo e do poder. É neste sentido, que a autora Rolnik (1995, p.21) nos diz que: “A origem da cidade se confunde, portanto, com a origem do binômio diferenciação social/centralização do poder”. As palavras da autora nos remete a questão da segregação socioespacial e ao sentido político-administrativo da cidade.

O aparecimento das primeiras cidades teve como condição a sedentarização de grupos humanos, o que gerou conseqüentemente, condições favoráveis para o aparecimento e estabelecimento de uma divisão social do trabalho, que deixou de ser baseada a partir de então somente em diferenças etárias ou mesmo de sexo.

O estudo histórico das cidades é importante. Para tanto, parece fundamental resgatar e recuperar sua história, não apenas para reflexão sobre o urbano, mas para se fazer uma Geografia para além da observação da paisagem, para além do

que nossos sentidos podem perceber (Sposito, 2004). Nesse sentido a autora ainda salienta que é preciso considerar todas as determinantes no estudo das cidades; econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo, constroem, transformam e reconstróem a cidade. É preciso ressaltar que devemos entender a cidade em sua dinâmica de construção através de um espaço resultado das relações sociais que estabelece.

As cidades desempenham ao longo do tempo uma importância indiscutível como “elemento fundamental da organização do espaço” (Beaujeu-Garnier, 1995, p. 07). Afinal, é nela que a maioria da sociedade habita atualmente e conseqüentemente a constrói e reconstrói, num processo contínuo de adequação à sua lógica econômica, social e política. O estudo das cidades adquire sua importância e a ciência geográfica se destaca nesta compreensão, principalmente pelo período em que vivemos, onde o crescente aumento populacional urbano, evidenciado inclusive pelo inchaço das cidades e aumento de problemas como violência, a falta de acesso às estruturas básicas, dentre outros.

No caso do Brasil, tais problemas decorrem do fato de que o país não se preparou devidamente para esse processo de urbanização e ainda não está preparado para dar suporte para as pessoas que vivem nas cidades, com políticas urbanas adequadas. Corrêa (2004, p.08) salienta que “o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista”.

Tal reflexão nos leva a precisar melhor o termo urbanização, que, segundo Castells (1969 apud ENDLICH, 2006), tem dois sentidos distintos: a concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade; e difusão de sistema de valores, atitudes e comportamentos.

Portanto, o termo urbanização se refere à constituição de formas espaciais particulares que tomam as sociedades, caracterizadas pela concentração de atividades e de população sobre um determinado espaço, bem como a existência de um sistema de organização cultural, que Castells, denomina de “cultura urbana”.

É conveniente lembrar que o espaço urbano é reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas no contexto socioeconômico e espacial da atualidade (Corrêa, 2004).

Precisamos entender o sentido de urbano como sendo uma forma de ocupação do espaço, sendo o lugar de gestão, de tomada de decisões. A concepção de urbano extrapola a de cidade, trata da relação cidade campo, tendo a divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base. Considerando que as relações sociais se estabelecem nesse espaço. Para Corrêa (2004)

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado; cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas, associados as operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos freqüentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, as visitas aos parentes e amigos e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques, (CORRÊA, 2004, p.07).

O termo urbano designa ainda uma forma particular de ocupação do espaço por uma população, ou seja, a aglomeração, resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente elevada, com uma grande diferenciação funcional e social. É, sobretudo, pelas relações sociais que se estabelecem nesse espaço, decorrentes de uma aproximação físico-territorial e de um sistema cultural sintonizado com um projeto de modernidade, que se expressa o modo de vida urbano (Bezerra, 2002).

Assim, Silva complementa o sentido de urbano considerando que,

O urbano não pode ser definido por critérios meramente demográficos e estatísticos, já que é resultado de uma dinâmica muito mais ampla que remete as dinâmicas do modo de produção e que somente pode ser compreendido com uma análise da complexidade das divisões social e territorial do trabalho, que por sua vez, necessita de uma análise multiescalar, para que se possa entender os processos em suas totalidades (SILVA, 2006, p.77).

Não se pode negar que hoje o Brasil é um país urbano, com grande parte da população vivendo na cidade. Bagli (2006) vai ao encontro desta idéia explicando a causa da expansão do espaço urbano, sendo devido à atração que exerce sobre as pessoas em virtude da concentração de funções e também porque recebe os

egressos do campo expulsos pela lógica expropriatória do modo de produção. E ainda considera o espaço urbano ao se expandir, concentra pessoas e funções.

Não podemos nos referir ao urbano e urbanização sem falarmos da cidade. A cidade é geralmente associada à idéia de um espaço concreto que podemos delimitar mentalmente, com espaços delimitados, por exemplo, bairro-periferia (Santos, 1994). Porém, cada cidade possui uma forma diferenciada, algum detalhe, até mesmo no seu processo histórico de formação, que as faz peculiar, ou seja, que faz com que uma cidade, não seja exatamente igual à outra. Nesse sentido, cabe também a nós geógrafos investigar as cidades em suas complexidades e peculiaridades.

Conforme Lefebvre, (1969 apud ENDLICH, 2006) cabe as cidades funções de organização, direção, atividades políticas, militares e elaboração do conhecimento. Sposito (2004, p.11) explica que: “Entender a cidade de hoje, apreender quais processos dão conformação á complexidade de sua organização e explicam a extensão urbanização neste século, exige uma volta ás suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória”.

Vários autores discutem o conceito de cidade, variando em suas colocações. Tal conceito depende do tempo histórico e da própria metodologia que se quer aplicar em seu estudo. Deste modo, Souza (2007) destaca que as cidades representam objetos concretos produtos da e para sociedade.

A cidade é uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico (SOUZA, 2007, p. 04).

### **3.2 A diferenciação cidade-campo: A questão das pequenas cidades**

As cidades para Castells (1973 apud BEZERRA, 2002) se formaram e passaram a existir tendo por base a produção e o trabalho na terra. As cidades

tornam-se o local de residência dos proprietários rurais que não precisavam mais estar fixados no lugar da produção agrícola.

Elas são os centros religiosos, administrativos e políticos, expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se de um novo sistema de organização social, mas que não é separado do rural, nem posterior a ele, porque eles são estreitamente ligados no seio do processo de produção de formas sociais, mesmo se, do ponto de vista dessas formas, se esteja em presença de duas situações diferentes. (CASTELLS, 1973 apud BEZERRA 2002, p. 23)".

Concretizava-se naquele momento a separação entre campo e cidade, que se consolidaria depois em rural e urbano. Essa dicotomia rural/urbano torna-se menos saliente no momento que as práticas antes restritas ao meio urbano são observadas também nos espaços rurais, como supermercados, rodovias. Por sua vez, os espaços urbanos se expressam como uma extensão do rural, consolidando um *continuum* em que não se observa a distinção entre um espaço e outro (Rosa; Ferreira, 2006).

Os debates a cerca do rural e do urbano são relevantes para quem estuda as pequenas cidades, pois os limites estabelecidos entre essas duas dimensões são procurados exatamente nesse espaço/tempo. Dessa forma, são comuns colocações de alguns autores como Veiga (2002) quando discute as cidades imaginárias e Santos (1979) quando se refere às pseudocidades, estes autores nos fazem pensar se seriam essas pequenas cidades realmente cidades, ou então se poderiam ser consideradas urbanas, ou ainda, se seriam apenas pólos rurais. Para compreender o novo modelo de relações entre o mundo rural e o mundo urbano, é necessário redefinir os papéis de cada um destes âmbitos.

Endlich (2006) considera que a processo de urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, em decorrência da maneira contraditória como ocorre. Considerando que seria preciso problematizar acerca dessas novas atividades desenvolvidas no campo, entendidas como um novo rural. Para a mesma autora, o modo de vida urbano vem sendo tão bem aceito por parte da sociedade rural, por causa do conforto, da acessibilidade, enfim pelo próprio vínculo com a cidade. Assim, o próprio acesso à mídia, que veicula valores urbanos, faz com que a

população rural adquira também valores urbanos. A proposta de volta ao campo e revalorização da natureza, também acontece de acordo com os princípios urbanos.

Saquet (2006) menciona que o urbano comanda a dinâmica econômica do Brasil, que lhes atribui formas, funções e estruturas que garantem as melhores possibilidades de reprodução capitalista no contexto socioespacial. Salieta que o urbano não se efetiva isoladamente do rural e nem de outros espaços urbanos. Carlos (1999, p.25) coloca que: “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária” [...] “Estas palavras ‘tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado das cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio das cidades sobre o campo”.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra, muitas vezes interligados entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, outras, aquelas de reserva para futura expansão (Corrêa, 1997).

No entanto, é válido ressaltar que o Brasil não é formado apenas por metrópoles, possuindo grande número de pequenas cidades. Considerando ainda, que a Geografia precisa entender quais são os papéis urbanos das pequenas cidades na sua região e no todo. Tendo como ponto de partida a busca das manifestações apresentadas no território delimitado, verificando as determinações que o produziram.

As pequenas cidades não são exceções. É preciso conhecê-las bem, entender os seus processos estruturadores, enfim, sua dinâmica, a fim de intervir adequadamente em seu funcionamento.

Outro aspecto é que as pequenas cidades, em muitos casos, são localizadas em áreas de economia agrícola, desempenhando papéis urbanos bastante restritos, tendo em vista predominar entre seus habitantes segmentos que possuem renda familiar baixa, o que possibilita somente um consumo básico, destinado a permitir a reprodução da força de trabalho.

Ainda sobre a divisão campo e cidade Santos (2005, p. 65) propõe que a já clássica divisão rural e urbano no Brasil seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: “os espaços agrícolas e os espaços urbanos, [...] as regiões agrícolas (e não rurais) contém cidades; as regiões urbanas contem atividades rurais

[...] teríamos então [...] áreas agrícolas contendo cidades adaptadas as suas demandas e áreas rurais adaptadas as demandas urbanas”.

Deve-se fazer um resgate histórico sobre o processo de constituição das cidades e da sua região, discutindo o surgimento dessas pequenas cidades, analisando as transformações pelas quais passaram, considerando os papéis que atualmente desempenham.

Segundo Lefebvre (1969, p.66), “a relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e os modos de produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação”.

A partir da década de 1950, com o processo de industrialização e de modernização da agricultura implementadas pelo Estado brasileiro, o modelo urbano-industrial se sobrepôs ao agrário, promovendo expressivas modificações nos espaços, repercutindo nas relações entre a cidade e o campo.

Neste contexto, os pequenos agricultores, descapitalizados, sem condições disputarem em um mercado altamente competitivo (e ainda considerados um impedimento ao crescimento do país) abandonam de forma massiva o campo em direção às periferias urbanas. As favelas, funcionando como uma “zona de amortecimento” entre o campo e a cidade, acolhe estes migrantes de forma precária, aprofundando as contradições da cidade capitalista, aumentando a segmentação social e as condições de miséria e desigualdade social (Endlich, 2006).

Nesse sentido, pode-se sugerir que não existem mais dois mundos que se opõem, e sim uma crescente aproximação entre o campo e a cidade, onde não há ruptura, e sim “continuidade”, (Sposito, 2006).

De acordo com as ideias de Saquet (2003),

O urbano e o rural também são diferentes, mas não excludentes. (...) o urbano relaciona-se reciprocamente com o agrário em qualquer lugar. Ambos, tanto um quanto o outro, só vem a ser o que são pelo outro. O urbano só é, a partir de sua interação com o agrário e , da mesma forma e concomitantemente, o , sem agrário só é, a partir de sua relação mútua com o urbano. Logo não existe concreta e abstratamente a existência do outro. Entre estes contrários, há uma interação e um movimento incessantes, que os constituem e dão vida á sociedade, que se desenvolve desigualmente, (SAQUET, 2003, p. 97).

Articulados pelas inovações tecnológicas, pelos transportes e comunicações, os espaços urbano e rural interagem, se mesclam, se (re) organizam, na forma de um contínuo espacial (Sposito, 2006).

Ainda para Endlich (2006),

O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana, (ENDLICH, 2006, p.86).

Para muitos pesquisadores, a busca de critérios para uma definição do que é a realidade urbana e rural hoje precisa considerar não apenas os dados estatísticos e demográficos e suas variáveis territoriais, demográficas, econômicas e funcionais (Endlich, 2006). Ainda segundo a autora, seria necessário pensar esta problemática numa amplitude maior, levando em conta as coexistências, a relação entre as diferentes dimensões sociais, políticas, históricas, culturais, econômicas, ambientais, procurando privilegiar as particularidades de cada espaço, mas buscando compreender esta relação dentro de uma visão abrangente.

Singer (1973 apud FIGUEIREDO, 2008, p. 32) destaca que, por mais variadas que sejam as definições de cidade, existe entre elas um ponto em comum: “trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas umas das outras. As discussões giram em torno do tamanho mínimo desta aglomeração: alguns pretendem que seja de 2.000, outros propõem 5.000 e assim por diante”. Para Figueiredo (2008, p. 32) “hoje existem cidades com população inferior a estes números, o que demonstra a inconsistência deste fator na identificação da cidade. Assim, uma característica marcante da cidade é o fato de a população viver concentrada num pequeno território”.

Para Figueiredo (2008) não existe ainda, entre os pesquisadores, um consenso sobre o que seria uma pequena cidade e que critérios deveriam ser utilizados para a sua classificação. Sabe-se, entretanto, que o tamanho de uma cidade tem importância fundamental, não só para diferenciar uma cidade de outra, mas também para explicar tais diferenciações.

Ainda segundo as idéias da autora, no Brasil, não existe uma definição precisa para as cidades grandes, médias ou pequenas. Entretanto, quando são



realizadas pesquisas sobre cidades médias, a maioria dos pesquisadores considera, nesta categoria, aquelas cidades cuja população é superior a 50 mil habitantes, sendo que o limite máximo varia de autor para autor, o que por si só já revela alguma inconsistência, fato que não se restringe apenas ao nosso país, pois essa indefinição se verifica também em outros.

Para Santos (1979),

Quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema, (SANTOS, 1979, p. 69-70).

Sendo assim, a cidade reflete o seu tempo e as relações da sociedade. “A cidade é uma realização humana, produto e obra, por isso tem a dimensão do movimento da vida humana” (Carlos, 1994, p. 90).

Deve-se fazer um resgate histórico sobre o processo de constituição das cidades e da sua região, discutindo o surgimento dessas pequenas cidades, analisando as transformações pelas quais passaram, considerando os papéis que atualmente desempenham.

Para Lencioni (1985 apud BACELAR, 2008)

As pequenas cidades não são devidamente estudadas e analisadas, pois as análises geográficas se prendem a aspectos mais gerais dos problemas e situações das grandes e das médias cidades do Brasil como se os problemas urbanos fossem exclusivamente e apenas existentes nestas cidades. Ora, isto representa um preconceito e até mesmo falta de entendimento acerca da realidade destas pequenas cidades. O fato interessante a ser observado é que o nível ou a escala dos debates e dos problemas urbanos é alterado devido às diferentes dimensões das cidades (LENCIONI 1985, p. 15 apud BACELAR, 2008).

Há poucos estudos que abordam os problemas ambientais das cidades pequenas, principalmente se comparados com o número de trabalhos dedicados às médias e grandes. Porém, trabalhos mais recentes já vêm apontando problemas significativos das cidades pequenas. Bucci et al (1991) afirmam que,

[...] nos últimos anos, os graves problemas que vêm acometendo os grandes centros urbanos brasileiros [...] têm contribuído para consolidar a imagem de que cidade de pequeno e médio porte, localizadas no interior do país, comportariam elevados níveis de qualidade ambiental. Ali não compareceriam os problemas normalmente existentes nos espaços metropolitanos. Entretanto, [...] pesquisas constataam a ocorrência de problemas da mesma natureza[...], (BUCCI et al, 1991, p. 664-665).

Assim, a falta de controle dos poderes locais, no que se refere à ocupação do espaço urbano, tem levado ao agravamento dos problemas ambientais e também à improvisação de suas soluções.

Em todas as pequenas cidades da Região da Quarta Colônia encontramos traços da vida rural no tecido urbano, que se expressa, entre outros, pela ocupação da população em atividades rurais tradicionais e na manutenção de hábitos ligados ao rural.

As pequenas cidades têm uma forte ligação com seu entorno rural, e em alguns aspectos desempenham um papel semelhante ao do espaço rural. Assim, ela não pode ser analisada separadamente do seu entorno rural (Bacelar, 2008, p. 24).

Nesse sentido, de acordo com Damiani (2006, p.141) “o processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial. E essa mundialidade atravessa inclusive as pequenas cidades”.

Nas visitas realizadas nas cidades da região, constatamos que o padrão urbanístico nelas predominante é simples. De um modo geral, na maioria das pequenas cidades a vida urbana gira em torno da praça central, que normalmente é a da igreja, para a qual convergem ruas e caminhos. Essa é também a parte da cidade que possui as melhores casas, geralmente habitadas por pessoas que têm prestígio social ou político. Sendo que, o perfil habitacional é variável.

### **3.3 A Região**

A caracterização e conceituação de Região vai depender do objetivo que norteia o estudo. Ou seja, definir quais os critérios que permitem identificar e analisar esse espaço específico.

Corrêa (2001, p. 184) enfatiza que “associado genericamente à noção de diferenciação de áreas, o conceito de região tem se constituído, ao longo da história

moderna do pensamento geográfico, em um dos seus conceitos-chave, os outros sendo os de paisagem, espaço, lugar e território”.

Mediante as transformações do espaço urbano, o Estado se torna incapaz de manter uma infra-estrutura básica e também de prover os equipamentos necessários para atender a todos os setores e áreas. Percebe-se a necessidade de pensar no planejamento urbano, como uma alternativa para os problemas enfrentados pelas cidades. Para isso precisamos compreender os conceitos e temas que envolvem este espaço.

Neste contexto, Corrêa (2001) assinala que,

O conceito de região desperta o interesse de não-geógrafos, daqueles que, de alguma forma, se interessam pela dimensão espacial da sociedade. Novos conceitos de região foram produzidos por geógrafos e não geógrafos, ampliando ainda mais o pluralismo conceitual (CORRÊA, 2001, p.187).

Para Santos (1994) a região não desapareceu. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos.

Para Santos (1997, p.71) “A cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde”. Segundo o autor na verdade na cidade há leis que se sucedem no tempo mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo que é a cidade.

Corrêa (2001, p. 183) nos lembra que a origem etimológica do termo região estaria no termo *regio*, do latim, o qual se referia “à unidade político-territorial em que se dividia o Império Romano”. Ainda segundo este autor, o fato de seu radical ser proveniente do verbo *regere*, governar, atribuiria à região “em sua concepção original, uma conotação eminentemente política”.

O mesmo autor ainda enfatiza que o termo região estaria associado genericamente à noção de diferenciação de áreas, coloca ainda que o seu conceito tenha se constituído, ao longo da história moderna do pensamento geográfico, em um conceito-chave na geografia.

Gomes (1995, p. 50), por sua vez, segue a mesma linha de pensamento ao assinalar a raiz etimológica da palavra: “*regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma”.

Com isso, a região é uma construção mental que a partir de uma visão seletiva da realidade, congrega elementos de forma intersubjetiva, criando um código próprio que norteia as decisões e os comportamentos. Os elementos são oriundos de uma realidade objetiva, porém os critérios que os unem, ou selecionam, são estabelecidos em uma base comum de subjetividade. Há diferenças individuais nessa escolha e interpretação da realidade, mas que estão em sua maior parte, submetidas a uma subjetividade que ultrapassa o pessoal e encontra coerência e força no coletivo. Dessa forma, a cultura é a chave necessária para interpretar esse espaço intersubjetivo (Queiróz, 2006).

Já Castro (1992) aborda como questão central a compreensão do conceito de região pelo viés político, mas alicerçado no espaço regional, estabelecendo a compreensão de que o conceito de região deverá possibilitar um recorte para análise do fato político de base regional. Sendo que o termo passou a designar uma dada porção da superfície terrestre que, por um critério ou outro, era conhecida como diferente de outra porção.

O regional é um conjunto de identidades não vinculadas necessariamente aos limites formais estabelecidos pela cidade e pela própria região. A região seria resultado das relações sociais estabelecidas pelas cidades e entre elas com o todo.

Para Corrêa (1991),

O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia. Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado a noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, a aceitação da idéia de que a superfícies da terra é constituída por áreas diferentes entre si (CORRÊA, 1991, p. 22).

Para Santos (1994) a região é considerada como parte do espaço total e/ou global. O autor ainda coloca que são tomadas diversas escalas para seu

entendimento e a região pode ser vista como uma subdivisão do espaço, seu conjunto de sistemas de ações e de sistemas de objetos indissociáveis.

Entre os geógrafos o termo região não entra em um consenso. O que se percebe nesse breve resgate sobre o conceito de região é que apesar de cada autor apresentar uma ênfase nos estudos sobre o seu conceito, muitos pontos são convergentes em suas propostas. São estes pontos comuns que também colaboram para o avanço da concepção de região na tradição geográfica.

Sendo assim, a Geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação de lugares, regiões, países e continentes, resultante das relações entre os homens e entre esses e a natureza.

Na totalidade do espaço, a região e os estudos regionais estão presentes, envolvendo diversas questões que os geógrafos discutem, a exemplo das desigualdades e da preocupação com o próprio desenvolvimento das regiões.

Para se construir um processo contínuo de desenvolvimento da região buscase utilizar o instrumento do planejamento. Este deve envolver a sociedade local num processo contínuo de ocupação do espaço, visando o crescimento de toda região. O desenvolvimento de uma região se deve então, à transformação do território em sujeito coletivo e ativo. Neste sentido Santos (2002, p. 332) fala do poder local ressaltando que: “O lugar defronta o mundo, mas, também, o confronta, graças à sua própria ordem”.

Parece-nos que nem todos os recortes regionais podem ser caracterizados, de fato, por regionalizações, pois o que pudemos constatar em nossas análises, é uma mesma identidade territorial, perpassando pelo socioeconômico, cultural e até mesmo, de ordenamento do território. Relacionando com a área em estudo - a Região da Quarta Colônia, parece que esta identidade territorial, como já destacado por vários dos autores é elemento importante na definição da regionalização.

As Regiões, regionalizações ou simplesmente os recortes regionais são produzidos e politicamente recortados, constituindo muitas vezes uma resposta a interesses específicos e delimitados. Nesse sentido, para Santos (1997, p. 66) uma região é, na verdade, o lócus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado”.

A caracterização e conceituação de Região vai depender do objetivo que norteia o estudo. Ou seja, definir quais os critérios que permitem identificar e analisar esse espaço específico. O nosso objetivo ao tentar definir o conceito de

região, é mostrar que a Região da Quarta Colônia, teve a sua formação vinculada ao processo de colonização no qual por motivos políticos e econômicos vem tentando se consolidar enquanto Região, se distinguindo como um espaço diferenciado e delimitado no contexto das demais regiões.

Nesse sentido, a região não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas como um ator social, como elemento vivo, do processo de planejamento.

### **3.4 O processo de urbanização e a formação da rede urbana**

A transformação do Brasil em um país urbanizado, de base industrial, ocorre efetivamente, a partir da segunda metade do século XX. A divisão social do trabalho foi elemento estruturante na história da organização do espaço das cidades brasileiras e na transformação do sistema produtivo, que só se torna industrial, na medida da expansão do processo de urbanização.

A população urbana sobre o total da população brasileira passou de cerca de 16% em 1920 para 31% em 1940, 45% em 1960 e 74% em 1991 e 80% em 2000. (IBGE, 2000).

O processo de urbanização no Brasil vincula-se a transformações sociais que vêm mobilizando a população dos espaços rurais e incorporando-a a economia urbana, bem como aos padrões de sociabilidade e cultura da cidade. A inserção no mercado de trabalho capitalista e a busca por estratégias de sobrevivência e mobilidade social implicam na instalação em centros urbanos e em uma mobilidade espacial constantemente reiterada.

Nas últimas décadas o Brasil vem passando aceleradamente por mudanças em seu sistema urbano relacionadas com as diversas etapas do seu desenvolvimento socioeconômico.

A industrialização caracterizou-se por estabelecer estruturas produtivas diferenciáveis, permitiu o aumento e diversificação do consumo, e assim, praticamente determinou as diversas fases da urbanização no sentido que cada etapa dessa urbanização torna-se representação dos resultados das diversas fases da industrialização.

A Região da Quarta Colônia caracteriza-se pelo crescimento do número de pessoas vivendo nas cidades, sendo que este índice chegou a 50,04% em 2006, ultrapassando assim a população rural. Esse processo de urbanização se verifica já para o ano de 2000, em que apenas o município de Dona Francisca e de Faxinal do Soturno apresentavam população urbana superior a rural. Posteriormente, para o ano de 2006, conforme a figura 13, verificam-se, além desses município, o de Restinga Seca com população urbana ultrapassando a rural, em 57,30 %, conforme figura 13. No município de Nova Palma o número de pessoas que vivem na cidade vem crescendo, representando 49,5% da população total (FEE, 2000; 2006). No gráfico abaixo (figura 13) pode-se analisar o número de população por domicílio-rural e urbana nos municípios da Quarta Colônia.

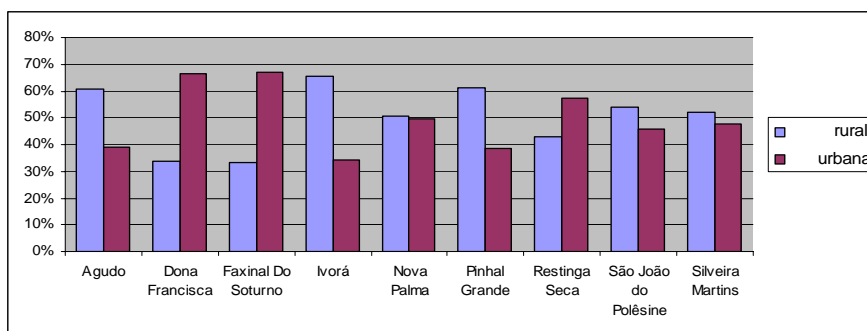


Figura 13: Gráfico da população por domicílio – rural e urbana nos municípios da Quarta Colônia.  
Fonte: FEE, 2006.

A Região da Quarta Colônia é caracterizada por pequenos municípios, sendo que o número de pessoas que reside nas cidades varia de 796 habitantes em Ivorá a 10.018 habitantes em Restinga Seca (FEE, 2006).

Consideramos que as dificuldades encontradas no meio rural, assim como na Região da Quarta Colônia, fazem com que os agricultores não consigam se inserir no modo de produção vigente e fique a margem do processo produtivo, submetidos a problemas sociais, muitas vezes indo à busca de melhores oportunidades nas cidades. Da mesma forma, na região Quarta Colônia verifica-se um gradativo aumento na população urbana, como pode ser verificado a tabela a seguir (tabela 11).

**Tabela 11 - Municípios da Quarta Colônia. Grau de urbanização.**

Municípios	Grau de urbanização (%)					
	1960	1970	1980	1991	2000	2006
<b>Agudo</b>	8,1	11,75	15,53	20,4	32,42	39,10%
<b>Dona Francisca</b>	criado em 1965	30,15	32,49	54,24	54,24	66,50%
<b>Faxinal do Soturno</b>	21,01	28,7	38,6	50,76	59,9	66,80%
<b>Ivorá</b>	criado em 1988			23,25	27,98	34,30%
<b>Nova Palma</b>	criado em 1960	12,63	18,24	27,23	42,17	49,50%
<b>Pinhal Grande</b>	criado em 1992				31,81	38,60%
<b>Restinga Seca</b>	10,41	14,27	31,98	43,91	49,95	57,30%
<b>São João do Polêsine</b>	criado em 1992				38,58	45,90%
<b>Silveira Martins</b>	criado em 1987			30,97	40,49	47,90%

Fonte: FEE, 2006.

Org.: Spolaor, S.

O que se verifica nos municípios da Região da Quarta Colônia é uma constante integração entre o modo de vida urbano e rural. Desta forma, muitas pessoas que moram na cidade desenvolvem suas atividades no meio rural, ou ainda algumas utilizam o meio rural apenas como moradia, deslocando-se para a cidade diariamente. Existem ainda as pessoas que moram na cidade e plantam pequenas lavouras no meio urbano, como se verifica nas imagens (figura 14 e figura 15). Na maioria dos terrenos na área urbana são encontradas plantações, hortas e frutíferas. Nesse sentido, as populações das pequenas cidades se diferenciam das populações das grandes cidades justamente pela interação entre o rural e o urbano.

Maia (2005) coloca que para entender as pequenas cidades é imprescindível a observação em campo, ou mais exatamente nas cidades. As apurações estatísticas são valiosas e muito contribuem para algumas conclusões. No entanto, é através da observação direta – aqui entendida no seu sentido mais amplo – da maior aproximação com essas localidades que se pode apreender essas realidades.

Assim, com base nas observações in loco que podemos afirmar que a vida nessas localidades, normalmente definidas como pequenas cidades, está fundada na imbricação do campo na cidade, ou ainda de uma vida rural na vida urbana. Tal imbricação não se pode desvendar a partir unicamente da análise das atividades



econômicas, mas principalmente do conhecimento dos costumes, dos hábitos, da vida cotidiana dos seus habitantes e ainda do tempo que rege essas localidades.



Figura 14: Plantação de milho – centro da Cidade de Dona Francisca.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2008.



Figura 15: Plantação de feijão – centro da Cidade de Dona Francisca.  
Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

A partir daí verificamos que nos pequenos municípios, as atividades rurais não podem ser analisadas separadamente da dinâmica urbana que lhe fornece insumos, sementes, comercializa a sua produção, além de oferecer serviços como saúde, educação, comunicação, acesso á rede bancária, entre outros.

As pequenas cidades que, pelo seu “tecido urbano”, pela sua funcionalidade, parecem mais centros rurais, encontramos neles indícios de vida urbana, conforme definido por Lefebvre (1999), seja no comércio de produtos cada vez mais industrializados, nos encontros nas praças, nas manifestações sociais e políticas, na informação via telefone e internet, nas antenas parabólicas, na terceirização e informatização de serviços, na formação de conselhos, entre outros. Algumas delas encontram-se ligadas, de forma direta, ao mercado globalizado, seja pela exportação de produtos agrícolas ou industriais. Além disso, não podemos apreendê-las como um conjunto homogêneo, pois cada uma tem suas singularidades.

Com a identificação do papel das cidades pequenas na rede, e o processo de formação, abre-se o caminho para a compreensão de processos mais verticalizados, que refletem o grau de intensidade das redes sociais locais e sua participação na totalidade sócioespacial. Apesar dos pequenos núcleos urbanos dos municípios da Quarta Colônia apresentar uma dinâmica urbana pouco desenvolvida, estes são capazes de atender as primeiras necessidades de toda a sua população. Os papéis urbanos das pequenas cidades revelam como estas estão inseridas e representam as dinâmicas do local e do regional.

Em relação às pequenas cidades, pensando a partir da rede urbana, estas estão articuladas em escalas que vão do local - a moradia, o bairro, a rua - ao mundial, quando é consumida por turistas de outros locais, por exemplo, ou a exportação de produtos. Carlos (1994) coloca que,

O papel e o lugar de cada ‘parcela do espaço’ em relação à totalidade considerada terá sua articulação e conseqüente importância de acordo com a determinação dentro do processo de produção espacial global, a partir da divisão do trabalho, o que implicará necessariamente uma hierarquia espacial, como processo de acumulação de capital, (CARLOS, 1994, p. 39-40).

Deste modo, na medida em que reforça os processos de inserção do pequeno município nos espaços sociais mais amplos, regionais, nacionais e mesmo internacionais, expressa concretamente as formas de integração entre o rural e o urbano e do local ao global, sintetizando e articulando a trama social e espacial dos pequenos municípios na rede urbana.

A rede urbana foi constituída pela localização do poder político administrativo e centralização correspondente dos agentes e atividades econômicas. A cidade surge então, principalmente, para atender as necessidades dos homens, sejam elas econômicas, políticas ou sociais. Para Corrêa (1997, p.93) “[...] compreende o conjunto de cidades que polarizam o território e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas”.

O aumento populacional se obteve nas cidades pelo modo de produção agrícola e a estrutura fundiária, que favoreciam um fluxo positivo da imigração campo-cidade. O resultado do crescimento da população urbana foi o abastecimento de gêneros alimentícios para uma população urbana não produtiva, uma rede de estradas para o transporte desse fluxo de mercadorias, serviços de infra-estrutura urbana.

A rede urbana é formada pelo sistema de cidades, no território de cada país interligado umas às outras através dos sistemas de transportes e de comunicações, pelos quais fluem pessoas, mercadorias, informações etc. Segundo Corrêa (1989)

A rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros (CORRÊA, 1989, p. 94).

Sobre a análise dos fixos e fluxos para entendimento da rede, Santos (1988), esclarece que, a análise dos fluxos é às vezes difícil, pela ausência de dados. Mas o estudo dos fixos permite uma abordagem mais cômoda, através dos objetos localizados: agências de correios, sucursais bancárias, escolas, fábricas. Cada tipo de fixo surge com suas características que são técnicas e organizacionais. E desse modo cada tipo de fixo corresponde a uma tipologia de fluxo. Um objeto geográfico, um fixo, é um objeto técnico, mas também um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente.

A verdade é que ultimamente as relações entre as cidades brasileiras estão bem mais integradas, as cidades não estão mais inseridas na economia global “Trata-se, em toda parte, de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual, cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção” (Santos, 1988).

Para Endlich (2006),

Os pequenos centros urbanos não são iguais entre - si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre elas. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais (ENDLICH, 2006, p. 52).

As cidades ligadas umas as outras estão em processo contínuo de dinamismo e assumem a sua importância dentro da rede de acordo com a sua produção, circulação, consumo e os diversos aspectos das relações sociais.

A rede urbana reflete e reforça as características dos contextos políticos, econômicos e socioculturais da própria realidade em sua complexidade. Trata-se, portanto, de uma nova geografia, como apontou Santos (1994), com mudanças no contexto, no conteúdo e nas formas de uso do espaço, cujos resultados combinados configuram um novo Brasil urbano, no qual se destaca um complexo e variado processo de reestruturação da rede urbana, a partir da redefinição dos conteúdos e dos papéis das cidades, sejam elas metrópoles, grandes cidades, cidades médias ou cidades pequenas.

A rede urbana segundo Corrêa (1989, p.05), “É o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam. Via rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo uma economia mundial”.

Para entender uma rede, é necessário levar em conta uma dada região e as cidades que aí se distribuem em alguns tipos caracterizados por certo papel econômico influenciados pela história; a inserção geográfica dessas cidades em sua região vai repercutir na maneira pela qual elas cumprem seus papéis na rede urbana (Oliveira, 2010).

Assim, conforme Santos (1988), não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana, pois as relações mudaram de conteúdo e de forma, uma vez que uma cidade não fica mais necessariamente restrita a manter relações com o seu entorno, mas com espaços mais distantes.

Para Fresca (2004, p.38), a rede urbana com seu conjunto de cidades, de infraestruturas de transporte, comunicação, informação, dentre outros, “envolve

inúmeras relações de integração interna e externa, e ao mesmo tempo manifesta novos padrões de desigualdades vinculados aos processos sociais”.

Percebe-se assim que, mesmo distante uns dos outros, os lugares podem estar conectados até mais profundamente na rede, por meio da verticalidade que rompe as barreiras geográficas e a distância. Portanto, independe da localização. Não há necessidade de contiguidade e tudo depende de como se estabelecem as correlações de forças entre seus componentes sociais dentro da conexão em rede.

### **3.5 Rede urbana e as pequenas cidades**

Para Damiani (2006) no estudo das cidades, surgem as redes e a hierarquia urbana em uma complexidade do estudo urbano. O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais em toda e qualquer cidade.

Para Damiani (2006, p.136) “O planejamento nacional foi substituído por planejamentos estratégicos, envolvendo redes de cidades; cidades estas de mais de um tamanho, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias”.

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles. O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana, (Endlich, 2006).

Quando se leva em conta, o universo das cidades pequenas constata-se que no Brasil essa realidade é bastante expressiva, uma vez que, há um número

significativo de municípios com essas características, o que leva a justificar que a interpretação desses centros é relevante para a compreensão do quadro urbano. Com estas idéias, pode-se afirmar que a realidade urbana no Brasil é complexa e atentar, portanto, para o estudo das pequenas cidades é buscar compreender um universo de distintas particularidades históricas com diferentes magnitudes econômicas, papéis e significados na escala do contexto político regional e da rede urbana (Matos, 2008).

Mesmo diante da falta de consenso sobre a definição conceitual de pequena cidade, não se pode omitir a preocupação com essa categoria, justamente por estas abrigarem parcelas significativas da população, constituindo-se em espaço representativos para a sociedade.

Evidentemente não podemos analisar as pequenas cidades apenas do ponto de vista demográfico, haja vista a diversidade que as caracteriza e o papel que exercem na rede urbana brasileira. Maia (2005, p.7) ressalta que “[...] este critério tem sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto”. Realmente não se pode deixar de considerar a população quando se quer pensar sobre o que se denominou de pequenas cidades, mas por outro lado, não se pode partir unicamente deste dado. Pois, mesmo que se enquadrem dentro de uma mesma faixa de número de habitantes, há ainda muita discrepância entre estes espaços.

O desenvolvimento do conceito de pequena cidade se esbarra em questões que se relacionam por um lado, com dificuldades teóricas mais amplas como a própria problemática da definição de cidade, no contexto contemporâneo. Por outro, diz respeito também ao frágil conhecimento empírico dessa espacialidade.

Assim, deve-se compreender que as pequenas cidades apresentam determinadas características que lhe são próprias e, desse modo, certo centro é diferente um do outro não somente pela sua dimensão demográfica, mas por sua produção histórica e pela posição que assume na divisão territorial do trabalho.

Pensar a cidade pequena e seu papel na rede urbana brasileira, exige como ponto de partida, a relevância da formação sócio-espacial de tais cidades frente à região e a rede (Corrêa, 1989). Tal colocação não visa afirmar uma rigidez hierárquica, mas considerar as especificidades apresentadas pelos pequenos núcleos na formação e desenvolvimento urbano do país, desvendando a pluralidade

de sujeitos e ações, que envolvem tais cidades em níveis distintos de complexidade e interações na rede.

A pequena cidade, que Santos (1979) prefere chamar de cidade local distingue se pela sua influência estritamente local, de uma cidade média. Apesar de possuir um nível urbano elementar, é fundamental para seu entorno imediato, ou seja, as vilas e a zona rural. Isto através das solicitações de produção, circulação, distribuição e consumo que, na medida do possível, precisam ser satisfeitas localmente. De acordo com aquele autor, numa escala urbana populacional a cidade local representa o nível inferior, visto que suas atividades estão a serviço da população local e da zona de influência.

Milton Santos denominou as pequenas cidades como cidade local e acrescentou que esta corresponde a “[...] aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” Santos, (1982, p. 71).

De acordo com Castells (1989 apud NASCIMENTO; CARVALHO, p. 13), o local conta com uma “característica própria” que, se bem utilizada, pode garantir sua inserção no mundo global das redes: “[...] porque os governos locais defendem interesses específicos, ligados à sociedade local, eles podem identificar estes interesses e responder flexivelmente aos requerimentos dos fluxos de poder, identificando, assim, a melhor posição de negociação em cada caso”. Isto depende estritamente da participação ativa da comunidade e do desenvolvimento de políticas e ações que aumentem o poder de barganha e a importância do local perante as organizações e instituições globais.

A modernização agrícola supõe um aparelho comercial, administrativo e bancário de que as cidades, mesmo as menores necessitam se equipar. Esse fato vem ocorrendo frente à dispersão de fluxos (capitais, informação). Entretanto, não é necessário uma hierarquia urbana de tamanho populacional e funcional para que relações comerciais, administrativas, serviços, informação, entre outros, aconteçam. Atualmente, as trocas ocorrem sem necessariamente seguir um nível hierárquico, como é o caso de relações cidades locais e metrópoles.

Por ser a cidade local representativa das formas de dispersão, ela recebe constantemente fluxos, através de informações e modelos de consumo, pelos meios modernos de transporte e modernização da economia das cidades médias e

metrópoles. São esses canais que levam à modernização das atividades primárias, secundárias e terciárias, tanto no campo quanto na cidade.

Neste contexto as pequenas cidades tem se industrializado produzindo tanto para o mercado brasileiro, como para o exterior e paralelo ao crescimento industrial vê-se em alguns casos o crescimento populacional (Silva; Soares, 2008).

O espaço urbano, compreendido como o espaço das relações humanas na cidade é o símbolo representativo de como a população que o habita faz sua apropriação e uso. Para Corrêa (2004, p. 9) “O espaço urbano é constituído por diferentes usos da terra”.

A valorização dos lugares não é mais colocada de forma hierárquica pelo seu tamanho, especificamente às “pequenas cidades”, incorporadas ao processo de globalização. “O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões (...) rompendo as estritas hierarquias (Damiani, 2006, p.136). Nessas cidades coexistem lugares como locais que são mediadores ao desenvolvimento e a dinâmica socioespacial das regiões.

A partir da concepção de ruralidade e de urbanidade poderemos explicar o significado da “pequena cidade”, como manifestações de modos de vida locais que se preservam mesclados com o “moderno”. “Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente”, (Damiani, 2006, p. 137). Isso implica em diferenças temporais e espaciais produzidas pelo modo capitalista de produção que se manifesta nas cidades ou nos lugares representando desigualdades e contradições sociais e econômicas.

O espaço rural nas pequenas cidades, deixa de ser o espaço por excelência da produção agrícola. Nesse sentido, alarga-se envolvendo também as pequenas cidades. Assim o modo de vida rural se faz presente no campo e na cidade e passa a ser denominado de ruralidade. E a urbanidade, da mesma forma, não esta restrita a vida urbana, mas a conquistas políticas da vida urbana diante das contradições da urbanização, buscando superar os problemas urbanos em torno de qualidade de vida e suas condições materiais e sociais. A urbanidade estimularia a organização coletiva da vida urbana e a participação social na gestão. Ainda tem o sentido de sociabilidade, de estar com o outro, (Endlich, 2006).

Para Abramovay, (2000) as pequenas cidades, com características de ruralidade, podem ser lugares alternativos ao desenvolvimento da sociedade,



A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas [...] A importância entre nós da agricultura não deve impedir uma definição territorial do desenvolvimento e do meio rural. Esta definição não é útil apenas para as áreas mais desenvolvidas do país, ela pode revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e, sobretudo mostrar dinâmicas regionais em que as pequenas aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades, (ABRAMOVAY, 2000, p. 25-26).

Outro aspecto que dá significado a pequena cidade é o seu caráter funcional. A função das pequenas cidades determina a sua participação na rede urbana. Cabe ressaltar que as pequenas cidades diante do processo de urbanização e modernização agrícola deixaram de ser apenas cidades no campo e passaram a ser cidades do campo, desempenhando diversos papéis e funções.

Segundo Bacelar (2008, p. 62), “As pequenas cidades, com todas as características peculiares, são exemplo de contradições entre o novo e antigo; entre o moderno e a tradição; entre a administração pública gerencial e o patrimonialismo; entre as formas da modernidade e as heranças culturais”.

## **CAPÍTULO 4 OS PAPÉIS E OS SIGNIFICADOS DO ESPAÇO URBANO NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA**

Esse capítulo apresenta a caracterização do espaço urbano dos municípios da Quarta Colônia, bem como a Região dada pelo sítio urbano, como: os aspectos físicos, a localização, as formas urbanas, o breve histórico de formação da sua população, bem como as tendências da urbanização, dos significados e dos papéis urbanos para cada município.

Assim, apresenta-se o significado de cada uma das oito cidades que fazem parte da região da Quarta Colônia, o qual perpassa pelos bens e serviços que a cidade oferece a sua população, bem como pelos fatores históricos, socioeconômicos, ambientais e culturais que estruturam a formação territorial da cidade na região.

Para significar as pequenas cidades chamou-se o tema tempo/urbanos: o papel da cidade na Região, onde se apresentam o sítio urbano e a formação histórica e o papel cidade, neste último item considerou-se as questões colocadas na metodologia como aquelas fundamentais na representação dos papéis urbanos. Finalmente, foi feita uma reflexão chamada “Significando a pequena cidade da Região da Quarta Colônia”.

Buscam-se, portanto, os significados e as identidades que tornam essas pequenas cidades, importantes centros dinamizadores da vida e da produção do espaço geográfico urbano/regional. Nesse sentido o espaço urbano construído nessas cidades possui relações com o campo e com a região que ora são materializados no espaço pelas ações históricas, e ora são da ordem de políticas públicas do estado que ordenam e edificam programas nem sempre desejados pela população.

As funções e as formas, sendo elas consideradas como estruturas e formas básicas, são um grande arcabouço na compreensão das cidades, pois são representantes da história do lugar e de sua evolução. Compreendendo a história é possível estabelecer quais foram as políticas aplicadas, com suas conseqüências positivas e negativas. Porém, para obter este resultado é necessário vincular

diversos aspectos: “[...] trabalhar geografia histórica, vinculando o espaço e o tempo às condições econômicas, políticas, sociais e territoriais” (Ueda, 2006, p. 141).

Diante dessas categorias de análise, tratou-se nessa parte do trabalho de sintetizar o papel do espaço urbano da pequena cidade ao seu município e sua região, demonstrando sua importância na valorização das funções que a cidade exerce e suas relações com as demais cidades da região.

Nesse sentido, segundo Carlos (1994) a cidade é uma realização humana e tem a dimensão do movimento da vida humana, sendo importante o conhecimento da história das cidades. Também, para Sposito (2004) é fundamental resgatar e recuperar a história das cidades, não apenas para uma reflexão sobre o urbano, mas para fazer uma Geografia além da observação da paisagem, para além do que nossos sentidos podem perceber.

E para a realização dessa síntese elaborou-se uma tabela (apêndice C) representando os bens e serviços que cada cidade possui em números quantitativos, os quais foram levantados em trabalho de campo pela equipe do Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia, os quais devem qualificar e valorizar os papéis que exercem cada pequena cidade no processo de sua inserção da região. Ressaltando que os mapas e demais dados foram adquiridos pelas equipes do Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

#### **4.1 O tempo/espaço urbanos: o papel da cidade de Agudo na Região**

##### **4.1.1 O sítio urbano de Agudo**

A sede do município de Agudo inicialmente tem o sentido de espaço de poder administrativo, como todos os municípios da Região da Quarta Colônia e do País. Esse núcleo de povoamento de colonos alemães, onde se aglomeram os seus habitantes e suas construções de moradias, de comércio, de serviços e os institucionais, constituíram o sentido de espaço urbano e mesmo de cidade hoje representada.

A Picada Morro Pelado, aberta em 1855, conforma a atual Avenida Concórdia, a principal da cidade. O travessão central era a linha que separava as picadas, e esta linha corresponde à atual Avenida Concórdia, que é a principal e mais longa da cidade.

Desta forma, o sítio urbano se apresenta constituído por uma longa Avenida, de onde se distribuem todas as ruas laterais, e é a partir desta avenida que a cidade cresce. Estes aspectos que caracterizam o município de Agudo têm sua origem ligada ao processo de imigração alemã, ocorrido a partir de 1857. Em função desta origem, a configuração da cidade é marcada pela uniformidade das ruas laterais que partem da Avenida Concórdia.

O sítio urbano de Agudo criado pelos seus habitantes, os imigrantes alemães, já identifica a forma que a cidade adquiriu assentada no plano de uma região de várzea do rio Jacuí, em que a rizicultura irrigada tomou conta da economia do município até hoje. A altitude onde o sítio urbano do município de Agudo está assentado é de 83 metros.

A forma de várzea também deu a configuração do espaço urbano num terreno plano cortado de Norte a Sul pelo arroio Hermes, que deságua no rio Jacuí e corre a poucos metros da cidade. A cidade tem na Avenida Concórdia, a concentração do comércio e dos serviços da cidade, fundamentais para o homem rural. No mapa de uso do solo do município de Agudo pode ser observado a distribuição do uso do solo urbano.

Essa relação forte de contiguidade da cidade com o campo representa e identifica o sentido da cidade de Agudo em que a relação está intimamente ligada a prestação de serviços e as festas.

O município de Agudo, no que se refere a sua população, segundo dados da FEE (2006), conta com uma população de aproximadamente 16.875 habitantes, deste total 65.3% residem na área rural e 34.7% na área urbana, sendo 50,4% do sexo masculino e 49,6% do sexo feminino. Agudo compreende uma área de 533Km<sup>2</sup>, resultando uma densidade populacional de quase 30,49 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Dentro da divisão etária da população, em Agudo verificamos percentuais aproximados ao da população da Quarta Colônia, sendo que aproximadamente 21% da população tem idade entre 0 e 14 anos, cerca de 64% tem idade entre 15 e 59 anos e aproximadamente 14% tem mais de 60 anos (IBGE, 2006).

Do total da população, a faixa etária até 14 anos de idade, considerada jovem, representa 21,64%, a faixa etária de 15 a 60 anos perfaz 64,00% e as pessoas com mais de 60 anos fazem parte de 14,35% do total da população, (IBGE, 2006).

Quanto ao número da população por sexo entre a faixa etária de 0 e 14 anos 50,86% está representada pelo sexo masculino e 49,13% pelo feminino. Da população na faixa entre 15 a 59 anos, 55,02% são homens e 44,98% são mulheres, podendo-se inferir que a população em idade escolar e a economicamente ativa, apareceu respectivamente, em maioria do sexo masculino. E quanto a população com mais de 60 anos, 44,59% são mulheres e 55,40% são homens, o que demonstra uma proporção quase equivalente. Estes dados ainda demonstram a maior expectativa de vida da população feminina de Agudo.

Entre os destaques turísticos da cidade de Agudo está o Instituto Cultural Brasileiro Alemão, sendo uma homenagem ao Pastor Richard Rudolf Brauer, líder comunitário e religioso de Agudo, fundado em 1982 por um grupo de colaboradores, o Instituto abriga, um centro cultural com museu (Museu Histórico Pastor Rudolf Brauer), auditório (Auditório João Gerdau), biblioteca alemã, salas de vídeo e de oficinas culturais, localizado na Avenida Concórdia, centro da cidade de Agudo (Confederação Nacional dos Municípios - CNM), a cidade ainda possui belas praças e construções que reproduzem a arquitetura alemã, da época da imigração. Além de festas tradicionais como a Festa do Moranguinho.

Nesse sentido, cada município, ou localidade busca nos produtos uma forma de identificação, como estratégia de promoção do local, ancorados no tradicional cultivo de um produto agrícola ou no preparo de um prato típico da culinária local.

Cabe salientar ainda, o peso dos valores culturais na configuração regional. Embora o atual momento econômico vise à homogeneização da sociedade, expandindo inclusive os valores culturais dominantes, algumas práticas permanecem enraizadas geralmente as associadas ao poder de dominação de sociedades locais por determinados grupos no sentido político-econômico, que pode constituir uma forte barreira para o desenvolvimento local-regional.

Ainda segundo a Confederação Nacional dos Municípios o município de Agudo conta com outros atrativos turísticos na área rural como:

\_ Monumento do Imigrante; foi construído em 1907 em comemoração ao Cinqüentenário da Imigração Alemã no Estado com restos mortais de 18 imigrantes.

Hoje, o Monumento simboliza a chegada dos imigrantes e toda sua força e garra pela reconstrução de uma nova morada. Localiza-se na RST 348;

\_Balneário Drems; localizado na linha Boêmia, oferece infra-estrutura de camping, bar, lancheria e churrasqueiras, fica aberto durante o período de veraneio;

\_Cascata Friedrich, localizada no Rincão do Mosquito, pela rodovia RST 287, possui infra-estrutura para o lazer;

\_Gruta do índio, localiza-se na Linha dos Pomeranos, sendo fonte de pesquisa arqueológica;

\_Cascata Raddatz é uma queda d'água de 32 metros e uma escadaria de 132 degraus, localizada em Linha Nova, á 16 Km da sede do município;

\_ Mirante Morro da Figueira, conta com uma altitude de 531 metros, possuindo uma rampa de Rampa de Asa Delta e Paraglider, localizado á 5 km da sede do município;

\_Morro Agudo, o nome do município surgiu em virtude deste morro, que está localizado a oeste da cidade, com 429 metros de altura. A trilha do Morro Agudo é caracterizada pela diversidade ambiental e pela paisagem rural composta por agricultores que estão trabalhando nas suas lavouras, campos, matas secundárias, formações de rochas entre outras belezas naturais e representações da cultura local.

O uso do solo urbano, segundo o Plano Diretor Ambiental, está dividido em: comercial, uso misto, industrial e residencial.

Apenas o Distrito Industrial possui uma lei com finalidade específica industrial. No restante da cidade, as áreas são geralmente mistas, com um eixo comercial na Avenida Principal (Concórdia). A Figura 16 mostra o uso do solo na área urbana de Agudo, onde se percebe que grande parte dos lotes do perímetro urbano de Agudo possui uso residencial, com alguns pontos em que o comércio é centralizado, caracterizando uso misto.

Existem, na área urbana, pouca verticalização, sendo que a maioria está localizada na Avenida Concórdia, principal eixo comercial e de serviços. As demais edificações são para uso público ou residenciais.

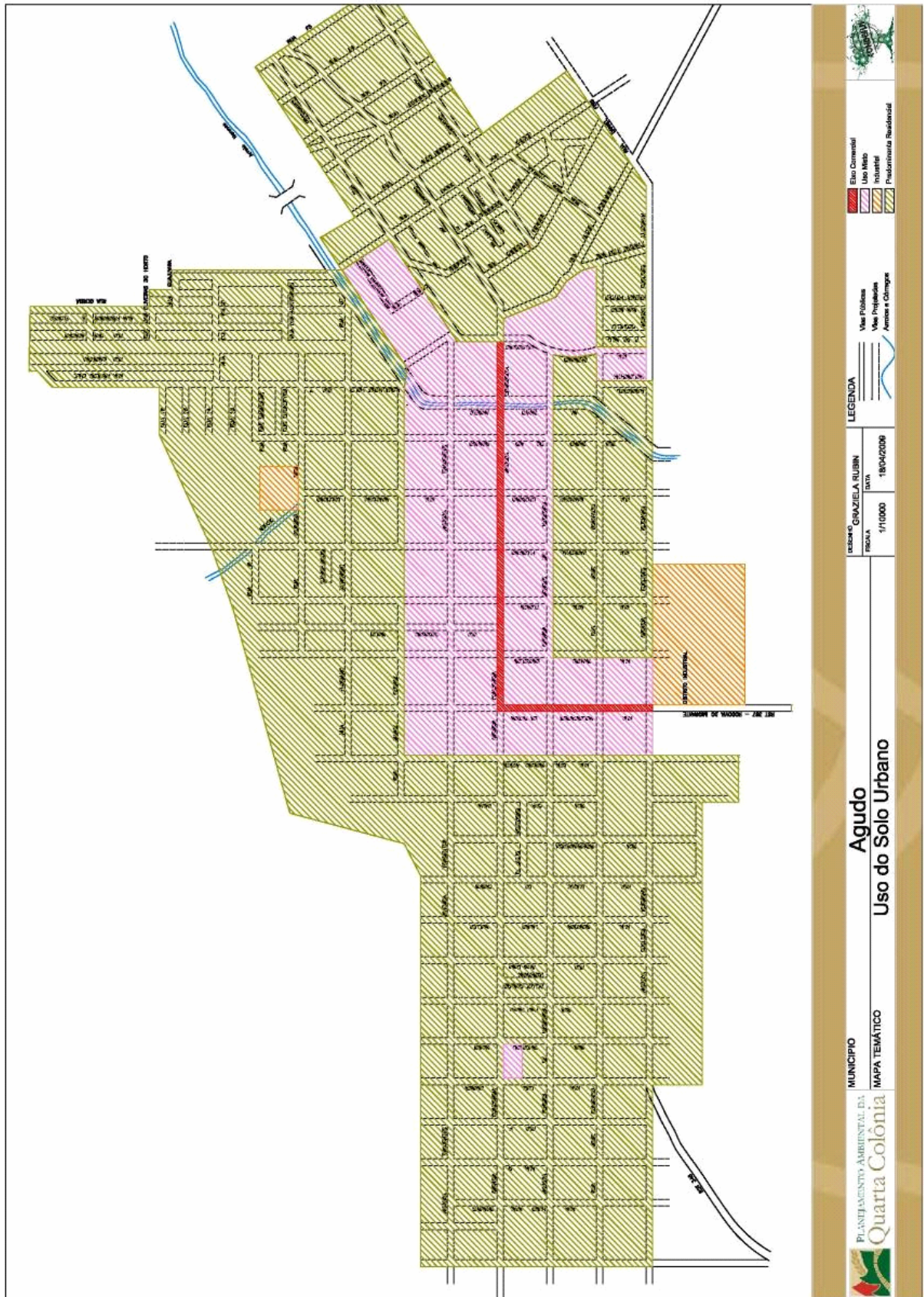


Figura 16: Uso do Solo Urbano do município de Agudo.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Agudo; Plano Diretor Ambiental.



#### 4.1.2 Formação histórica e o papel da cidade de Agudo na Região

Partindo da análise das funções, entendidas como os papéis urbanos das cidades e suas formas aliadas às estruturas econômicas e socioculturais, pode-se compreender a história e sua evolução (Ueda, 2006).

Nesse sentido, os índios das tribos humaitás, vieiras e tupi-guaranis habitavam as terras que hoje compreendem o município de Agudo. As missões jesuíticas espanholas existentes na região no século XVII e XVIII procuravam catequizar os indígenas e, para isso, formaram a Missão Santana, em 1632, que posteriormente foi destruída por Raposo Tavares.

O município de Agudo é originário da Colônia Santo Ângelo de imigração alemã, instalada em 1857. A emancipação ocorreu em 16 de fevereiro de 1959, sendo que o território, de 536 km<sup>2</sup>, foi desmembrado de Cachoeira do Sul e Sobradinho.

No ano de 1800, a região e o morro denominado de Agudo apareceram pela primeira vez em um mapa organizado pela Província Rio-grandense. Já muito antes do início da colonização nesta região, instalaram-se famílias de descendentes de portugueses, que ocupavam pequenas posses. Quando os alemães chegaram por volta de 1857, para ocuparem a área e fundarem a Colônia Santo Ângelo, encontraram esses brasileiros ocupando a parte leste e sul da chamada Picada do Morro Pelado (hoje cidade de Agudo) e da Picada Teotônia (Rincão Despraiado e Cerro Chato), (Werlang, 1995).

Em 1885 a câmara de Cachoeira do Sul dividiu a Colônia Santo Ângelo em seis Complexos coloniais, surgindo o distrito de Agudo. Em 1938, Agudo foi elevado à categoria de Vila.

O primeiro diretor foi Florian Von Zurowski, que logo foi substituído pelo Barão Von Kahlden, sendo a primeira personalidade mais importante da história da Colônia Santo Ângelo, onde atuou como administrador público. A Picada Morro Pelado aberta em 1855, forma hoje a Avenida Concórdia, a principal da cidade. Em 1865 a Colônia Santo Ângelo torna-se o 1º Distrito de Cachoeira do Sul, estendendo-se à margem esquerda do Rio Jacuí até a Colônia Germânica (atualmente Candelária).

Em 04 de setembro de 1855, a Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, dividiu a Colônia Santo Ângelo em seis grandes complexos de acordo com a Lei Municipal



nº. 1.433 de janeiro de 1844, para a arrecadação de Imposto Colonial. Terminava então, a possibilidade da colônia tornar-se um grande município.

O município de Agudo faz parte da região da Quarta Colônia diante de sua proximidade física e de relações econômicas e políticas regionais. O Município na região, inclusive, tem outra identidade em termos étnicos e culturais, mas por questões políticas regionais veio recentemente a fazer parte da região.

Dentre os seus papéis urbanos, o setor da saúde no município apresenta deficiências, principalmente ao atendimento da população da zona rural, as quais são de difícil acesso, atendendo a demanda com apenas três unidades básicas de saúde, com atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem. Na sede do município, há outro centro de saúde com atendimento multiprofissional e um hospital com 64 leitos (IBGE, 2005). Sendo que é um dos hospitais mais requeridos por pacientes na Região, (Prefeitura Municipal de Agudo).

Os moradores da cidade de Agudo indicam que a maior parte da população (72,2%) utiliza os serviços de Unidade Básica de Saúde, PSF - Programa Saúde da Família, e uma parcela ainda mais significativa (84,8%) utiliza os hospitais. No entanto, para o atendimento de outras especialidades médicas, a população necessita a buscar em outras cidades, como Santa Maria, ou então na cidade de Faxinal do Soturno, a qual vem oferecendo serviços especializados, como Oftalmologia, referência na Região.

A identificação da saúde entre o rol de problemáticas foi uma das reclamações pela falta de equipamentos e condições para realização de diagnósticos, a qualidade do atendimento médico, a existência de poucos profissionais (Pesquisa de Campo, 2008; Plano Diretor Ambiental).

Outra problemática refere-se aos índices de saneamento básico nos domicílios, onde há deficiências, sendo que a maior parte tem apenas fossas sépticas, influenciando, nesse sentido, na qualidade da saúde da população. Existem no município fossas e sumidouros para o recolhimento de parte do esgoto, o restante vai para o esgoto pluvial. Toda a área urbana do município de Agudo tem abastecimento de água potável canalizada, apenas as habitações irregulares e algumas áreas ainda não ocupadas não possuem canalização e abastecimento.

O crescimento e a concentração da população em áreas urbanas, relacionados aos novos hábitos de consumo da sociedade têm contribuído para o aumento progressivo da produção de resíduos sólidos e cada vez mais para um

desequilíbrio ambiental. Na área urbana de Agudo a coleta de lixo é feita pela PRT, assim como o lixo hospitalar. O interior tem a coleta feita pela prefeitura, uma vez por semana, com destaque para a existência no Município da AFUZ (Associação Filhos da Luz) que coleta material reciclável em empresas e residências.

Os telefones públicos distribuídos é outra qualificação no exercício do papel urbano, são em número de 593 linhas. Porém, na área rural ainda deixa a desejar. Existem cinco antenas de celular distribuídas pela área urbana satisfatórias a população. Já a telefonia privada abastece o município como um todo, sendo coberto por dois códigos de área distintos (55 e 51), o que causa dificuldades de comunicação internas.

Para Saquet (2003),

“Os automóveis, os caminhões e o telefone, de forma geral, além de serem elementos do território (pois este não está desligado das formas espaciais) revelam as interferências de evoluções técnicas da produção do espaço local, dinamizando as redes locais e extralocais e agilizando a circulação e a comunicação, acelerando a circulação, seja de indivíduos e mercadorias, seja de informação, e, reforçam o domínio dos negociantes em seus territórios, (SAQUET, 2003, p. 161).

A segurança da população apareceu como uma qualificação do município, destacando-se a Delegacia de Polícia, Brigada Militar localizados no centro da área urbana e o Corpo de Bombeiros, que atende toda a área urbana e rural. Além disso, possui hidrantes distribuídos por toda a área urbana.

No papel da cidade há a organização de equipamentos culturais, o município possui um Departamento de Cultura que coordena atividades culturais com auxílio do Conselho de Cultura. O município conta ainda, com Coral, grupo de artesãos e grupo de danças folclóricas alemãs, bandas musicais, corais escolares, entre outras manifestações, são realizadas por grupos independentemente do poder público. O aspecto cultural na cidade de Agudo como na sua área rural é destaque de extrema valorização a sua população que participa ativamente atraindo pessoas de outras localidades.

Quanto ao setor industrial de Agudo, caracteriza-se por dez atividades industriais, composto por micro e pequenas empresas em atividades industriais tradicionais de pequeno porte, com o tamanho médio de treze pessoas ocupadas

por estabelecimento. A cidade possui um total de trinta e nove estabelecimentos comerciais, em 2005. O destaque é para o ramo de preparação e fabricação de artefatos de couro, que concentra sozinho 40% da mão-de-obra formal local. A economia é influenciada local e regionalmente por micro empresas produtoras de tecnologia, pela fabricação de máquinas e equipamentos.

O papel da cidade na prestação de serviços contempla pequeno número de ramos, um total de quatorze atividades, composta por micro e pequenas empresas em atividades terciárias tradicionais, cuja média de emprego é de quatro pessoas por estabelecimento.

Os transportes têm grande importância para o escoamento da produção, pois é um Município essencialmente agrícola, principalmente pela orizicultura. Nele existem duas rodovias estaduais, a RS-348 e a RST-287. A RST-287 passa pelo Sul do município na localidade de Cerro Chato, ligando-o a Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Porto Alegre, importantes centros comerciais. Já a RS-348, passa pelo interior, no setor oeste e sul, sendo relativamente a mais importante, atendendo as localidades de Várzea do Agudo e Rincão do Pinhal, grandes produtoras de arroz. Ressalta-se que há poucos investimentos no setor de transportes sendo um dos principais motivos para a baixa qualificação viária são as dificuldades de acesso a muitas regiões do município.

As atividades rurais não são responsáveis apenas pela movimentação econômica, pois são também as principais responsáveis pela geração e manutenção da maior parte dos empregos gerados na cidade. Cabe ressaltar que as atividades rurais abastecem grande parte do desenvolvimento econômico da cidade e desta forma as variações das produções agropecuárias são refletidas rapidamente nas atividades econômicas urbanas, no comércio e na prestação e serviços, além disso, é este setor o principal responsável pela manutenção e reprodução do poder econômico do município.

Quanto ao papel da cidade ligado a rede de equipamentos públicos e aos serviços públicos urbanos satisfazem as exigências da maioria dos moradores da cidade de Agudo.

A rede de equipamentos públicos comunitários compreende a rede de equipamentos de educação, cultura, saúde e segurança.

O percentual representado pelas respostas que se referem ao trabalho, pode, ainda, ser acrescido pelas respostas que indicam a falta de indústria como um dos

problemas vivenciados na cidade, visto que essa afirmação foi relacionada, pelos entrevistados, como causa da falta de postos de trabalho na cidade (pesquisa de campo, 2008).

No âmbito do trabalho, 37,7% dos moradores entrevistados destacaram o desemprego como o principal ponto negativo do município de Agudo. Desta forma, segundo o Plano Diretor Ambiental da Região, é necessário efetivar políticas públicas que tenham como estratégia de enfrentamento do desemprego o investimento no mercado de trabalho formal, aproveitando adequadamente os recursos humanos disponíveis. Isto necessita ser buscado visando diminuir a precariedade nas ocupações, aumentar a oferta de trabalho para suprir futuros desvios sociais ocasionados pela crescente demanda da população.

Outro ponto que chama atenção é o fato de mais de 50% da população alcançada pela pesquisa, no município de Agudo, não possui microcomputador (57,6%). Para Damiani (2006, p.04) “o mundo globalizado insere precariamente todos os espaços. Esse é o modo de inserção possível numa sociedade crítica como a moderna sociedade capitalista”.

Em relação ao consumo, uma parcela significativa dos que responderam à pesquisa (85,4%), afirmou que costuma utilizar serviços e fazer compras no seu próprio município. Quando indagados sobre a necessidade de buscar alguma mercadoria em outro município, 76,2% afirmam não procurar outro município para fazer suas compras, e um percentual de 8,6% relatou preferir a cidade de Faxinal do Soturno para fazer suas aquisições em bens e serviços, favorecido também pela proximidade física.

A modernidade alterou a forma a função dos municípios e, ao longo dos anos, as mudanças sociais refletiram nos hábitos e costumes das pessoas que começaram a viajar para outras cidades e pensar em lazer. Santos (1997) afirma que novas organizações espaciais, refletem a sociedade no espaço.

## 4.2 O tempo/espço urbano: o papel da cidade de Dona Francisca na Região

### 4.2.1 O sítio urbano de Dona Francisca

As cidades são uma forma de organização do espaço geográfico e, como tal, revelam os traços culturais e econômicos da população habitante, sendo moldadas para a satisfação das suas necessidades.

O município de Dona Francisca faz parte do Corede Central, na Microrregião Centro Ocidental Rio-Grandense do IBGE e na Mesorregião de Restinga (IBGE), Integrando a Bacia Hidrográfica do Jacuí.

O sítio urbano de Dona Francisca situa-se em parte localizado na Depressão Central Gaúcha, constituída por rochas sedimentares da Bacia do Paraná e também por formações geológicas atuais e terraços fluviais e em parte no Rebordo do Planalto Meridional Brasileiro, o qual se caracteriza por ser uma área de transição entre o referido planalto e a depressão. A altitude da sede do município está a 64 metros, considerando que o sítio urbano está condicionado pelo Rio Jacuí e pelo Rebordo do Planalto Meridional Brasileiro, além da rodovia que passa próximo da Cidade.

O sítio urbano de Dona Francisca foi criado pelos seus habitantes, na maioria italianos e alemães, sendo que a forma que a cidade adquiriu é devido as várzeas do Rio Jacuí, onde a população primeiramente se assentou, que até hoje é muito importante para a economia do município com o cultivo de arroz. Considerando que o rio Jacuí passa pelo perímetro urbano do município.

No que se refere à população do município de Dona Francisca, segundo dados da FEE (2006), o município conta com uma população de aproximadamente 3.629 habitantes, 38,68% morando na área rural e 61,32% na área urbana, mostrando um índice maior de população urbana. Do total de população, 49,80% são do sexo masculino e 50,20% do sexo feminino. O município abrange 114 Km<sup>2</sup> de área e possui uma densidade populacional de quase 31.33 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Do total da população, 22,65% dos habitantes possuem menos de 14 anos e, desse total, 48,54% são mulheres e 51,46 são homens. Percebe-se uma pequena diferença entre os sexos. Na faixa etária de 15 a 59 anos, a população representou 62,16% do total, sendo que 51,06% são homens e 48,94% são mulheres. Já para a

faixa dos idosos, com mais de 60 anos, o índice de mulheres foi de 56,62% e de homens 43,37%, confirmando a mesma expectativa de vida para o sexo feminino.

A cidade de Dona Francisca apresenta muitos atrativos turísticos como o Parque Histórico, que ocupa uma faixa na beira do rio Jacuí e homenageia as origens do município. Para lembrar os colonizadores, uma casa italiana e uma alemã, que estavam no interior do município, foram transferidas e remontadas no parque. A italiana é um sobrado onde, na parte de cima, funciona um museu e, na de baixo, se montaram os cômodos de uma típica casa de colônia, com objetos de época. A casa alemã, por sua vez, é o local usado para exposições e festividades (Prefeitura Municipal de Dona Francisca).

Além das casas, no Parque Histórico há restaurante, churrasqueiras, pista de MotoCross e diversas atrações. No lago, uma bomba de recalque aciona uma máquina a vapor, mostrando como era a irrigação do arroz - o principal cultivo do município. A água, por sua vez, aciona uma roda de moinho. Um trator e outros implementos antigos dão aos visitantes uma idéia da vida em uma comunidade rural do passado (CNM).

Outra atração turística da cidade de Dona Francisca é o Parque Turístico, que possui um mirante, no qual se tem uma vista das várzeas dos rios Jacuí e Soturno. No parque, também encontra-se um tobogã de 215 metros de comprimento e um teleférico (CNM).

Na área rural do Município, entre outros pontos turísticos, destaca-se a fuma do Morcego, uma gruta a 18 Km, localizada na localidade de Trombudo.

O uso do solo urbano de Dona Francisca foi dividido, segundo o Plano Diretor Ambiental, em uso: residencial; comercial, de serviço e institucional.

Apesar da inexistência de uma lei que define os usos para cada região da cidade, verifica-se na figura 17 uma concentração de atividades comerciais e de serviços próximas à RS – 348 e a porção central da zona urbana.

Dona Francisca apresenta poucas variações com relação à altura das edificações, sendo que a maioria são edificações unifamiliares de apenas um pavimento, podendo chegar a cinco nas edificações multifamiliares.

Verifica-se a presença de um comércio de pequeno porte cotidiano, que geralmente encontra-se junto às residências, configurando-se em uso misto.

O comércio do município não consegue suprir todas as necessidades da população local, fazendo com que esta busque outras cidades como Faxinal do

Soturno e Santa Maria para suprir esta carência, deixando assim, de contribuir para a receita municipal.

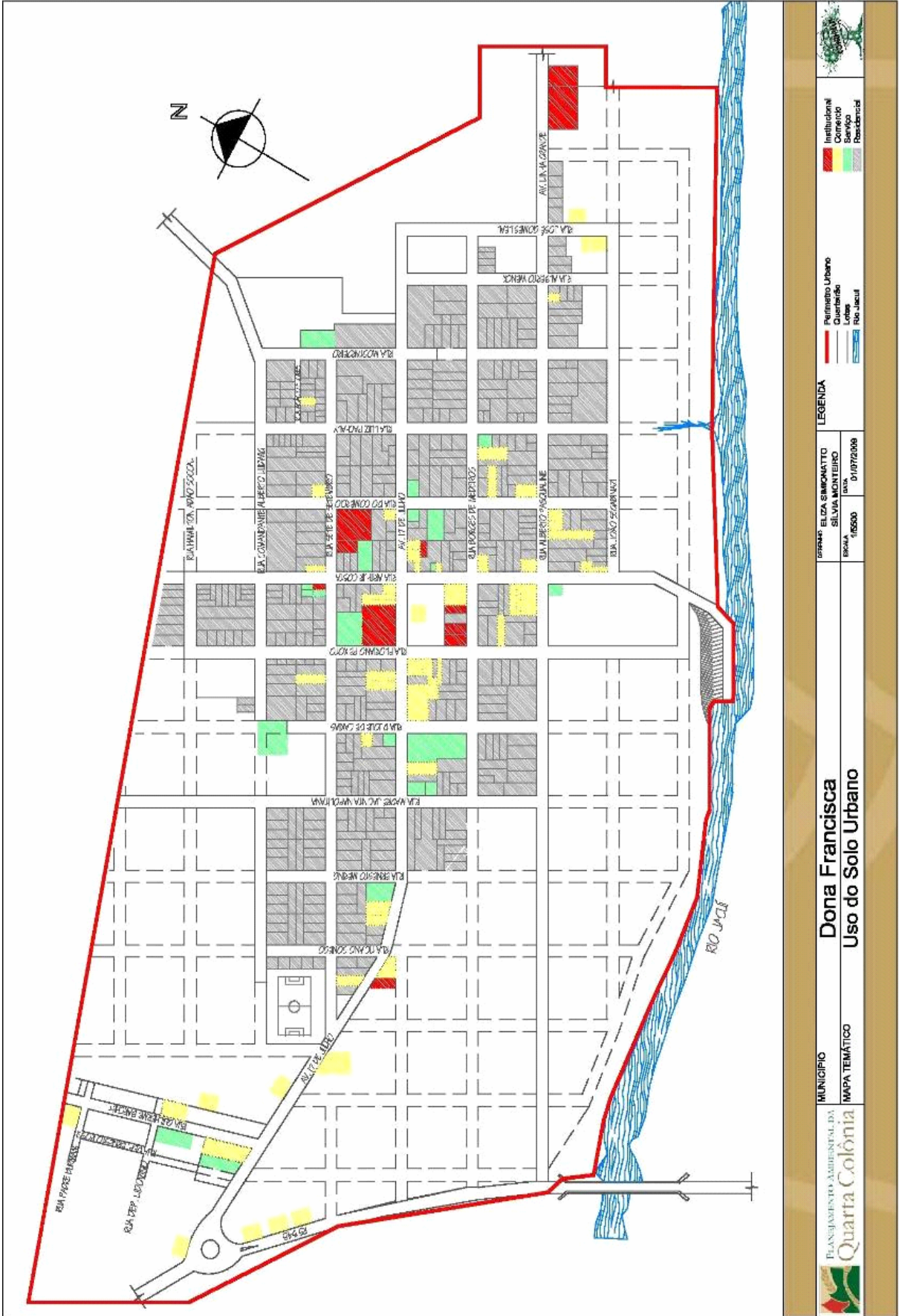


Figura 17: Mapa Temático Uso do Solo Dona Francisca  
Fonte: Prefeitura Municipal; Plano Diretor Ambiental.



#### 4.2.2 Formação histórica e o papel da cidade Dona Francisca na Região

O município de Dona Francisca fazia parte da antiga Colônia de Santo Ângelo (Werlang, 1995). Dona Francisca se situa às margens direita do rio Jacuí, curso d'água que delineou o terreno onde a cidade se implantou.

A sede do município era a Fazenda Santo Antônio, de propriedade do Senhor José Gomes Leal, o qual, por volta de 1880, vendeu a propriedade à Família Mostardeiro, de Porto Alegre, porque havia contraído dívidas. Em 1881, Manoel José Gonçalves Mostardeiro ali fixou residência, com o fim de administrar a área. No ano seguinte, abriu a primeira escola, tendo como professora sua filha, Anália Mostardeiro (Prefeitura Municipal de Dona Francisca).

Em 1883 é contratado um agrimensor para estabelecer as bases da colonização, implementada pelos imigrantes alemães e italianos, que traça o núcleo da atual sede do município. No projeto da sede constava o desenho de ruas e lotes delimitados. O nome Dona Francisca foi em homenagem à esposa do Sr. Mostardeiro.

Os colonos alemães fixaram-se em Linha Ávila e os italianos, oriundos do Vêneto e Treviso, onde hoje é Linha Grande, Linha do Moinho e Linha do Soturno. O desenvolvimento econômico, fruto do trabalho dos imigrantes, fez com que Cachoeira do Sul, no primeiro quarto deste século, instalasse em Dona Francisca a sede do 5º distrito, constituído pelas localidades de Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Linha Ávila, Santos Anjos, Polêsine e Vale Vêneto. Em 1934, chegaram da Itália as Irmãs Palotinas, criando a primeira Congregação da Ordem na América Latina e a Escola São Carlos (Prefeitura Municipal de Dona Francisca).

Em 1959, o Município decreta sua emancipação, sendo realizado um plebiscito para escolher a sede. Entre Dona Francisca e Faxinal do Soturno, este povoado do mesmo distrito foi o vencedor. Em 1965, Dona Francisca consegue sua autonomia, pela Lei nº. 4993, de 17 de julho de 1965, desmembrando-se de Faxinal do Soturno.

Dona Francisca é remanescente da antiga Colônia Santo Ângelo, cidade criada em 1855 para abrigar os primeiros imigrantes alemães, na margem direita do Rio Jacuí. Portanto o sítio urbano já nasceu numa área de várzea, conduzindo de certa forma a economia agrária do Município, especialmente o arroz irrigado.

Mais tarde além dos alemães, contribuíram para o crescimento da colônia os italianos, os africanos e os portugueses. Diante das relações culturais, sociais, econômicas, além da proximidade física e das políticas regionais, o Município faz parte da Região da Quarta Colônia.

Na área da saúde, o município de Dona Francisca atende seu papel com o Hospital Rainha dos Apóstolos que funciona na sede como entidade filantrópica, mantido através de convênios com a Prefeitura Municipal, SUS, IPE, UNIMED e Banrisul. O Hospital possui vinte e seis leitos, um clínico geral, um bioquímico e farmacêutico, uma enfermeira, quatro técnicos em enfermagem, cinco funcionários de serviços gerais e seis freiras, possui também, um laboratório de análises clínicas, uma farmácia interna e um ambulatório para atendimento médico (Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia).

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social é gestora de serviços de saúde municipalizada na gestão incipiente SUS. O município possui o Conselho Municipal da Assistência Social, e o Conselho Municipal da Saúde, órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde no âmbito do município composto por 19 membros. Essa estrutura permite a organização desses serviços no Município.

A pesquisa de campo indicou que a maior parte da população utiliza os serviços de Unidade Básica de Saúde (PSF), e uma parcela menor (32,7%) utiliza os hospitais. No entanto, para o atendimento de outras especialidades médicas, a população tende a buscar em outras cidades maiores, como Santa Maria, ou então na cidade de Faxinal do Soturno, na qual vem oferecendo alguns serviços especializados.

Na cidade de Dona Francisca não existe um sistema público de coleta de esgoto, a rede cloacal. Normalmente, as edificações apresentam sistema de fossa séptica e sumidouro. Quando existe a rede pluvial na frente do terreno, é comum o efluente da fossa séptica ser lançado diretamente na rede pluvial e depois ser despejado, sem tratamento, diretamente no rio Jacuí. Dentro do perímetro urbano de Dona Francisca existem duas áreas com ocupações irregulares, uma delas encontra-se próxima ao Rio Jacuí, localizada em uma área de preservação permanente e a outra localiza-se às margens da RS 348, considerando que nessas áreas se agrava os índices de falta de saneamento básico.

Em relação ao abastecimento de água na zona urbana é feito pela CORSAN, onde 98% da população é atendida. Na área rural, a água na sua maioria é

proveniente de fontes e vertentes, além das fontes drenadas. Algumas comunidades como Linha Ávila, Trombudo, Cerro dos Dambrós e Trombudo são abastecidas por poços artesianos, sendo que, cerca de 75 fontes drenadas, abastecem cerca de 40% da população rural do município.

A qualidade da água consumida pelas famílias rurais é uma preocupação, pois alguns estudos já demonstraram a contaminação por coliformes fecais e totais, sendo que esta contaminação deve-se em parte a superficialidade do solo com afloramentos de rochas em muitas áreas devido à má localização de fontes e falta de proteção adequada e deficiente manejo dos dejetos.

No meio urbano o lixo é recolhido duas vezes por semana, serviço esse terceirizado e realizado pela empresa PRT. Já no meio rural o lixo seco (reciclável ou inorgânico) é recolhido uma vez por mês em todas as localidades pela Prefeitura Municipal e repassado a PRT. Considerando que, o descarte elevado do lixo pode ocasionar sérios problemas ambientais, sanitários, sociais e econômicos. A matéria-prima usada na produção de materiais consumidos pelo homem é extraída da natureza e tende a voltar para o meio na forma de descarte.

A prestação de serviços em Dona Francisca caracteriza-se por pequeno número de ramos, um total de oito atividades. O ramo de atividade terciária predominante é o comércio varejista, de bens duráveis e não duráveis de consumo. Os bens de consumo em geral, excetuando veículos automotores, respondem por metade dos estabelecimentos e por 39% do volume de emprego. São, em média, micro empresas com menos de duas pessoas ocupadas e um salário real pouco superior ao salário mínimo.

A estrutura de estradas de acesso à Quarta Colônia é feita pela BR 287 que passa pelos municípios de Restinga Seca e de Agudo. Já o acesso principal aos demais municípios é realizado através da RS 149, pelo município de São João do Polêsine.

O município de Dona Francisca tem acesso por duas rodovias estaduais que tem importante papel no escoamento da produção, a RS-348 que dá acesso a área urbana de Dona Francisca e escoar a produção agrícola da porção sul do município que margeia a produção agrícola irrigada da porção leste do município.

Em relação aos equipamentos urbanos, o município de Dona Francisca não possui corpo de bombeiros e depende da disponibilidade de caminhões de municípios vizinhos.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Dona Francisca a energia elétrica é fornecida por duas empresas: Usina Hidroelétrica Nova Palma Ltda – UHNPL e a Cooperativa de Eletrificação Centro Jacuí Ltda – Celetro. A distribuição da UHNPL acontece para 970 usuários, sendo que 470 encontram-se na área urbana e 500 na zona rural. A Celetro dispõe de 1.481 usuários sendo na zona urbana e rural. A área rural encontra-se com 99% eletrificada.

Também há a necessidade de melhoria das redes já existentes, transformando de monofásicas a trifásica, possibilitando atender a demanda de consumo tais como: instalação de silos-secadores, ordenhadeiras, trituradores, forrageiras elétricas entre outras.

Informaram também que o município possui uma central DDD com 726 linhas telefônicas instaladas. No interior são quatro postos telefônicos distribuídos nas localidades de Formoso, com 30 ramais, Linha Ávila, com 21 ramais, Trombudo, com 07 ramais e Linha do Moinho, com uma central apenas. Existem 4 antenas na sede do município, sendo uma delas fixa, e 3 móveis de telefonia celular.

Segundo os questionários aplicados a população, merece atenção os dados relacionados ao transporte rural-urbano, onde 29,9% dos entrevistados afirmam não possuir. O transporte público é um serviço essencial e indispensável nas cidades, cumprindo um papel social e econômico de grande importância. Vale destacar que o transporte coletivo democratiza a mobilidade ao facilitar a locomoção da maioria das pessoas que não possui automóvel ou não pode dirigir.

A análise relacionada à prestação de serviços públicos é sugerida como um elemento útil para ressaltar possíveis debilidades no fornecimento de recursos à população. No gráfico abaixo, os dados indicam que a maioria da população está satisfeita com os serviços de correios, com as áreas de lazer, com o policiamento e com os serviços de banco.

A população de Dona Francisca é bastante tradicional no que se refere aos costumes e culturas adquiridas através das gerações. A origem da população é variada, entretanto a influência externa mais notória é a italiana, seguida da alemã, sendo a língua destes povos ainda utilizadas. No convívio familiar e comunitário por

tradição italiana a religião faz parte do cotidiano, no dia a dia sendo a católica com maior número de participantes, a seguir a luterana e outras em menor quantidade.

Na prática de esportes a cidade se destaca, possuindo um estádio municipal e quatro ginásios, onde é forte a influência do futebol, seguido de jogos de bocha e de cartas que nos fins de semana acontecem como torneios nas festas comunitárias dos padroeiros e da comunidade, atraindo visitantes de toda a Região.

No âmbito do trabalho, 62,6% dos moradores entrevistados destacaram a falta de emprego como o principal ponto negativo do município de Dona Francisca. Chama atenção o fato de 56,1% da população não possuir nenhum microcomputador, pois vivemos em meio a uma revolução tecnológica, que altera significativamente os modelos de organização e funcionamento das instituições existentes, modificando as relações de trabalho, as relações humanas, políticas, a economia e os sistemas de conhecimento. Nesse sentido, devemos salientar a importância das tecnologias, que influenciam o desenvolvimento humano em todas as áreas (Plano Diretor Ambiental).

O espaço formado de fixos e fluxos Santos (1996), não fica imune a novas tecnologias e informação, influenciando os ambientes e impactando a realidade da comunidade local, também no meio rural.

Os habitantes de uma cidade podem se beneficiar com os serviços que as outras oferecem, utilizando para isso meios de comunicação e transporte. Assim, em relação ao consumo, uma parcela significativa dos que responderam à pesquisa (72%) afirmou que costuma utilizar serviços e fazer compras no seu próprio município. Quando existe a necessidade de buscar alguma mercadoria em outro município, 57% afirmam procurar no município de Agudo, e um percentual de 21,6% relatou preferir a cidade de Faxinal do Soturno para fazer suas aquisições.

### **4.3 O tempo/espaço urbano: o papel da cidade de Faxinal do Soturno na Região**

#### **4.3.1 O sítio urbano de Faxinal do Soturno**

O município de Faxinal do Soturno integra a Mesorregião Geográfica centro Ocidental Rio-Grandense e a Microrregião de Restinga Seca (IBGE). O município possui uma latitude de 29°34'29" Sul e a uma longitude de 53°26'41" Oeste.

O município localiza-se em uma região acidentada, onde finaliza o Planalto Meridional, começo da Depressão Central Gaúcha. O sítio urbano assenta-se no vale que se forma através do rio Soturno, possuindo a leste, oeste e norte áreas íngremes. A altitude da sede é de aproximadamente 53 metros. Sendo o sítio urbano condicionado pela topografia e pelo Rio Soturno, que passa ao Sul da sede, dando sua forma.

No município de Faxinal do Soturno, apesar de ser um município de pequeno porte, verifica-se na configuração do seu sítio urbano construções que adentram o rebordo do Planalto Meridional, merecendo a devida atenção por parte do poder público.

Faxinal do Soturno no que se refere à rede hidrográfica está localizado numa área que abrange parte dos tributários da margem direita e esquerda do rio Soturno e também alguns tributários do rio Jacuí e pertence à Bacia do rio Jacuí, mais especificamente da sub-bacia do rio Soturno.

O rio Soturno caracteriza-se por ser um rio de águas límpidas e leito pedregoso. Nasce no município de Júlio de Castilhos, no topo do Planalto Meridional, e banha as cidades de Nova Palma, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. Tem inicialmente uma direção Norte-Sul, até as imediações da cidade de Faxinal do Soturno, onde toma o sentido noroeste-sudeste, desaguando no rio Jacuí, próximo ao município de Dona Francisca. Considerando que os rios do Município são muito importantes para a sua economia, principalmente para a cultura do arroz irrigado.

O modelo de colonização exerce influência direta sobre a formação e direcionamento do sítio urbano. A colonização de Faxinal do Soturno deu-se inicialmente por italianos, obedeceu às características do modelo de colonização italiana, com a implantação de estabelecimentos fornecedores de bens de consumo e de prestação de serviços, não somente para a sua população, bem como para a região. Segundo Corrêa (1989, p.11), o espaço urbano capitalista "é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço".

O município de Faxinal do Soturno, segundo dados da FEE (2006) conta com uma população de aproximadamente 6.433 habitantes, 40,80% morando na área rural e 59,19% na área urbana, mostrando um índice maior de população urbana. Do total de população, 49,89% são do sexo masculino e 50,10% do sexo feminino. O município abrange cerca de 166 Km<sup>2</sup>. Possui uma densidade populacional de aproximadamente 40,69 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE, 2000).

Do total da população, 20,87% habitantes possuem menos de 14 anos. Desse total, 49,81% são mulheres e 50,18% são homens, mostrando pequena diferença entre os sexos.

Com relação à idade dos habitantes, observando a população que compreende a faixa etária de 15 a 59 anos, 51,06% são do sexo masculino e 48,94% são do sexo feminino. Pode-se aferir que a população masculina em maior número também predomina no mercado de trabalho. E na faixa de idade com mais de 65 anos, tem-se 44,98% que são homens e 55,02% que são mulheres. Verifica-se uma predominância no número de mulheres, podendo-se inferir que há maior número de mortes entre os homens, a população feminina vive mais ou ainda que os homens sejam os que mais migram no município (IBGE, 2000).

A cidade de Faxinal do Soturno apresenta muitos atrativos turísticos como a Igreja Matriz, que se localiza na Praça Central. Além do Santuário Mãe Três Vezes Admirável, localizado no bosque no centro da cidade, sendo local de paz e orações.

Na área rural do município encontram-se belas belezas naturais como o Cerro Comprido, localizado na localidade de Novo Treviso, local que possui uma pista de Práglider e uma altitude de 528 metros. O município tem ainda a Gruta Sítio Alto, um templo de fé construído pela natureza, localizada em Sítio Ato, á 15 Km da sede do município. Além da Linha Nova Palma, no qual oferece um percurso que acompanha a sinuosidade do rio Soturno, oferecendo uma paisagem única (Prefeitura Municipal).

Outro ponto turístico do município de Faxinal do Soturno é a Ponte Metálica sobre o rio Soturno, a ponte veio da Alemanha em 1929. Na figura abaixo (figura 18) pode-se verificar o Mapa com zoneamento de atividades no perímetro urbano do município de Faxinal do Soturno.

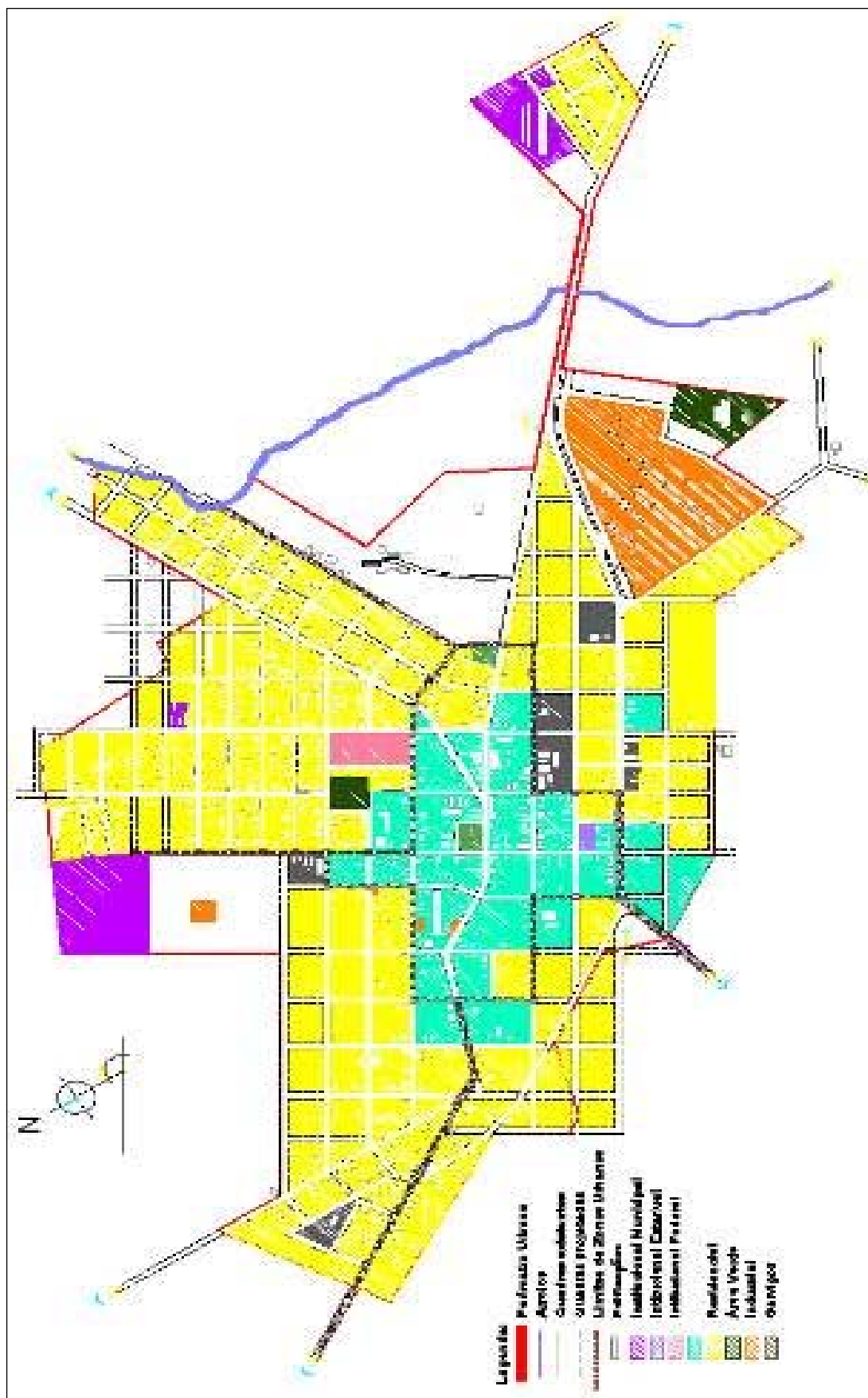


Figura 18: Mapa com zoneamento de atividades no perímetro urbano do município de Faxinal do Soturno.

Fonte: Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno e Plano Diretor de Faxinal do Soturno.



#### 4.3.2 Formação histórica e o papel da cidade de Faxinal do Soturno na Região

Antigamente, a área onde hoje se situa o município de Faxinal do Soturno era ocupada por índios Tapes, o local era denominado de “Campo do Meio” e, posteriormente, de “Campo dos Bugres”. Essa área onde se encontra o Município de Faxinal do Soturno pertenceu ao Município de Rio Pardo, sendo iniciado o povoamento da sede pelo ano de 1884. Esta sede nunca fora elevada a "vila", tendo passada imediatamente à categoria de cidade com a emancipação do município (FAMURS).

O atual nome surge da observação de que junto ao Rio Soturno havia grandes extensões de “faxinal”, campo coberto de mato curto, ou seja denominação do tipo de mata ciliar. Então se uniram os dois nomes formando Faxinal do Soturno.

O papel exercido pela cidade de Faxinal do Soturno está ligado a sua história de crescimento e desenvolvimento pelos fatores, como a riqueza do solo trabalhado pelos colonos, os recursos de industrialistas, o trabalho dos operários, o desenvolvimento do comércio, aliado ainda à tradição da fé cristã (CNM).

A partir do ano de 1877, dentro da epopéia da imigração italiana, foram ocupadas as áreas de nascentes da Serra de São Martinho e fundado o povoado de Silveira Martins. Este povoado foi sede do Quarto Núcleo da colonização italiana, e novos núcleos foram formados, entre os quais Vale Vêneto, considerado o berço histórico do município de Faxinal do Soturno (IBGE).

O contínuo afluxo de imigrantes fez a Colônia de Silveira Martins expandir-se pela região de serra, dando origem a novos núcleos, quais foram: Soturno, Novo Treviso, Ribeirão, Va Veronês (1880), São João do Polêsine (1893) e Santos Anjos (1895). O núcleo denominado Soturno foi subdividido em Barracão (atual município de Nova Palma) e o de Geringonça (atual Vila Novo Treviso). Posteriormente, destes dois núcleos surgiu a cidade sede do município de Faxinal do Soturno, cujo território, na sua maior parte desmembrou-se do município de Cachoeira do Sul e uma pequena parte do município de Júlio de Castilhos (IBGE).

O processo de expansão da colônia de Silveira Martins fez com que as terras fossem requeridas, passando a serem ocupadas por italianos. Faxinal do Soturno teve o povoamento acelerado pelo comércio e pela indústria de trilhadeiras Tigre, na década de 1930. Novo Treviso foi sendo esvaziada na sua função de núcleo e

transformando Faxinal do Soturno numa próspera comunidade que na década de 1930 possuía luz elétrica e nos anos 1940/1950 rede de abastecimento de água.

Dentre os pioneiros, considerados os fundadores de Faxinal do Soturno, destacam-se quatro pessoas: João Batista Zago, José Marques Ribeiro (Coronel Marques), Vicente Pigatto e Vitório de David. João Batista Zago foi quem trouxe da Itália a imagem e a devoção a São Roque, padroeiro de Faxinal do Soturno.

Faxinal do Soturno emancipou-se do município de Cachoeira do Sul em plebiscito realizado no dia 30 de novembro de 1958 e o novo município foi criado pela lei estadual nº. 3711, de 12 de fevereiro de 1959. Atualmente se comemora o dia do município a data do plebiscito, 30 de novembro.

Assim, como sede do Município, a cidade busca cumprir suas funções ou papéis dentro de suas possibilidades. E com relação à saúde no município existem, cinco estabelecimentos de saúde, sendo três particulares e dois públicos (IBGE, 2000). Os estabelecimentos particulares possuem internação, apoio à diagnose e terapia. São atendidos planos de saúde incluindo o Sistema Único de Saúde – SUS, com total de trinta e cinco leitos, sendo destes vinte e cinco disponíveis para SUS. A zona Sul da cidade é a menos favorecida com estes equipamentos devido a sua localização. Porém, a pior situação é da vila Verde Teto, pois está muito afastada dos equipamentos de saúde e precisa deslocar-se bastante para acessá-los.

As entrevistas junto à população mostraram um grande descontentamento por parte dos moradores que necessitam utilizar o Posto de Saúde, devido à falta de atendimento médico e medicamentos, provocando o deslocamento da população para centros próximos, como Santa Maria.

E relacionado aos equipamentos urbanos que a cidade possui, tem-se que o abastecimento de água é feito pela CORSAN desde 1993 atendendo cerca de 90% da população da sede. Quanto ao saneamento básico, o esgoto cloacal é recolhido junto a rede pluvial. O sistema de rede mista, abrange também fossas assépticas em parte da rede sendo despejado in natura no leito do rio Soturno gerando impactos ambientais (Plano Diretor Ambiental de Faxinal do Soturno).

A coleta de lixo no município é realizada por empresa terceirizada (PRT – empresa privada de coleta e tratamento de resíduos) de dois em dois dias.

Um problema grave no município é degradação dos cursos d'água, já que uma das atividades agrícolas mais importantes no município é a produção de arroz. Atualmente estão sendo construídas diversas barragens para irrigação de lavouras

de arroz, canais de irrigação, etc., que não estão sofrendo qualquer tipo de fiscalização e licenciamento. Outro problema é o desmatamento das matas ciliares, retirada de água sem controle dos mananciais hídricos, assoreamento e uso de agrotóxicos. Essa problemática ambiental se reflete na área urbana provocando desmoronamento que se aproxima das residências, além das enchentes no rio Soturno.

A cidade encontra-se com uma boa rede de distribuição de energia elétrica, em toda área urbana, mas sofre constantes quedas de energia. No que diz respeito ao serviço de comunicação como os correios e telefonia, estes atendem as necessidades mínimas da população.

Em aspectos culturais há o destaque para a forte religiosidade, influência da imigração italiana neste município. A cidade possui como padroeiro São Roque, que dá nome a Igreja Matriz no centro da cidade, que possui pinturas de Ângelo Lazzarini. Ainda pode-se citar na praça central a estátua de Vicente Palotti e o monumento ao imigrante italiano – o barco na praça central.

Para Saquet (2003),

O processo de apropriação e produção do espaço na Colônia de Silveira Martins. Em cada localidade, como ocorreu em outros lugares de colonização italiana no Rio Grande do Sul, tudo aconteceu em torno da igreja ou das capelas. A partir dessas é que se produzem as vilas, sede das mesmas. A presença dessas formas espaciais e do padre em cada núcleo de colonização foi sinônimo de progresso para as famílias e nos revela a íntima relação entre os elementos da cultura, da política e da economia da vida cotidiana e na produção do território, (SAQUET, 2003, p. 98-99)

Ainda de acordo com o autor a segunda construção em importância era a venda, resultado da expansão territorial do Modo Capitalista de Produção.

Até a década de 1980, Faxinal do Soturno contava com cinema, o Cinema Vera Cruz. Em 2006, entrou em funcionamento o Cine Clube Padre Ademar, que promove exhibições semanais de filmes gratuitamente, ou na Praça da Matriz ou no Salão Paroquial.

Nota-se a presença de 10 estabelecimentos de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, quase um quarto do total de estabelecimentos, sendo que em toda a região é superado apenas pelo município de Restinga Seca. Ou seja, esse

segmento tende a atender toda a região da Quarta Colônia, juntamente com Restinga Seca. Faxinal do Soturno possui pelo menos um estabelecimento em cada segmento, mostrando uma boa diversidade de atividades.

As indústrias de Faxinal do Soturno localizadas em seu perímetro urbano estão distribuídas aleatoriamente, com uma concentração um pouco maior no centro, sendo que, são indústrias pequenas, de caráter familiar e aproveitando matéria prima e consumidores do próprio local.

O comércio do município se desenvolve principalmente no centro da cidade, ou seja, ao longo das avenidas e arredores. O comércio apresenta-se bastante variado, e serve a população com alimentos, mercearia, drogaria, materiais de construção, maquinários e insumos agrícolas, combustível e diversidades em geral. Percebe-se que é na proximidade da Praça Central onde se localiza o maior número de atividades.

Com o surgimento dos papéis urbanos gerados pelos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais, Faxinal do Soturno passa a adquirir maior expressão como espaço de relações interurbanas. À medida que as atividades sediadas no interior do seu espaço urbano passam a exercer influências e a atrair pessoas da região, verifica-se a composição de um espaço de relações.

A cidade conta com alguns serviços institucionais básicos, como a prefeitura, polícia civil e militar, igreja católica, cemitério e necrotério, Bombeiros, posto da Corsan, entre outros. Estes equipamentos estão bem distribuídos dentro do perímetro urbano, atendendo a diversas áreas.

Em relação aos questionários aplicados à população da zona rural, chama a atenção o fato de a maior parte da população rural do município de Faxinal do Soturno não possuir telefone fixo (82,5%), microcomputador (82,5%) e tv a cabo (96,5%), pois as novas tecnologias surgem como um espaço de trocas mundiais, resultando no processo de globalização, que interliga pessoas, independente da sua localização geográfica. Nesse sentido, devemos salientar a importância das tecnologias, que influenciam o desenvolvimento humano em todas as áreas (Relatório do Plano Diretor Ambiental).

Verificamos que o principal ponto positivo do município de Faxinal do Soturno, para os moradores investigados, é a tranquilidade local (56,1%), assim como a vizinhança agradável (15,8%). Todavia, quando indagados sobre os aspectos negativos, o maior percentual (47,4%) relatou a falta de melhorias de infra-estrutura

do município, seguido daqueles que acreditam que a falta de segurança (15,8%) é a principal característica negativa.

Quando indagados sobre qual município da Quarta Colônia melhor conhece e mais visita, dentre todos os municípios apresentados, os entrevistados afirmaram conhecer e visitar todos, no entanto os municípios de Nova Palma (98,2%) e Dona Francisca (96,5%) foram os mais citados.

Em relação ao elemento que melhor caracteriza a região, a maior parcela da população investigada (36,8%) relatou serem a culinária típica o ponto principal da cidade de Faxinal do Soturno. De outra forma, a religiosidade e as festas, com o mesmo índice (19,3%), são descritos pelos moradores como seu elemento caracterizador.

O município de Faxinal do Soturno faz parte da Região da Quarta Colônia diante de sua proximidade física e de relações econômicas e políticas regionais. O Município na região, inclusive, pela sua centralidade, pois faz divisa com a maior parte dos municípios da Região, com exceção de Agudo, Restinga Seca e Pinhal Grande, é um dos municípios mais citados nos questionários aplicados a população da Quarta Colônia, como opção para busca de bens e serviços.

O fato de Faxinal do Soturno ser uma cidade mais estruturada em relação aos papéis que oferece, associado ao fato de estar mais próxima, de cidades menores, como São João do Polêsine, Dona Francisca e Ivorá, recebe fluxos de consumidores, principalmente destas pequenas cidades.

#### **4.4 O tempo/espço urbano: o papel da cidade de Ivorá na Região**

##### **4.4.1 O sítio urbano de Ivorá**

O município de Ivorá localiza-se a uma latitude 29°31'13" Sul e a uma longitude 53°34'50" Oeste, estando a sua sede a uma altitude de 120 metros. O município faz parte da Mesorregião Centro ocidental Rio-Grandense (IBGE) e a Microrregião de Restinga Seca.

O município de Ivorá apresenta diversas formas de relevo, como morros, serras, escarpas, vales e planícies aluviais.

A área do município abrange o Rebordo do Planalto Meridional, formado por derrames de lavas basálticas. O relevo do município apresenta-se bastante acidentado, sendo que a variação altimétrica varia de aproximadamente 80 metros de altitude à leste (Linha Um), enquanto que a oeste tem-se cotas altimétricas com mais de 500 metros de altitude (Linha do Campo).

O sítio urbano é construído sobre substratos geológicos/geomorfológicos com características próprias que interferem na conjuntura de formação do sítio urbano.

O município de Ivorá possui uma densa rede de drenagem com cursos d'água perenes que descem de altitudes a cerca de 500 metros, como o arroio Ivorá. Este curso d'água recebe água de outros afluentes, que moldam vales profundos, dando origem a planícies aluviais, muito férteis, devido ao acúmulo de sedimentos oriundos de maiores altitudes, utilizados principalmente com a cultura do arroz no seu baixo curso. Sendo que, os principais arroios, sangas e rios que banham o município são: rio Mello, arroio Michelon, arroio Ivorá e arroio Jacutinga. Com destaque para este último que molda parte do sítio urbano do município como pode ser observado no mapa de uso do solo urbano da cidade de Ivorá (figura 19).

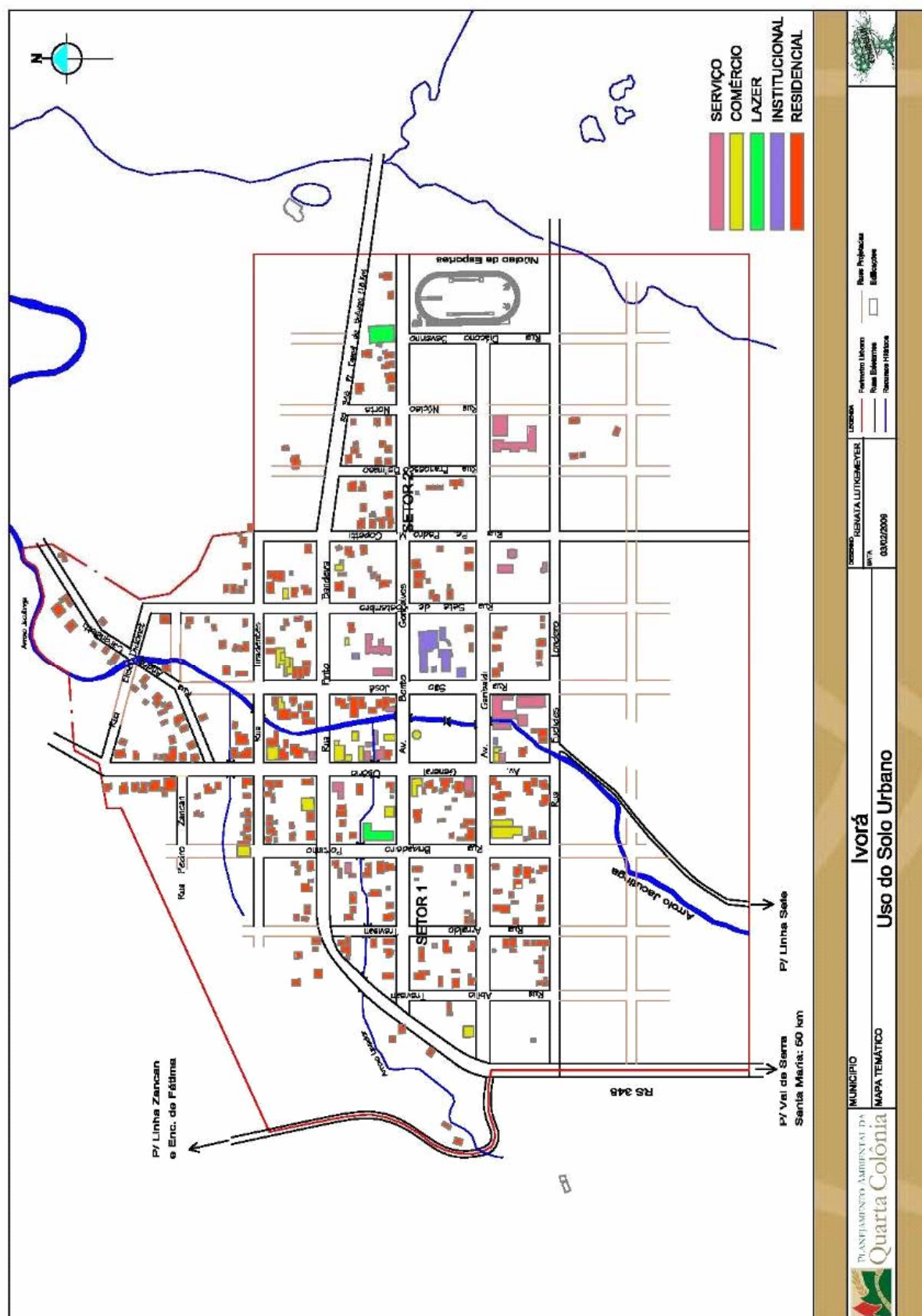


Figura 19: Mapa de uso do solo urbano do município de Ivorá.  
 Fonte: Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

A análise sobre o uso do solo urbano de Ivorá foi dividida em uso do solo residencial, comercial, de serviço, institucional e lazer.

No município de Ivorá há apenas dois edifícios de três pavimentos, ocupados atualmente pela sede da prefeitura e o outro pelo hospital. Depois existem algumas construções de dois pavimentos residenciais, ou residencial/comercial ou ainda comercial/serviço. É comum essa tipologia em cidades menores, como Ivorá, pois quando ainda não existe a necessidade de construir verticalmente favorece o sistema de ventilação e insolação dos lotes.

Ao analisar a figura 19, percebe-se que as atividades de comércio se concentram na porção central da área urbana, principalmente na Avenida General Osório e Avenida Garibaldi. Os equipamentos de serviço encontram-se bem distribuídos por toda a área urbana.

O sítio urbano de Ivorá criado pelos seus habitantes, os imigrantes italianos, já identifica a forma que a cidade adquiriu assentada no plano de grandes declividades, sendo que o sítio urbano assenta-se rodeado pela vegetação do rebordo do Planalto Meridional, além do Arroio Jacutinga que dá a forma e o desenho da cidade.

A sede do município de Ivorá é o local do município onde se encontra o poder político administrativo do município, como todos os municípios da Região da Quarta Colônia e do País.

O município de Ivorá, segundo dados da FEE (2006), conta com uma população de aproximadamente 2.397 habitantes, 68,50% residindo na área rural e 31,49% na área urbana, mostrando um índice maior de população rural. Do total de população, 51,35% são do sexo masculino e 48,64% do sexo feminino. O município possui cerca de 132 Km<sup>2</sup> e uma densidade populacional de aproximadamente 19,68 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE).

Com relação à idade dos habitantes, do total da população, 19,39% possuem menos de 14 anos. Desse total, 48,17% são mulheres e 51,82% são homens, mostrando pouca disparidade de números entre os sexos.

A faixa etária de 15 a 59 anos compreendeu 68,46% da população, nessa faixa verificou-se o índice de 52,73% são de homens e 47,27% são de mulheres.

Analisando a população com mais de 60 anos, temos 17,22% habitantes, destes, 45,76% são homens e 54,23% são mulheres. Assim, verifica-se uma



predominância no número de mulheres, podendo-se inferir a elas maior expectativa de vida ou ainda que os homens sejam os que mais migram no município.

O município de Ivorá tem como destaques turísticos o Balneário Recanto do Moinho, o Monte Grappa, Cascatas, Monumento São Cristóvão, Abrigo Indígena do Barreiro, a Cruz Luminosa, o Mosteiro dos Monges Cartuxos, primeiro da América Latina (CNM), o Mosteiro pode ser observado na figura 20.



Figura 20: Mosteiro dos Monges Cartuxos, município de Ivorá.  
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

A cidade abriga o Museu Público Municipal, localizado na Avenida Garibaldi e a Casa da Cultural Alberto Pasqualini, Localizada também na Avenida Garibaldi, que visa resgatar a memória do senador. A cidade é arborizada com destaque para a Avenida Garibaldi que atravessa a cidade, além de concentrar maior parte dos bens e serviços oferecidos. Na figura 21 pode ser visto a mesma avenida.



Figura 21: Avenida Garibaldi, cidade de Ivorá.  
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

#### 4.4.2 Formação história e o papel da cidade de Ivorá na Região

O povoamento do município de Ivorá deu-se pelos imigrantes italianos pelo ano de 1883, data de sua fundação, sendo distribuídos os lotes coloniais e assentadas suas primeiras famílias oriundas de Údine, Friuli e de Vêneto, na Itália. Inicialmente, esses lotes foram chamados de Núcleo Norte, primeira denominação do atual município, em referência a posição geográfica em relação à Colônia de Silveira Martins. Mais tarde, foi denominada Nova Údine em homenagem a Údine, somente em 1939, passou a se chamar Ivorá, que significa “Rio de Praia Formosa” na língua indígena, por indicação do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, pois durante a Segunda Guerra Mundial, “sugeriu-se” que cidades e vilas cujos nomes eram de procedência italiana, fossem substituídos. Emancipou-se de Júlio de Castilhos em 1988.

Nesse sentido, o município de Ivorá, criado a partir do chamado Núcleo do Norte (em função a sua localização com relação a Silveira Martins), fazia parte da Quarta Colônia de imigração Italiana e posteriormente por motivos socioeconômicos, culturais, políticos e também pela própria proximidade, passou a fazer parte da Região da Quarta Colônia de Integração, considerada nesse estudo.

O papel da cidade em relação à saúde na zona urbana possui duas unidades de saúde, uma particular e outra pública. Há apenas um estabelecimento para internações, com 22 leitos hospitalares, sendo destinados ao SUS (Sistema Único de Saúde), 15 leitos. O município apresenta algumas deficiências no que se refere ao atendimento da população da zona rural, pois, não existem unidades de saúde nas áreas rurais.

No caso dos índices de saneamento básico nos domicílios, também há muitas deficiências. Grande parte dos domicílios não conta com uma boa estrutura nesse aspecto, a maior parte tem apenas fossas sépticas.

Para desenvolver as suas atividades legais e constitucionais, a prefeitura de Ivorá dispõe de equipamentos de infra-estrutura urbana no município existe uma Estação de Tratamento de Esgoto, esta, fica ao norte da área urbana, bem próximo ao arroio Jacutinga. Porém, segundo dados da FAMURS (2000), apenas 0,62% dos domicílios possuem ligação com a rede geral de esgoto ou pluvial, enquanto a maioria utiliza fossa séptica ou fossa rudimentar. E no que se refere ao abastecimento de água, a rede atende toda a área edificada legal, através da CORSAN. A rede de coleta de lixo abrange toda a área urbana do município, porém não é feita de maneira seletiva.

Na zona urbana do município de Ivorá encontra-se dois equipamentos de segurança, uma delegacia de Polícia Civil e um posto da Brigada Militar, ambos localizados na porção central, não contando com corpo de Bombeiros, possuindo o Núcleo de Turismo da Secretária Municipal de Cultura e Desporto, que promovem e coordenam atividades culturais no município, atraindo turistas, sendo carente de um sistema viário que permita melhor mobilidade entre os demais municípios da região. É uma cidade de difícil acesso por estar localizada em uma região de serras, nenhuma de vias possui asfaltamento, nem as que servem de acesso à mesma.

Ivorá possui sete orelhões distribuídos de forma regular por toda a área urbana e não dispõe de antenas de rádio-base por estar localizado entre morros dificultando o sinal de comunicações.

No que se refere aos aspectos culturais, os dados referentes à religiosidade são os mais expressivos, representando o total de 85,7% das entidades as quais os moradores costumam participar. O Mosteiro dos Monges Cartuxos, primeiro da América Latina (CNM) também reflete a religiosidade no município de Ivorá.

A economia de Ivorá é uma das mais baixas dentre os municípios da Quarta Colônia, caracterizando-se pela predominância do setor primário que responde por 57% da riqueza produzida no município. Pela sua economia e pelas condições geográficas de localização, o setor secundário no município é reduzido, concentrado na atividade de beneficiamento da madeira. De modo semelhante, o setor terciário é pouco diversificado, mas o comércio varejista, representa 39% do PIB. municipal.

As atividades associativas são importantes em Ivorá, sendo que os três estabelecimentos associativos ou cooperativos ocupam 29% da mão-de-obra empregada no setor terciário, constitui o segundo setor que mais emprega, apesar da baixa remuneração da força de trabalho. Ainda sobre o trabalho, 60,39% dos moradores entrevistados destacaram a falta de emprego como o principal ponto negativo do município de Ivorá.

Em relação aos questionários aplicados à população, percebeu-se que a maioria dos moradores está satisfeita com os serviços públicos prestados, sendo que o ponto negativo é a falta de segurança, colocada por 21,4% desses residentes, que definiram este serviço como regular.

A pesquisa de campo denotou o fato de 69,6% da população não possuir nenhum microcomputador, o que implica na dificuldade de acesso a formação e informação diante de novas tecnologias e da globalização de nossa sociedade, ressaltando a dificuldade de ligação com antenas de satélite, mesmo para celulares devido à localização da cidade de Ivorá.

Em relação ao consumo, uma parcela significativa dos entrevistados (85,7%), afirmaram utilizar serviços e fazer compras no seu próprio município. Quando existe a necessidade de buscar alguma mercadoria em outro município, 50,8% dos moradores entrevistados se dirigem ao município de Faxinal do Soturno pela proximidade física e 12,7% relataram preferir a cidade de Nova Palma para buscar bens ou serviços.

#### **4.5 O tempo/espaço urbano: o papel da cidade de Nova Palma**

##### **4.5.1 O sítio urbano de Nova Palma**

O estudo do sítio urbano de um município é importante, no sentido de melhor entender e interpretar esse espaço, a fim de planejar e pensar estratégias de uso e ocupação do solo, além de políticas públicas de habitação, preservação e transporte, neste espaço.

O município de Nova Palma localiza-se a uma latitude 29°28'18" Sul e a uma longitude 53°28'08" Oeste, estando a sua sede a uma altitude de 117 metros, fazendo parte da Mesorregião Centro ocidental Rio-Grandense (IBGE) e a Microrregião de Restinga Seca.

Nova Palma está situada entre formas do relevo da Depressão Central e o Planalto Meridional. A porção Sul (sudeste e sudoeste) do município compreende a área da Depressão Central, possuindo as menores altitudes, que vão de 70 a 80 metros, constituídas de rochas sedimentares da bacia do Paraná e de formações recentes, formadas por depósitos fluviais de várzeas. O relevo desta porção é constituído de colinas suaves, com ocorrências de morros testemunhos isolados e planícies aluviais (Baratto, 2006).

O município cuja área compreende vastos recursos hídricos, integrando a bacia hidrográfica do Alto Jacuí. A hidrografia deste município é constituída por rios e arroios perenes. Destacam-se o rio Soturno (sudeste de Nova Palma) e o arroio Caemborá (Centro oriental do município), além do Rio Jacuí, sendo que o Rio Soturno abriga um importante balneário, localizado no perímetro urbano no município de Nova Palma, que movimentava a sua economia nos meses de verão. O arroio Portela, tem destaque no município por passar na área urbana, onde apresenta conflitos de uso do solo, na figura 22 pode ser observado o mapa do uso, uso do solo da cidade de Nova Palma.

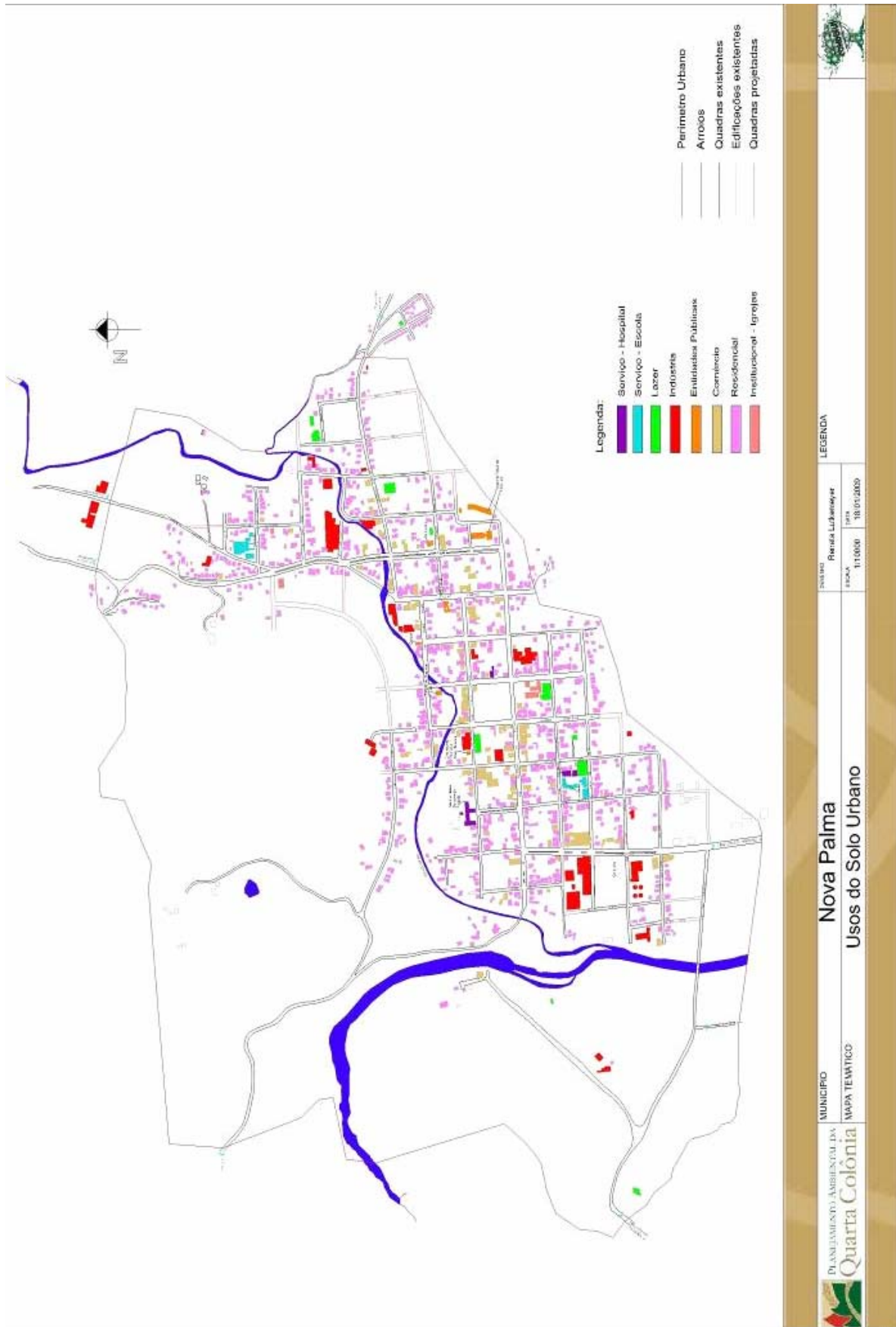


Figura 22: Mapa de Usos do Solo Urbano do Município de Nova Palma – RS.  
Fonte: Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

Para compreender as relações no espaço urbano, a análise sobre o uso do solo de Nova Palma foi dividida em uso do solo residencial, comercial/serviços, industrial, institucional, recreacional, de lazer e uso rural na área urbana.

A história conta que a primeira casa de comércio, depois das primeiras divisões dos lotes de Nova Palma, era a pequena casa de Próspero Pippi, que possibilitava a aquisição de algumas mercadorias.

Depois de sua emancipação, na década de 60, o município cria a Cooperativa Agrícola Mista de Nova Palma LTDA – CAMNPAL. A Cooperativa foi criada para congregar os pequenos agricultores da região central do estado, e tinha como finalidade ser representante comercial e agente do comércio de matérias primas agrícola, animais vivos, matéria têxtil e produtos semiacabados.

O comércio cresceu junto com as atividades agrícolas da região, estando intimamente ligados, evoluindo de acordo com a situação do campo. Atualmente, existem diversos empreendimentos relacionados ao comércio e que se localizam tanto na área urbana, como também no interior do município, exemplifica-se com a Marcenaria Dois Irmãos, localizada na Linha do Soturno, que realiza a fabricação de móveis e esquadrias de madeira.

Em 28 de setembro de 1984, foi fundada a ACI (Associação Comercial e Industrial) e em 1995 passou a ser chamada ACIS (Associação Comercial, Industrial e de Serviços), essa associação surgiu para estabelecer entre associados relações de interesses comuns, de solidariedade e cooperação, promover a defesa econômica e melhoria das condições de trabalho de seus associados, bem como o de representar a classe comercial, industrial e de prestadores de serviços do município, perante os órgãos públicos e entidades congêneres.

O município de Nova Palma, segundo dados da FEE (2006), conta com uma população de aproximadamente 6.419 habitantes, 55,35% morando na área rural e 44,64% na área urbana, mostrando um índice maior de população rural. Do total de população, 51% são do sexo masculino e 49% do sexo feminino. O município abrange cerca de 352 Km<sup>2</sup> de área e possui uma densidade populacional de aproximadamente 17.30 habitantes Km<sup>2</sup> (IBGE, 2000).

Do total da população, 23,52% habitantes possuem menos de 14 anos. Desse total, 47,81% são mulheres e 52,18% são homens, mostrando pouca disparidade em números entre os sexos.

Para a faixa etária de 15 a 59 anos, considerando-a como população economicamente ativa, tem-se o total de 62,62% da população, desse índice 51,61% são de homens e 48,39% são de mulheres.

Com relação à idade dos habitantes com mais de 60 anos, tem-se o índice de 13,84%, destes, 53,76% são homens e 46,23% são mulheres, verificando-se uma predominância no número de homens, fato diferente do que normalmente ocorre nos outros municípios da Região.

O município de Nova Palma tem como destaques turísticos a Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, com 1920 Km<sup>2</sup>, 51 metros de altura e 610 metros de comprimento, conta com duas turbinas e gera 124 MW de energia, chamando a atenção pela sua grandiosidade, construída no Rio Jacuí, na localidade de Caemborá (Prefeitura. Municipal).

O município conta ainda com a usina de Nova Palma, de construção artesanal, em forma de cunha, com basalto do local e tijolos rústicos a represa construída em 1932, seu túnel foi todo cavado manualmente, localiza-se no Rio Soturno, na localidade de Linha Um, distante 9 Km da cidade. O município ainda tem a usina hidrelétrica do Celetro, construída em 1926, hoje desativada, a barragem integrou-se a natureza, formando um túnel verde em seu acesso, localizada no Rio Soturno, na localidade de Bom Retiro.

Na cidade entre os atrativos turísticos destacam-se a Igreja Matriz Santíssima Trindade, principal centro religioso Católico do município, em estilo Renascença, sendo construída em 1927. Outro ponto turístico da cidade de Nova Palma é o balneário de Nova Palma, com uma bela paisagem e infra-estrutura para o lazer.

Nova Palma ainda possui um Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) que coloca à disposição dos interessados cerca de 1634 sobrenomes italianos de imigrantes que, a partir de 1878, se dirigiram para a Quarta Colônia, na área central do estado. O responsável pelo acervo é o padre Luiz Sponchiado, da Paróquia de Nova Palma, que há mais de 50 anos se dedica à pesquisa das origens das famílias italianas da Região (CNM).

Neste contexto, o sítio urbano, seria a forma natural, ou seja, o espaço físico onde se assenta a cidade, este espaço não é igual, surgindo várias formas urbanas, de acordo com as potencialidades do meio onde foi construída a cidade. Assim o sítio de Nova Palma foi criado pelos seus habitantes, à maioria imigrantes italianos,



colocando neste espaço sua cultura, estabelecendo a forma da cidade e aos poucos dando um sentido e função para a cidade de Nova Palma.

#### 4.5.2 Formação histórica e o papel da cidade de Nova Palma na Região

O desenvolvimento da Quarta Colônia Imperial de colonização italiana, no Rio Grande do Sul, deu origem a Colônia de Silveira Martins, que a partir de 1882, com a imigração espontânea, impulsionou a criação de vários núcleos interioranos, dentre eles o de "Barracão", nome oriundo da construção do rústico barraco que abrigava os agrimensores e também os primeiros colonizadores situado à margem direita do Rio Portella, hoje bairro da cidade de Nova Palma.

Em abril de 1883, o engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Lotes, Dr. Manuel da Siqueira Couto, traçou o Plano Diretor da área de terras devolutas disponíveis na região. E no dia 1º de julho de 1884, Siqueira Couto, denomina o núcleo "Soturno", devido ao rio do mesmo nome, que serviu de travessão zero no loteamento.

Nos anos seguintes, até o fim de 1889 foram sucessivamente ocupadas as localidades de Geringonza, Linha Cinco, Linha Sete, Linha Onze e baixadas do Jacuí. Somente com a vinda do Regime Republicano interrompeu-se praticamente o fluxo imigratório.

Inicialmente o território onde se localiza o município de Nova Palma, percenteu ao município de Rio Pardo, depois ao município de Cachoeira do Sul, posteriormente a São Martinho e finalmente em 14 de setembro de 1891 passa a pertencer a Vila Rica (atual Júlio de Castilhos), como seu quinto distrito.

Em 08 de abril de 1913, o Decreto Intendencial número 02, de Júlio de Castilhos, torna oficial o nome "Nova Palma". Denominação sugerida pelos líderes locais, pela quantidade de coqueiros e palmeiras que existiam no local. A emancipação de Nova Palma é instalada em 29 de julho de 1960, a Lei Estadual 3.933, cria o município de Nova Palma, após plebiscito, a emancipação de Nova Palma se deu a 28 de janeiro de 1961. (IBGE, Prefeitura de Nova Palma).

Nova Palma começou a tomar forma quando em 1883, foi traçado, o Plano Diretor das áreas devolutas ainda disponíveis na região. No ano de 1884 é fundado no “Barracão” ou “Soturno”, em 1913, o núcleo Soturno passa a se chamar Nova Palma. Assim, mais tarde, passa a fazer parte da Quarta Colônia de imigração italiana. Atualmente o município faz parte da Região da Quarta Colônia, promovendo e desenvolvendo projetos conjuntos com os demais municípios da Região.

Quanto ao papel da saúde, o município possui seis estabelecimentos. São três estabelecimentos públicos e três privados, apenas um com internação, sendo 43 os leitos hospitalares (2002) e os leitos pelo SUS somam 30.

Segundo os resultados dos questionários aplicados a população, indicam que a maior parte da população utiliza os serviços hospitalares (90,1%). E, sobre as Unidades Básicas de Saúde (PSF) a parcela da população é menor (84,7%), sendo que para serviços mais especializados a população necessita deslocar-se para outras cidades.

O abastecimento de água de Nova Palma é feito pela Corsan, abrange todas as áreas edificadas da zona urbana.

A cidade apresenta problemas de saneamento básico, sem coleta e tratamento de esgoto, sendo que grande parte dos resíduos líquidos são lançados no Arroio Portela. O recolhimento de lixo é feito por empresa terceirizada e levado para fora da área municipal.

O serviço de comunicação também é atendido por antenas de celular, mas ainda verificou-se a ausência de sinal em algumas áreas da cidade.

Sobre serviços de segurança, o município possui um Posto da Brigada Militar e um Posto da Polícia Civil, necessitando de Corpo de Bombeiros.

Diante do papel urbano destaca-se o padrão tradicional, regional para os ramos industriais com baixa incorporação de tecnologia de ponta e conseqüente baixo valor agregado aos produtos. São ramos de alimentos e de produtos minerais não metálicos, móveis e indústrias diversas, em pequenos estabelecimentos, os quais geram poucos empregos.

O principal ramo industrial, com quase dois terços do pessoal ocupado, é o de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, avaliado pelo maior número de pessoal ocupado.

Em Nova Palma, como nos outros municípios analisados o papel do comércio varejista predomina caracterizando-se por bens e produtos que atendem a

população em geral. O comércio atacadista, de produtos agrícolas e agroindustrializados, emprega maior número de pessoas e gera a maior soma salarial do município, voltado especialmente a atender a população rural.

A presença de atividades de serviços e de comércio é essencial para o entendimento dos significados das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia, na medida que estimulem o surgimento de novas funções no tecido urbano.

A infra-estrutura de estradas para atender ao escoamento da produção agropecuária e de produtos industrializados, como também de transporte de pessoas, o município é servido de maneira satisfatória.

No que tange aos serviços básicos, como correios, policiamento, rede de esgoto, entre outros, observou-se satisfação no atendimento dos serviços, mas existem problemas que necessitam de atenção do poder público.

A principal insatisfação dos moradores de Nova Palma, segundo questionários aplicados a população, está na questão da infra-estrutura (29,7%), outro aspecto significativo está relacionado a falta de emprego (26,1%) como um dos principais pontos negativos da cidade. Mesmo assim 53,2% dos moradores relataram que se tivessem a oportunidade de mudar-se para outro município não iriam, pois gostam de morar na cidade de Nova Palma.

Nos aspectos culturais tem destaque a Associação Cultural Nova Palma, que surgiu em 1998 com finalidade de divulgar as manifestações culturais, locais e regionais, através dos serviços de radiodifusão comunitária, a Rádio Comunitária de Nova Palma. São marcantes no município os traços deixados pelos colonizadores italianos. Integram ainda os costumes desse povo as tradições gaúchas e alemãs. A gastronomia típica e farta, as danças, o teatro, o canto e o artesanato são atividades que encantam os visitantes.

E dentre os fatores que identificam a cidade de Nova Palma, os moradores destacaram a gastronomia, a religiosidade, sendo observado que as festas (18,9%), juntamente com as belezas naturais (12,6%) são elementos culturais expressivos no critério definidor da cidade.

Nesse sentido, os recursos disponíveis na cidade de Nova Palma revelam a potencialidade local para o desenvolvimento de atividades turísticas e culturais. Dos diversos recursos já mencionados podemos destacar o patrimônio cultural local, com sua arquitetura, artesanato, tradições populares. Nessa perspectiva se insere o turismo com o intuito de, através de seus recursos naturais e culturais, promoverem

o desenvolvimento do município. Portanto, com o possível crescimento do turismo na Região da Quarta Colônia tem-se o aumento dos fixos, representados, principalmente, por hotéis, restaurantes e agroindústrias.

Também segundo a pesquisa de campo a preservação do patrimônio material e imaterial, deixou de ser apenas um “ato patriota, educacional ou estético” para serem elementos de estratégias e de consumo produtivo ao desenvolvimento regional. Assim, o envolvimento dos atores locais com o patrimônio material (natureza, edificações históricas, etc.) e imaterial (tradições locais, saberes artesanais e culinários, etc.) dá suporte para atividades que possam promover o desenvolvimento local (Veiga, 2002).

Ainda segundo os questionários aplicados á população, chama atenção o fato de 60,4% da população não possuir nenhum microcomputador. Damiani (2006, p.04) coloca que “Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente”.

Com relação ao consumo uma parcela significativa dos que responderam à pesquisa (89,2%), afirmou que costuma utilizar serviços e fazer compras no seu próprio município. Quando existe a necessidade de buscar alguma mercadoria em outro município, 63,1% afirmam procurar no município de Pinhal Grande, e um percentual de 27,9% relatou não procurar os municípios da Quarta Colônia para fazer suas aquisições. Sendo que a estrutura e os papéis das pequenas cidades constituem-se no caso desse trabalho, um ponto de partida para o seu entendimento, sendo a análise dos fluxos entre as cidades da Região da Quarta Colônia, também importante para a sua compreensão.

#### **4.6 O tempo/espço urbano: o papel da cidade de Restinga Seca**

##### **4.6.1 O sítio urbano de Restinga Seca**

A sociedade age sobre o espaço, por meio do trabalho, modificando o meio natural, construindo formas que sejam úteis para a vida humana. Nesse sentido as cidades surgem como o local de oferece bens e serviços para os seus habitantes, bem como o local do poder.

O sítio urbano se estrutura tentando respeitar as limitações físicas impostas pelo meio ou mesmo tentando adaptar o meio às atividades da cidade, considerando que a lógica do capital interfere nesse processo.

O uso do solo urbano define áreas, como o centro da cidade, áreas industriais, áreas residenciais, aquelas de reserva para futura expansão. Assim torna-se importante o conhecimento da configuração do sítio uma cidade.

O município de Restinga Seca localiza-se a 29°48'48" de latitude sul e a uma longitude 53°22'30" oeste. O relevo na área do município não apresenta elevações que se destacam de modo especial, pois se caracteriza pelas ondulações, chamadas de coxilhas estando a sua sede a uma altitude de 49 metros, fazendo parte da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense (IBGE) e a Microrregião de Restinga Seca.

O município de Restinga Seca situa-se na região geomorfológica da Depressão Central Gaúcha. A cidade é delineada pelos arroios, que situam-se na periferia da área urbana. O município é contornado por grandes rios como Jacuí, Vacacaí e o Vacacaí-Mirim, cursos d'água indispensáveis ao desenvolvimento social e econômico do município, bem como da Região.

A formação do sítio urbano do município de Restinga Seca foi dado predominantemente por quatro etnias : alemã, italiana, portuguesa e afro-brasileira, constituindo assim, a diversidade cultural do lugar.

O município de Restinga Seca, segundo dados da FEE (2006), conta com uma população de aproximadamente 15.745 habitantes, 44,51% morando na área rural e 55,49% na área urbana, mostrando um número maior de população vivendo na cidade. Do total de população, 49,45% são do sexo masculino e 50,55% do sexo feminino. O município faz parte do Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo cerca de 959 Km<sup>2</sup> de área, apresentando uma densidade populacional de aproximadamente 16.22 habitantes Km<sup>2</sup> (IBGE, 2000).

Do total da população, 22,39% habitantes possuem menos de 14 anos. Desse total, 49,63% são mulheres e 50,36% são homens, mostrando um número maior de homens.

A população economicamente ativa, considerando a faixa etária de 15 a 59 anos perfaz o total de 62,41%, sendo que 50,02% são homens e 49,98% são mulheres.

E com relação à idade com mais de 60 anos, tem-se 15,18% habitantes, destes, 45,71% são homens e 54,28% são mulheres, verificando-se uma predominância no número de mulheres, podendo-se inferir a elas maior expectativa de vida ou ainda que os homens sejam os que mais migram do município.

O município de Restinga Seca tem como destaques turísticos o Balneário Passo das Tunas, localizado no Passo das Tunas, no rio Vacacaí, distante 12 Km do centro da cidade de Restinga Seca, é um dos mais belos e visitados balneários da região central do Estado, dispendo de uma boa infra-estrutura. Outro ponto turístico do município é o “Buraco Fundo”, formação geológica proveniente de erosão, localizado a 6 Km da sede. O município ainda faz parte dos Roteiros Integrados de Turismo Rural Cultural e Ecológico envolvem os municípios da Quarta Colônia. Além desses pontos turísticos o município possui um monumento chamado de Cruz Luminosa, monumento religioso comemorativo aos dois mil anos de nascimento de Jesus Cristo, localizado na localidade de Lomba Alta (CNM).

A cidade ainda oferece atrativos como a antiga Estação Ferroviária de Restinga Seca, inaugurada em 1898 pela Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruaiana. Além de uma bela arquitetura, em estilo colonial e monumentos e homenagens a Iberê Camargo, grande pintor que nasceu em Restinga Seca.

Atualmente a sociedade busca, no consumo turístico, um sentimento de pertença, de distinção frente os padrões massificantes da cultura. Este pode ser um grande diferencial para o desenvolvimento de regiões interioranas, como é o caso da Quarta Colônia, na tentativa de proporcionar a sociedade novas tendências de consumo.

O uso do solo urbano pode ser uma expressão das relações sócio-econômicas existentes no território. Para melhor compreender tais relações, a análise do solo urbano de Restinga Seca foi feita dividindo-se em uso residencial, comércio e serviços, industrial, institucional e especial, como exemplifica o mapa de zoneamento, segundo o diagnóstico feito pelo Plano Diretor Ambiental, sendo que grande parte dos lotes do perímetro urbano de Restinga Seca possui uso residencial, com alguns pontos em que o comércio é incorporado, caracterizando um

uso misto. Na figura abaixo, (figura 23) pode ser verificado o mapa da estrutura fundiária de Restinga Seca.

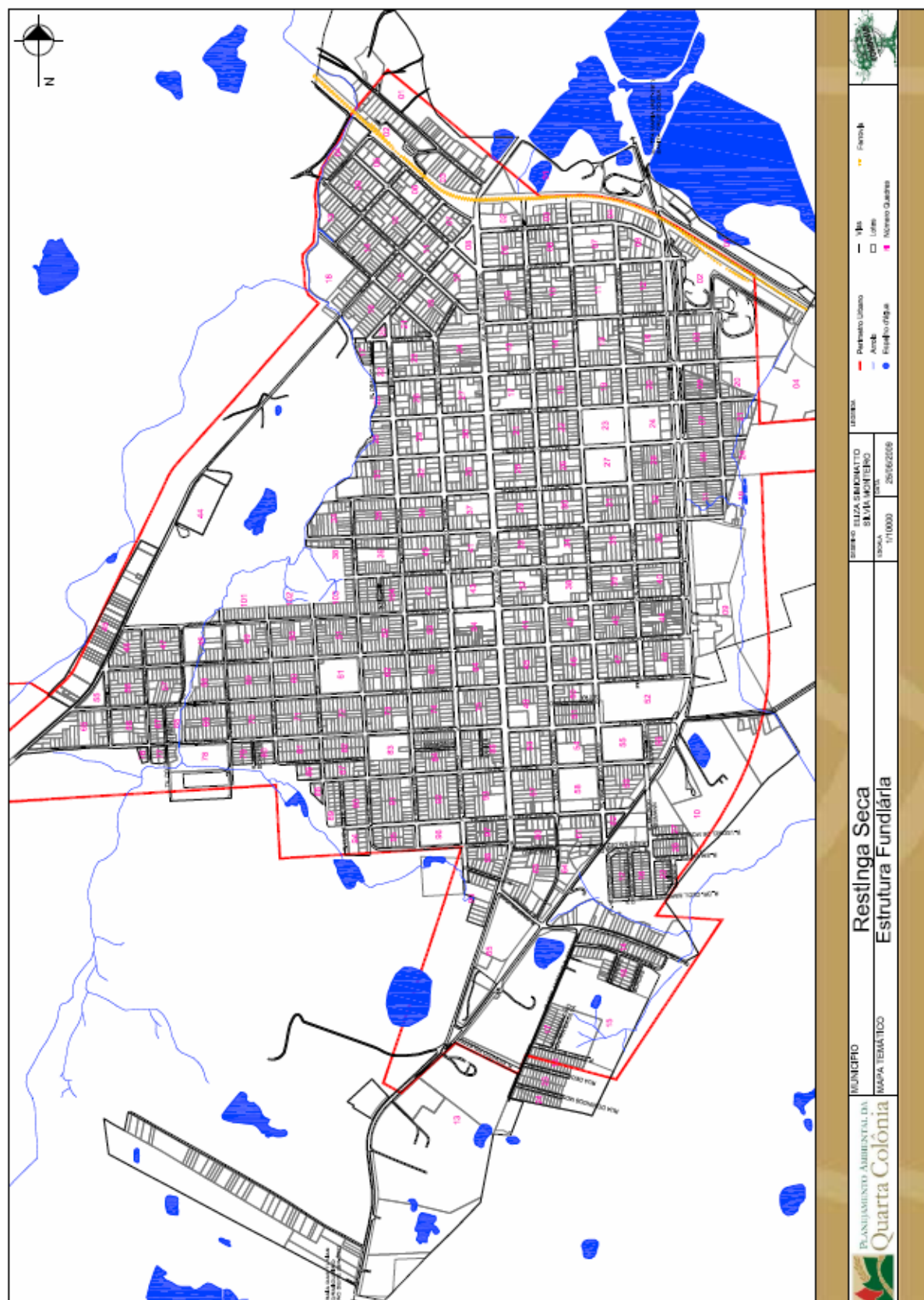


Figura 23: Mapa de estrutura fundiária da cidade de Restinga Seca  
 Fonte: Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.



Existem no município poucas verticalizações, sendo que a maioria está localizada no centro do município e são destinadas a residências.

#### 4.6.2 Formação histórica e o papel da cidade de Restinga Seca na Região

A história do município de Restinga Seca começou com a divisão territorial do Estado em 1809, quando foram criados os quatro primeiros municípios Rio-grandenses: Rio Grande de São Pedro, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha.

O município teve origem na doação de sesmarias e com a construção da estrada de ferro Porto Alegre-uruguaiana em 1885. Devido a sua situação geográfica, recebeu o nome de Restinga (orla de bosque ou mato em baixadas, à margem do arroio ou sangas) e Seca (origina de uma sanga denominada Passo da Parteira, que em época do ano, ficava com pouca água e cortava o curso), (IBGE, Prefeitura Municipal de Restinga Seca).

No ano de 1819, foi criado São João de Cachoeira, hoje município de Cachoeira do Sul, de onde se desmembraram inúmeros outros, entre eles, Restinga Seca. Sua origem, como a da maioria dos municípios gaúchos, está ligada ao sistema de doação de sesmarias. Já no ano de 1892, Restinga Seca, por Ato Municipal, tinha passado a quarto Distrito de Cachoeira do Sul (FAMURS).

Com a construção da estrada de ferro Porto Alegre - Uruguaiana, em 1885, foi levantada à margem esquerda da sanga da Restinga, uma caixa d'água para abastecer os trens. O local passou a ser conhecido como Caixa D'água. Embora os trens tivessem, obrigatoriamente, que parar para serem abastecidos, os passageiros não deveriam desembarcar na parada de Caixa d'Água, nem suas mercadorias, mas somente em Arroio do Só, Estiva ou Jacuí, que já tinham estação de passageiros (IBGE, Prefeitura Municipal de Restinga Seca).

Nesta época, algumas pessoas que viajavam de trem começaram a se organizar para reivindicar a construção de uma estação ao lado do reservatório de água. O líder deste movimento foi Domingos Gonçalves Mostardeiro, que comprava mercadorias em Porto Alegre e precisava levá-las para Dona Francisca, onde possuía uma casa de comércio. O movimento foi vitorioso e a estação construída e

inaugurada em 1898, com o nome de estação de Restinga Seca (IBGE, Prefeitura Municipal de Restinga Seca).

A localidade de Caixa D'água passou a ser chamada de Restinga Seca, em função do Distrito e da estação da Viação Férrea que se tornou o centro dinamizador da economia do Distrito, levando o povoado de Restinga Seca a crescer e se desenvolver. Surgiram casas comerciais e pequenas indústrias, a comunidade começou a se organizar e em 31 de março de 1938, o povoado passou à categoria de vila e o 4º Distrito passou a caminhar para a sua estabilização (IBGE, Prefeitura Municipal de Restinga Seca).

Na década de 1950, Restinga Seca era o distrito mais próspero do município de Cachoeira do Sul e seus habitantes começaram a cultivar a idéia de aplicar no local os recursos arrecadados para desenvolver a sua comunidade.

O ideal emancipacionista cresceu rapidamente e em 23 de março de 1958, numa reunião realizada no Clube Seco e considerada memorável, foi discutida a idéia e escolhida a comissão que deveria tratar do assunto junto aos poderes públicos. A emancipação do município resultou de um grande trabalho conjunto da população, sob o comando daquele que, mais tarde, foi eleito para primeiro prefeito do novo município, Eugênio Gentil Müller. Restinga Seca foi emancipada no dia 25 de março de 1959, através da lei 3.730, assinada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola (FAMURS).

Em relação aos papéis urbanos, a cidade carece de equipamentos de saúde, já que os existentes não atendem satisfatoriamente a população. No meio rural, o município também apresenta deficiências. O grande problema que reside aí é que a zona rural, além de ser relativamente extensa, é de difícil acesso. Desta maneira, o número de unidades de saúde se torna pequeno, frente ao tamanho da população.

No município de Restinga Seca sete estabelecimentos são municipais e quatro privados, não possuindo federais ou estaduais.

O abastecimento de água pela rede geral da CORSAN abastece eficientemente toda a área urbana.

Na área urbana de Restinga Seca existe apenas o serviço de combate a incêndio realizado pelos Bombeiros da Brigada Militar, localizado em área central da área urbana,

O provimento e oferecimento dos bens e serviços básicos têm papel importante na reprodução social, influenciando diretamente no modo e nas

condições de vida da população. Dessa maneira, segundo o site oficial de Restinga Seca, apenas 360 residências do município de Restinga Seca, considerando as 4.828 registradas em 2000 pelo IBGE, possuem rede de drenagem pluvial, favorecendo apenas 1.221 moradores, existindo a carência dessa infra-estrutura em parte do município e o lixo é coletado por serviço de limpeza, sendo que a rede de coleta de lixo do município de Restinga Seca abrange a maior parte da área urbana, quanto aos outros destinos do lixo residencial, a maioria é coletado em caçamba de serviço de limpeza, outra parte do lixo é queimado, enterrado ou jogado nos rios.

Toda a área urbana do município de Restinga Seca possui rede de postes para iluminação pública

Restinga Seca é a segunda maior economia da Quarta Colônia e, por isso, conta com um aparelho produtivo mais diversificado, com atividades agrícolas, industriais e de serviços, embora dentro de um contexto de economia de pequena escala, na qual predominam empresas de micro e pequeno porte.

A base de exportação do município abarca basicamente os setores primário e secundário, com forte predominância da produção de arroz e da fabricação de móveis e artefatos de couro. Os serviços conjugam atividades diversificadas, mas com concentração no comércio varejista.

Os transportes têm grande importância para o escoamento da produção, principalmente em um município essencialmente agrícola. O município de Restinga Seca é cortado por duas rodovias estaduais que têm importante papel no escoamento da produção, a RST-287.e a RS-149

O acesso principal ao município de Restinga Seca situa-se no km 208 da rodovia estadual RST-287, que é asfaltada e corta o município de Restinga Seca ao norte, ligando-o a Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Porto alegre, importantes centros comerciais.

Para acessar a zona urbana do município, após entrar no acesso principal pela RST-287, toma-se a RS-149, que corta o município no sentido leste-oeste, rodovia essa que é asfaltada, porém encontra-se em condições precárias. A rodovia RS-149 liga também o município de Restinga Seca a localidade de Passo das Tunas e ao município de Formigueiro. Outro meio de escoamento de produção é pela ferrovia que corta o município de Restinga Seca e o liga ao município de Santa Maria a leste e ao município de Cachoeira do Sul a sudoeste. A ferrovia passa quase que paralelamente ao Rio Vacacaí-Mirim. Destaca-se que os meios de

transportes e comunicação facilitam o surgimento de novos fluxos de circulação entre as cidades da Região. Para Saquet (2003, p. 161) “As redes de circulação e de comunicação se interpenetram, se articulam, interagem”.

Existem locais ocupados com usos de comércio e serviços em Restinga Seca, tais como Rádio Comunitária e Rádio Integração, Transporte Rizzati LTDA, Centro de Formações de Condutores, Registro Público de Restinga Sêca, Funerário Fagundes, EMATER, Agência de Correios e Telégrafos, Rodoviária e Estação Ferroviária, também alguns estabelecimentos institucionais identificados no perímetro urbano de Restinga Seca são: duas sedes da CORSAN, Delegacia de Polícia Civil, Bombeiros da Brigada Militar, Brigada Militar, Conselho Tutelar, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Instituto Rio-Grandense de Arroz-IRGA, Prefeitura Municipal, Usina Hidroelétrica de Nova Palma-UHENPAL, Ministério Público, Promotoria de Justiça, FORUM e Câmara Municipal de Vereadores.

Como elemento mais significativo verificou-se, que a maioria dos moradores da zona rural de Restinga Seca está contente com os serviços públicos prestados, sendo que o ponto negativo mais consistente encontra-se na figura do policiamento, onde uma parcela de 44,6% desses residentes relatou que sua localidade não é abrangida por este serviço, o que causa certa insegurança nestes moradores.

O município também tem como principal ponto negativo, exposto pelos moradores (76,5%), a falta de emprego, obrigando a população a migrar para outras cidades. Importante salientar que (63,6%) dos moradores não possui nenhum microcomputador.

No que se refere aos equipamentos culturais, no perímetro urbano, existem dois clubes, o Clube Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) e o Clube Seco. Outros equipamentos que podem ser considerado de cultura são as quatro praças, duas delas em forma triangular e bem arborizadas, além do Viveiro Municipal Florestal e o Centro Comunitário.

O município apresenta um forte caráter esportivo, com o Estádio Municipal Sebastião Hérída Borge, o Ginásio Municipal de Esportes Romano Cantarelli, a Associação Esportiva Móveis Rohde e o Sport Club Seco.

Nos elementos relacionados à participação social, os dados referentes à religiosidade são os mais expressivos, representando o total de 56,8% das entidades as quais os moradores costumam participar. Isto evidência a forte tradição religiosa no município de Restinga Seca.

Diante disso fica visível o diferencial no município de Restinga Seca, a projeção da identidade local vinculada à culinária típica colonial, estabelecida através de uma ancestralidade étnica. A culinária é apontada por 31,8% dos munícipes como o elemento que melhor caracteriza a região. Outro critério identificador da região são suas festas, representando 23,5% das respostas. “A gastronomia pode ser um dos principais elementos identificadores de uma comunidade, materializando a identidade territorial, étnica e cultural de seus moradores”, (Plano Diretor Ambiental).

Nesse sentido, a Comida pode marcar um território, um lugar, uma etnia, servindo como marcador de identidade ligado a uma rede de significados. Podemos assim, falar de “cozinhas” de um ponto de vista “territorial”, associadas a uma nação, território ou região, tal como a “cozinha chinesa”, a “cozinha baiana”, ou a “cozinha mediterrânea”,[...] (Maciel, 2001, P. 151)

Além da gastronomia e das festas observa-se que as paisagens da região (13,6%), juntamente com a religiosidade (12,9%) são elementos culturais expressivos no critério definidor da cidade, de acordo com estes moradores. Nesse sentido, os recursos disponíveis na cidade de Restinga Seca revelam a potencialidade local para o desenvolvimento de atividades turísticas e culturais.

O espaço urbano é ao mesmo tempo fragmentado e articulado; onde cada uma das partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que com intensidade variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas, associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos, entre outros colocados por Corrêa (2004).

Em relação ao consumo quase a totalidade dos respondentes (94,7%), afirmou costumar fazer compras e utilizar serviços no município em sua própria localidade. A pesquisa indicou que 82,6% não buscam ou compram mercadorias nos outros municípios da região, dando preferência aos produtos de sua cidade. Dos que relataram buscar em outra cidade produtos e serviços que necessitam 12,9% se dirigem a Agudo como a cidade preferida para fazer suas aquisições, e 3% indicou a cidade de Faxinal do Soturno. Infere-se esse fato de preferência ao consumo em sua própria localidade pela distância física entre o município de Restinga Seca e as demais cidades da Região da Quarta Colônia.

## **4.7 O tempo/espaço urbano: o papel da cidade de Pinhal Grande na Região**

### **4.7.1 O sítio urbano de Pinhal Grande**

A expansão das cidades e suas modificações se deu principalmente devido ao processo de industrialização, resultando em novos fenômenos sociais e conseqüentemente em uma nova ordem econômica e demográfica, até a alteração de costumes e das formas de interação social. Nesse sentido, o entendimento do sítio urbano, onde esses processos acontecem, se torna de fundamental importância, a fim de planejar as intervenções no solo urbano.

Sabe-se que o processo de urbanização e a expansão das atividades econômicas sobre o território vêm acontecendo de forma predatória e irracional, muitas vezes resultando em problemas ambientais e sociais. Assim, é necessário a compreensão da organização da cidade e do sítio urbano dos pequenos municípios, para prevenir problemas futuros.

Segundo Correa (1989), o uso do solo apresenta-se como uma expressão das relações socioeconômicas do território, que revelam a apropriação da natureza pelo homem e as alterações impostas a ela. Portanto, a falta de diretrizes que condicionam a ocupação e o uso do solo urbano e conseqüentemente o desenho urbano de Pinhal Grande, podem trazer problemas em muitos casos irreversíveis ao ambiente.

A cidade de Pinhal Grande desenvolveu-se ao longo de uma faixa estreita de terras, na qual a Avenida Integração liga os Bairros situados na extremidade desta faixa, que são os bairros mais antigos da cidade, o Bairro São José do Pinhal e o Bairro Limeira (centro da cidade). Considerando que a maior parte dos bens e serviços oferecidos pela cidade, situa-se no bairro Limeira. Na figura 24, pode ser observado o mapa do uso do solo da cidade de Pinhal Grande.

Para uma melhor compreensão de como se dão as relações no território, a análise sobre o uso do solo urbano de Pinhal Grande foi dividida em uso do solo residencial, de comércio e de serviço, institucional, industrial, misto (residencial e comercial) e misto (residencial e serviço) e outros, conforme demonstra a figura 24.

Existe apenas uma parte da cidade que tem um uso predeterminado, para fins apenas industriais, onde se encontra o distrito industrial. No restante da área urbana o uso é variado, tanto comércio/serviços como residências são encontradas num mesmo local, verificam-se, porém, uma tendência à concentração, de atividades comerciais e de serviço no Bairro Limeira.

A grande maioria das edificações se dá em um ou dois pavimentos, sendo que nenhuma chega a quatro. Prevalece o uso de telhados aparentes e de alvenaria convencional ao invés de madeira ou outros sistemas alternativos.

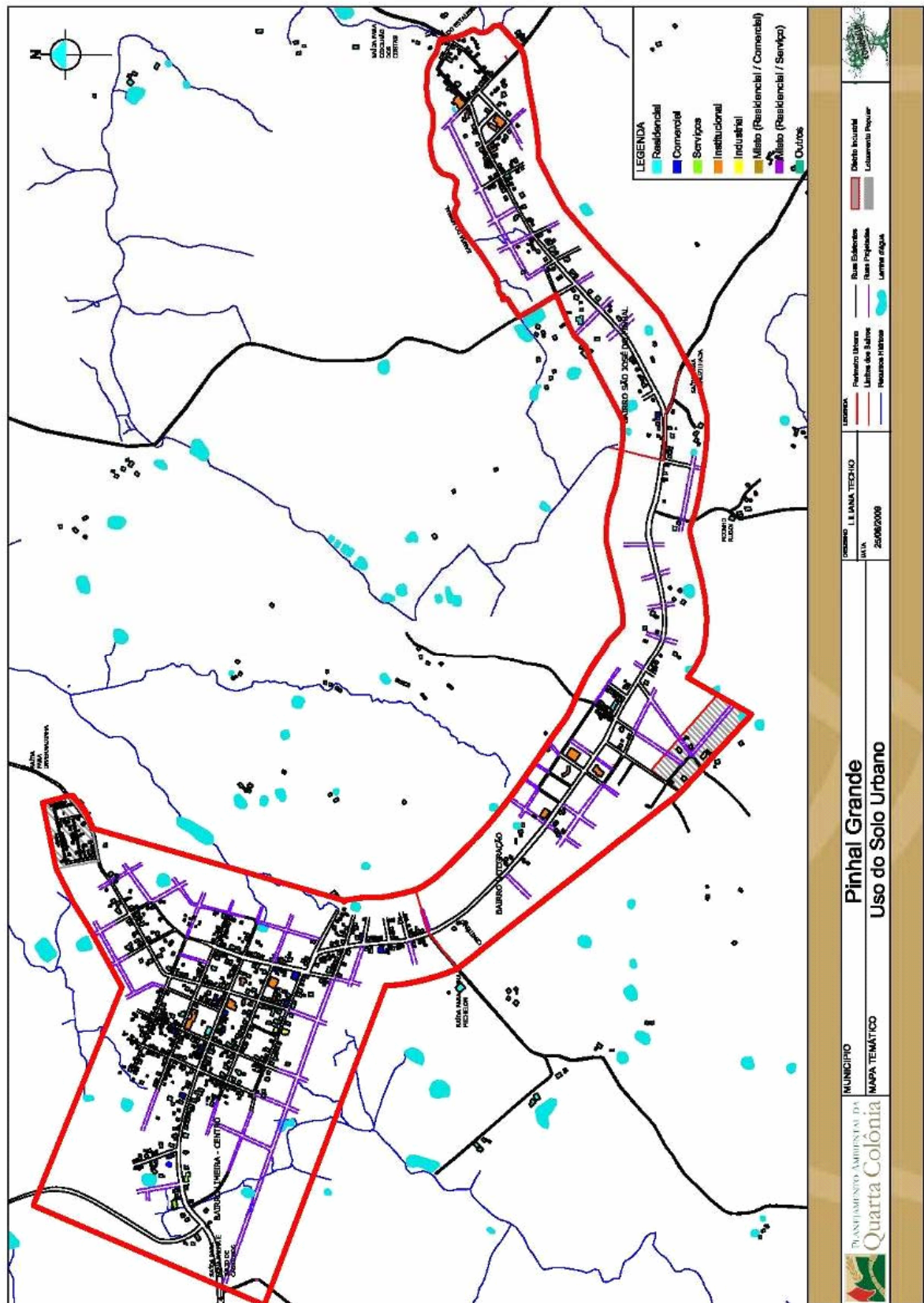


Figura 24: Mapa de uso do solo urbano do município de Pinhal Grande.  
 Fonte: Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.



A atividade comercial no município surgiu na época de sua colonização, pois por volta de 1813 o curitibano João Gonçalves Padilha e seu irmão, José Maria Gonçalves Padilha, realizavam o comércio de potros e muares entre esta região e São Paulo.

Verificou-se atualmente a presença de um comércio de pequeno porte, que apresenta algumas deficiências por não conseguir suprir todas as necessidades da população do município, fazendo com que ocorra a migração em busca de produtos em outras cidades como Faxinal do Soturno, Júlio de Castilhos e Santa Maria, deixando de contribuir para a receita municipal.

Com relação à prestação de serviços, também existe a carência de algumas atividades, como aquelas ligadas ao ramo de hotelaria, gastronomia e lazer (academia, parques e outros). Esse aspecto acaba fazendo com que outros setores que poderiam ser desenvolvidos, como o turismo, fique estagnado.

Essas atividades estão indiretamente ligadas à agricultura e pecuária, pois grande parte do capital que circula neste setor da economia vem da venda de produtos agrícolas ou da sua transformação na agroindústria, em muitos casos, as atividades comerciais e de serviços estão junto do uso residencial, configurando edificações mistas, conforme demonstra a figura 24.

O município de Pinhal Grande localiza-se a 29°20'46" de latitude Sul e a uma longitude 53°18'24" Oeste. O município de Pinhal Grande e sua sede situam-se no Planalto Médio e altitudes em torno de 500 metros, fazendo parte da Mesorregião Centro ocidental Rio-Grandense (IBGE) e a Microrregião de Santiago.

O principal rio que banha Pinhal Grande é o rio Jacuí, no seu curso localiza-se a Hidrelétrica de Itaúba, inaugurada no ano de 1978, capaz de gerar 500 MW, (figura 25), importante para a geração de renda no município. Além de gerar eletricidade, o rio Jacuí também é utilizado para a irrigação, não podendo ser utilizado para navegação, pois é um rio localizado em área de planalto, apresentando várias corredeiras. Entre outros importantes afluentes que banham o município, destacam-se os arroios da Reserva e o Ferreira. e no sítio urbano aparecem apenas pequenos cursos d'água



Figura 25: Represa da barragem de Itaúba, Pinhal Grande.  
Fonte: Trabalho de campo, 2009.

O município de Pinhal Grande, segundo dados da FEE (2006) conta com uma população de aproximadamente 4.529 habitantes, 61,80% morando na área rural e 38,19% na área urbana, mostrando um índice maior de população rural. Do total de população, 48,39% são do sexo masculino e 2.195 do sexo feminino. O município tem cerca de 477 Km<sup>2</sup> de área e possui uma densidade populacional de aproximadamente 9.19 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE, 2000), índice relativamente baixo.

Do total da população, 25,19% dos habitantes possuem menos de 14 anos. Desse total, 49,16% são mulheres e 50,83% são homens, mostrando um número maior de homens e a população economicamente ativa, considerando a faixa etária de 15 a 59 anos perfaz o total de 62,04%, sendo que 52,20% são homens e 47,80% são mulheres e com relação à idade dos habitantes, observando a população com mais de 60 anos, tem-se 12,76%, destes, 49,65% são homens e 50,34% são mulheres, verificando-se predominância no número de mulheres. Pode-se inferir que há maior expectativa para as mulheres ou ainda que os homens sejam os que mais migram no município.

Este município tem como destaques turísticos a Barragem de Itaúba e uma reserva ecológica que se localiza ao lado da barragem, que pode ser visitada desde que se obtenha a autorização da empresa que administra a mesma, porém a barragem não é o único local que merece ser visitado. A cascata da Toca do Tigre, a

11 km da cidade e o Lajeado da Várzea, também a 11 Km, são dois locais interessantes. e se destacam na cidade, a Igreja Matriz, em estilo gótico, e o Moinho Rubin - que ainda está em operação. (Prefeitura Municipal).

#### 4.7.2 Formação histórica e o papel da cidade de Pinhal Grande na Região

Os jesuítas foram os primeiros europeus a chegar onde hoje é localizado o município de Pinhal Grande, vinham catequizar os índios e atuar na criação de gado utilizando a mão-de-obra indígena. O domínio português intensificou a exploração destas terras que inicialmente chamava-se "São José dos Pinhais". O município de Pinhal Grande recebeu este nome por existir na região abundância de mata nativa, especialmente a mata de Pinhais (araucárias). A história registra que diversas tribos indígenas viveram nesta região, entre elas, os tapes (FAMURS).

Nessa época, os Bandeirantes atuavam no mercado escravocrata e, constantemente, buscavam os indígenas para vendê-los, passando por cima dos ideais jesuíticos. Em 1801, as terras foram conquistadas pelos Portugueses. Somente cem anos depois, em 1901, é que Pinhal Grande passa a fazer parte do Núcleo de Barracão, futuro município de Nova Palma.

A dominação portuguesa intensificou a exploração destas terras. Por volta de 1813, o curitibano João Gonçalves Padilha e seu irmão José Maria Gonçalves Padilha, realizavam o comércio de potros, cavalos e muares entre esta região e São Paulo.

Com a ocupação de Nova Palma, os imigrantes italianos subiram a serra (em direção onde hoje se localiza o município de Pinhal Grande) e já nas primeiras décadas de 1900, foram adquirindo terras dos antigos proprietários. Entre estes, podemos destacar a família Rubin como sendo os pioneiros italianos na região dos pinhais. Esse processo de ocupação teve continuidade até os anos de 1970/1980 do século XX. Mas foi a construção da Usina hidrelétrica de Itaúba que gerou renda para a emancipação do município de Júlio de Castilhos, que aconteceu em 1992 (IBGE, Prefeitura Municipal), pela lei municipal nº 9600 de 20 de março de 1992,

possuindo uma área de 477 Km<sup>2</sup> (IBGE), contando com uma população de 4.899 habitantes (FEE, 2006).

Em relação aos papéis urbanos de Pinhal Grande, no que se refere aos serviços de Saúde, o município possui um Centro Municipal de Saúde (Posto de Saúde) localizado no Bairro Integração e a Casa de Saúde São José (hospital), localizada no Bairro São José. Os dois equipamentos de saúde possuem atendimento ambulatorial, provido de médico com especialidades básicas e dentista.

Na área rural do município, existe apenas uma unidade básica de saúde, com atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem. A zona rural do município, além de ser relativamente grande, é de difícil acesso, desta maneira, o número de unidades de saúde se torna pequeno, frente ao número de habitantes e a extensão do território municipal (Plano Diretor Ambiental).

O serviço de abastecimento de água, no município de Pinhal Grande, é realizado em toda a zona urbana e em grande parte do meio rural pela Prefeitura Municipal.

A rede de esgoto serve praticamente toda zona urbana. Apenas parte da Avenida Integração, no trecho entre o Cemitério e o Ginásio Poliesportivo e mais alguns quarteirões do Bairro Limeira não são contempladas com este serviço. Sendo que, o sistema de tratamento adotado é o de lagoas de estabilização.

No caso dos índices de saneamento básico nos domicílios necessita-se fazer uma distinção entre domicílios urbanos e rurais. O Índice de Desenvolvimento Sócio-econômico para infra-estrutura é baixo, provavelmente porque considera todos os domicílios do município e os situados na zona rural não possuem nenhum tipo de estrutura de saneamento básico, além do tradicional poço negro. Diferentemente da situação urbana, onde a maioria dos domicílios é servida por rede de coleta de esgoto sanitário, a qual destina o mesmo ao tratamento em lagoas de estabilização.

Em relação à coleta de lixo, o município possui um contrato de prestação de serviços com a empresa PRT, em toda a área urbana, sendo toda esta servida por rede de distribuição de energia elétrica. Existe iluminação pública em quase todas as ruas da zona urbana, sendo inexistente apenas em pequenos trechos de ruas abertas recentemente.

Verifica-se a carência de telefones públicos na parte central da cidade (Bairro Integração). Os demais bairros são bem servidos desses equipamentos públicos.

Existem três torres de comunicações localizadas na área urbana, mais precisamente no Bairro Integração.

Existem na zona urbana dois equipamentos públicos de segurança: um posto da brigada militar e outro da polícia civil. O primeiro está localizado no Bairro Integração e o segundo no Bairro Limeira. De acordo com o IBGE, o município possui uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, criada pela lei 861 do ano de 2002 e um Conselho Municipal de Defesa Civil, de caráter deliberativo, normativo e fiscalizador. O município não possui nenhum segmento responsável para combater incêndios (corpo de bombeiros) e depende da disponibilidade de caminhões de municípios vizinhos.

A indústria em Pinhal Grande caracteriza-se por reduzido número de ramos, composto por micro empresas em atividades industriais tradicionais, de baixo valor agregado, cujo tamanho médio é de três pessoas ocupadas, com um salário médio pouco superior ao salário mínimo. A principal atividade industrial é o da produção de alimentos, seguido da fabricação de produtos de madeira.

O ramo de atividade terciária predominante, em termos de unidades e emprego, é o comércio varejista, de bens duráveis e não duráveis de consumo. Os bens de consumo em geral, excetuando veículos automotores, respondem por cerca de dois terços dos estabelecimentos e por 40% do volume de emprego. São, em média, micro empresas com cerca de duas pessoas ocupadas, dispersas pela economia urbana local.

A base de exportação do município abarca os três setores, com maior ênfase na produção agrícola e industrial. Os serviços colaboram com o fornecimento de eletricidade e em menor medida, a prestação de serviços de saúde.

Os transportes têm grande importância para o escoamento da produção, principalmente de um município essencialmente agrícola, como é o caso de Pinhal Grande, verifica-se a inexistência de um acesso pavimentado ao município.

No âmbito do trabalho, 49% dos moradores entrevistados destacaram a falta de emprego como o principal ponto negativo do município de Pinhal Grande. Desta forma, devemos salientar a importância de políticas públicas que tenham como estratégia de enfrentamento do desemprego o investimento no mercado de trabalho formal, aproveitando adequadamente os recursos humanos disponíveis, com vistas a diminuir a precariedade nas ocupações, procurando aumentar a oferta de trabalho

com a finalidade de suprir futuros desvios sociais ocasionados pela crescente demanda da população.

Chama atenção o fato de 69,6% da população não possuir nenhum microcomputador, pois vivemos em meio a uma revolução tecnológica, que altera significativamente os modelos de organização e funcionamento das instituições existentes, modificando as relações de trabalho, as relações humanas, políticas, a economia e os sistemas de conhecimento. Sendo que é preciso levar em consideração que, na medida que a população tiver acesso a uma renda maior, irá permitir o acesso a uma série de bens e tecnologia também constantemente transformados e incorporados á vida das pessoas.

Em relação aos equipamentos culturais, o Município possui uma Casa de Cultura, que promove exposições e apóia um grupo de artesãos existente no município, cedendo espaço para a realização de venda e exposição dos produtos. A Biblioteca Pública realiza atividades como hora do conto, peças teatrais e festividades para comemorações, como o Dia do Livro. Existe ainda o Museu Municipal, no qual se encontra um acervo de materiais encontrados no Sítio Somavilla pertencente ao Senhor Lucas Somavilla, possibilitando aos visitantes, conhecer um pouco mais sobre os usos e costumes dos povos indígenas que habitaram essa região na antiguidade. Outra edificação de grande importância cultural para o município é o moinho Rubin, por ser um dos símbolos ainda vivos da época de seu povoamento. Ainda podem ser encontradas igrejas, capelas, grutas, um CTG, cascatas e balneários. Bandas, e manifestações culturais realizadas por grupos independentemente do poder público.

Várias entidades sócio-culturais desempenham suas atividades em Pinhal Grande, dentre as quais se pode-se citar: Departamento de Cultura e Turismo, Conselho Tutelar, Centro Comunitário, Sociedade Avenida, Salão de Festas Comunitário, Salão Paroquial, igrejas e escolas. Dentre estas algumas são administradas pelo poder público municipal e são desenvolvidas em edificações como: Centro Administrativo, Câmara de Vereadores, Parque de Máquinas, Ginásio Esportivo Municipal e Centro de Saúde Municipal.

As entidades municipais existentes no município são: ACIAPS (Associação Comercial, Industrial e Prestadores de Serviços), CAT (Clube Amigos da Terra), Associação dos Piscicultores e Associação dos Vinicultores.

As organizações no âmbito de bairro, comunidade ou região, urbanas e rurais, existentes no município são: Pastoral da criança, Pastoral da saúde, Grupo 3º idade, Pastoral da Juventude, Pastoral da Família, Pastoral do Dízimo, Pastoral da Catequese, Ministros da Eucaristia e Grupo de Canto. Conta, ainda com o STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e em âmbito estadual, possui as seguintes entidades: FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) e EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), em âmbito nacional, conta com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que possui um convênio com a prefeitura municipal.

Nos elementos relacionados à participação social, os dados referentes à religiosidade são os mais expressivos, representando o total de 75,5% das entidades as quais os moradores costumam participar. Isso a forte tradição religiosa no município de Pinhal Grande.

A gastronomia pode ser um dos principais elementos identificadores de uma comunidade, materializando a identidade territorial, étnica e cultural de seus moradores. Diante disso fica patente, no município de Pinhal Grande, a projeção da identidade local vinculada à culinária típica colonial, estabelecida através de uma ancestralidade étnica. A culinária é apontada por 35,3% dos munícipes como o elemento que melhor caracteriza a região. Outro critério identificador da região é sua paisagem natural, representando 20,6% das respostas.

Além da gastronomia e das belezas naturais observa-se que a religiosidade (15,7%), juntamente com as festas (14,7%) típicas e religiosas são elementos culturais expressivos no critério definidor da cidade, de acordo com estes moradores. Nesse sentido, os recursos disponíveis na cidade de Pinhal Grande revelam a potencialidade local para o desenvolvimento de atividades turísticas e culturais. Dos diversos recursos já mencionados podemos destacar o patrimônio cultural local, com sua arquitetura, artesanato, tradições populares, dentre outros elementos. Nessa perspectiva se insere o turismo com o intuito de, através de seus recursos naturais e culturais, promoverem o desenvolvimento do município.

Em relação ao consumo, uma parcela significativa dos que responderam à pesquisa (72,5%), afirmaram que costumam utilizar serviços e fazer compras no seu próprio município. Quando existe a necessidade de buscar alguma mercadoria em outro município, 47,1% afirmam procurar no município de Nova Palma, e um

percentual de 21,6% relataram preferir a cidade de Faxinal do Soturno para fazer suas aquisições.

#### **4.8 O tempo/espaço urbano: o papel da cidade de São João do Polêsine na Região**

##### **4.8.1 O sítio urbano de São João do Polêsine**

O município de São João do Polêsine localiza-se a 29°36'50" de latitude Sul e a uma longitude 53°26'44" Oeste, faz parte da Mesorregião Centro ocidental Rio-Grandense (IBGE) e a Microrregião de Restinga Seca.

O município de São João do Polêsine, no que se refere às províncias geomorfológicas, encontra-se inserido em parte na Depressão Central Gaúcha, ocorrendo na região morros residuais, constituídos de rochas vulcânicas da Formação Serra Geral, em contato com arenitos, além de rochas sedimentares pertencentes à bacia do Paraná, e em parte no rebordo do Planalto Meridional, o qual se caracteriza como uma área de transição entre o Planalto e a Depressão Central Gaúcha.

A sede do município de São João do Polêsine situa-se na Depressão Central Gaúcha a uma altitude de 37 metros.

A leitura e a percepção do sítio urbano, como a cidade perpassa pelo exercício empírico, não obedecendo precisamente a uma metodologia prescrita e sua estratégia de planejamento deve passar pela experiência cotidiana que é muito particular e específica de cada lugar (Poli, 2004).

O perímetro urbano de São João do Polêsine é formado por poucas quadras, sendo esse espaço urbano reduzido. No mapa (figura 26), observa-se a localização dos equipamentos urbanos como oficinas mecânicas, bares, mercados. Nesse sentido, apesar da pequena cidade de São João do Polêsine, assim como as outras cidades da Região da Quarta Colônia, apresentarem uma dinâmica urbana pouco desenvolvida, estas são capazes de atender as primeiras necessidades de toda a



sua população. Os papéis urbanos das pequenas cidades revelam como estas estão inseridas e representam as dinâmicas tanto do local como do regional.

Em relação à rede hidrográfica de São João do Polêsine, os três maiores rios que percorrem o município São o Jacuí, Vacacaí e Soturno, sendo que o arroio Ribeiro passa pelo centro de São João do Polêsine e deságua no rio Soturno, próximo da área urbana.

O município de São João do Polêsine, segundo dados da FEE (2006), conta com uma população de aproximadamente 2.709 habitantes, destes 58,59% morando na área rural e 41,41% na área urbana, mostrando um número maior de população vivendo na área rural. Do total de população, 50,94% são do sexo masculino e 49,05% do sexo feminino. O município tem cerca de 86 Km<sup>2</sup> de área, apresentando densidade populacional de aproximadamente 30,03 habitantes por Km<sup>2</sup> (IBGE).

Do total da população, 20,04% habitantes possuem menos de 14 anos. Desse total, 49,17% são mulheres e 50,83% são homens, mostrando um número maior de homens.

A população economicamente ativa, considerando a faixa etária de 15 a 59 anos perfaz o total de 40,56%, sendo que 51,17% são homens e 48,83% são mulheres.

A população considerada idosa, com mais de 60 anos, totaliza 20,52% dos habitantes, destes, 40,28% são homens e 59,71% são mulheres, verificando-se uma predominância no número de mulheres, podendo-se inferir a elas maior expectativa de vida ou ainda que os homens sejam os que mais migram no município.

Este município tem como destaques turísticos como o distrito de Vale Vêneto. Nesse distrito é onde se realiza o Festival Internacional de Música Erudita. Na cidade destacam-se os prédios antigos, como a Igreja Matriz, com sua torre em formato de cálice com uma hóstia na parte superior. Ela abriga, no teto, as pinturas do italiano Ângelo Lazzarini, baseadas em temas bíblicos. A cidade ainda abriga o Monumento a Nossa Senhora da Salete: Padroeira dos Agricultores, com 77 degraus, onde do alto a Virgem olha pelos agricultores. Outro importante ponto turístico da cidade é Monumento à primeira máquina a vapor: usada para irrigar as lavouras de arroz, ajudando a contar a história dos seus colonizadores, principalmente italianos, que implantaram suas marcas, construindo o sitio urbano deste município.

A classificação do uso do solo urbano pode ser uma expressão das relações socioeconômicas existentes no território. Para melhor compreender tais relações, a análise do solo urbano de São João do Polêsine foi feita dividindo-se todo o espaço em uso residencial, comércio e serviços, industrial, institucional e especial, como exemplifica o mapa a seguir.

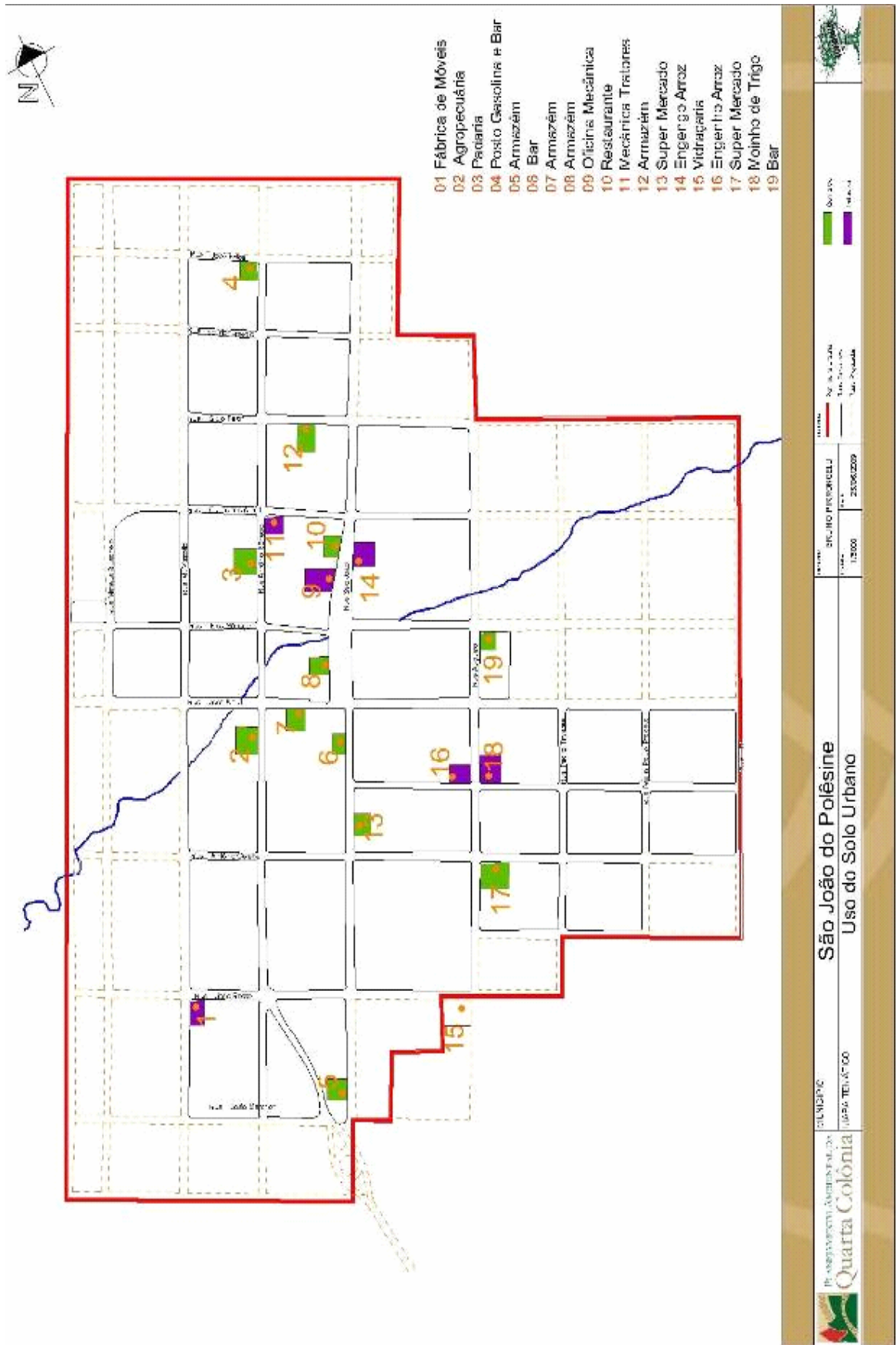


Figura 26: Uso do solo da cidade de São João do Polêsine.  
Fonte: Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

Para Corrêa (2004, p. 09) “O espaço urbano é constituído por diferentes usos da terra”. No que diz respeito a tipologia adotada, grande parte dos lotes do perímetro urbano possui uso residencial, com alguns poucos pontos em que o comércio é incorporado, caracterizando um uso misto.

#### 4.8.2 Formação histórica e o papel da cidade de São João do Polêsine na Região

O município de São João do Polêsine surge no contexto em que novos imigrantes italianos passaram a comprar terras de particulares. Assim Polêsine, como era chamado, foi criado como núcleo de povoamento no ano de 1893, com a compra das terras pertencentes a Manoel Py. A denominação Polêsine foi adotada pelos imigrantes italianos devido a semelhança com a Planície do Vale do Rio Pó, ao sul de Pádua, na Itália. Posteriormente, devido à forte vocação católica dos imigrantes, houve a escolha do Padroeiro da localidade, São João Batista, assim com o tempo ocorreu à união dos nomes permanecendo até hoje como São João do Polêsine (FAMURS).

Um destaque na região é o Vale Vêneto, situado a 12 km da sede do município, localidade considerada como berço dos palotinos no Brasil, foi colonizado a partir de 1878 por imigrantes do Vêneto vindos da Itália. Os colonos, profundamente religiosos, trouxeram para a colônia os dois primeiros padres seculares do norte da Itália em 1881. Posteriormente, em 1886, chegaram os dois primeiros missionários palotinos, que em 1892 fundaram os dois maiores internatos do estado para formação de padres e irmãs do Imaculado Coração de Maria.

Outro distrito pertencente ao município de São João do Polêsine é o “Recanto Maestro”, a sede brasileira da Associação Internacional de Ontopsicologia (AIO – ONG com caráter consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social da ONU); com uma arquitetura moderna, situado entre serra coberta por mata nativa, voltado para um vale de planícies onduladas; “um espaço internacional planejado para hospedar e promover atividades e empreendimentos de cunho humanista. Recanto Maestro não possui princípios ideológicos, é simplesmente a razão prática do homem funcional ao próprio ambiente”, sendo essa prática idealizada e formalizada pelo Professor Antonio Meneghetti, (<http://www.recantomaestro.com.br>).

O município, dentro do complexo colonial Silveira Martins, está situado entre as áreas de várzeas do rio Soturno e as encostas da Serra São Martinho, Serra Geral. A ocupação colonial desta região teve início em Vale Vêneto (1878), Ribeirão Aquiles (1879) e, neste processo, os imigrantes adquiriram as terras baixas, brejosas e campos dos portugueses, divisa com Restinga Seca, margem direita do rio Soturno.

Na divisão da Colônia de Silveira Martins, o município passou para o domínio de Cachoeira do Sul, tendo Dona Francisca como o 5º Distrito. Em 1959, com a emancipação de Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine e Vale Vêneto passam a fazer parte do novo município. Em 1992 ocorreu a sua emancipação política, fazendo parte do novo município Vale Vêneto e Ribeirão e áreas do município de Restinga Seca, (Prefeitura Municipal).

O papel da cidade em relação à saúde para o município conta com três estabelecimentos de saúde, sendo que dois destes são municipais. A pesquisa indicou que a maior parte da população utiliza os serviços de Unidade Básica de Saúde (PSF), e uma parcela pequena (4,7%) utiliza os hospitais. Quanto às condições de saneamento básico nos domicílios, há muitas deficiências, a maior parte tem apenas fossas sépticas. O abastecimento de água é um serviço particular em toda a área urbana. Já na área rural o abastecimento acontece por vertentes ou poços e a segurança é feita por um posto da brigada militar e outro da polícia civil. No que tange aos serviços básicos relacionados, a maioria da população está satisfeita com os serviços urbanos.

Outro aspecto importante para determinar o significado da pequena cidade de São João do Polêsine é indústria caracterizada por pequeno número de ramos, composta por micro e pequenas empresas em atividades industriais tradicionais, com um total de vinte e dois estabelecimentos, em 2005, segundo IBGE (2000).

A indústria alimentícia é a mais relevante, tanto no que se refere à quantidade de pessoal ocupado e ao número de estabelecimentos, quanto ao volume de massa salarial.

O ramo de atividade terciária se caracteriza na cidade pelo comércio varejista, de bens duráveis e não duráveis de consumo, mas fornece à economia local uma significativa dispersão das atividades.

A base de exportação do município abarca os três setores, com maior ênfase na produção agrícola e industrial, já que os serviços apenas contribuem com a distribuição atacadista.

O município possui estradas que cumprem seu papel no escoamento da produção e transporte de passageiros. São as estaduais, a RST-287 e a RST-149. A RST-287 passa pelo interior do município no sentido Noroeste-Sudeste, ligando-o a Santa Maria, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Agudo.

Quanto a empregos, como em todos os municípios da Região existe a sua carência. A pesquisa demonstrou que 49% dos moradores colocam esse quesito com o principal ponto negativo do município

Nesse município também se destaca que 50% da população não possui microcomputador, o que manifesta a desigualdade do processo modernizador nas pequenas cidades, (Damiani, 2006).

Em São João do Polêsine a religiosidade na participação social é muita expressiva, representando 70,3% das entidades as quais os moradores costumam participar.

Para coordenar as diferentes atividades culturais e festivas, o Município possui um Departamento de Cultura, o museu municipal e o CAPPa (Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica). O CAPPa abriga um museu, centro de pesquisas, laboratórios, auditório, salas de aulas, local de hospedagem, restaurante e serviços essenciais que serão oferecidos aos visitantes, pesquisadores e alunos na área da paleontologia. São João do Polêsine também é conhecido na região por dois eventos realizados, a Festa do Arroz, com desfile na rua principal e a Festa de Corpus Christi, que acontece em Vale Vêneto.

Ainda como papel cultural a respeito das festividades existe um calendário anual, sendo esse elemento um potencial à construção identitária da “Quarta Colônia” e que faz parte do consumo do próprio espaço apontada por 28,1% dos entrevistados.

Também a gastronomia se projeta na identidade local vinculada à culinária típica colonial que passa a gerações, colocada por 48,4% das pessoas como o elemento que melhor caracteriza a região. Além da gastronomia e das festas observou-se que as paisagens da região (9,4%) juntamente com a religiosidade (7,8%) são elementos culturais expressivos no critério definidor da cidade.

Em relação ao consumo, a cidade cumpre seu papel, pois 76,6% dos entrevistados afirmaram que utilizam os bens e serviços no seu próprio município, mas quando existe a necessidade de buscá-los em outra cidade, 75% afirmam procurar no município de Faxinal do Soturno, 4,7% disseram preferir a cidade de Agudo.

Nesse contexto, a pequena cidade de São João do Polêsine apresenta papéis urbanos pouco expressivos, obrigando o deslocamento dos moradores para outras cidades, principalmente de Faxinal do Soturno, onde é oferecido um conjunto maior de bens e serviços, inclusive trabalho.

#### **4.9 Significando a pequena cidade da Região da Quarta Colônia**

Para entender a cidade e os seus “significados” implica em compreender a produção do espaço urbano relacionado à sua forma (a cidade), mas não se limitando a ela, à medida que ela a mesma expressa muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, expressa um modo de vida. Esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu constrangimento, mas está ligado a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional (Cavalcanti, 2001).

As cidades da Região da Quarta Colônia são pequenas cidades que conseguem oferecer bens e serviços de modo imediato, a maioria delas com produtos de primeiras necessidades. Os municípios que integram essa região estão, de modo ainda crescente constituindo uma rede de cooperação. Isso se comprovou pela resposta da população sobre o local que realizam suas compras, que é na sua própria cidade. Mas sendo necessário buscam nas demais cidades da Região, em primeiro lugar, considerando as cidades mais citadas como Agudo e Faxinal do Soturno por oferecerem maior diversificação em bens e serviços.

Nesse sentido, para Ferreira (2008) na polarização dos fluxos, algumas formas de representação de poder, que pode ser político/religioso/econômico entre outros, diferenciam cidades e regiões.

Além de Faxinal do Soturno e Agudo, a cidade de Santa Maria, de porte médio e pólo regional, também é requisitada pela população da Região da Quarta Colônia, quando não encontram bens e serviços necessários, principalmente no caso do comércio, saúde e educação. Assim, por um lado, tem-se que pela pequena demanda a bens e serviços especializados das pequenas cidades, não possa haver maiores investimentos que lhes favoreçam, até mesmo economicamente para suprir suas carências. Por outro lado, ocorre que “quanto maior essa acessibilidade para centros maiores, mais difícil se torna para a cidade menor promover atividades modernas de produção e comércio, mesmo se há um mercado potencial no lugar (Santos, 2004).

Tem-se no momento um exemplo oportuno que é a implantação de um Campus da Universidade Federal de Santa Maria na cidade de Silveira Martins, berço da Região de Imigração Italiana da Quarta Colônia (esta não faz parte da região em estudo), sobre o qual se questiona a demanda que justifique sua implementação, em local muito próximo à cidade de Santa Maria.

Ao mesmo tempo, é importante levar em consideração as reduzidas oportunidades ligadas à educação na Região da Quarta Colônia, como cursos técnicos, faculdades e cursos profissionalizantes, o que acaba por dificultar a uma parcela dos moradores, especialmente os de menor renda, oportunidades de empregos, principalmente os de maior salário.

Nesse sentido, percebeu-se ao longo do trabalho e como resultado das entrevistas que a falta de emprego e de melhorias na infra-estrutura urbana, foram os problemas urbanos mais citados. Em relação à limitada oferta de empregos urbanos na Região da Quarta Colônia, relativo aos papéis básicos existentes nas pequenas cidades, dificulta a permanência dos moradores. A falta de oportunidade de trabalho, especialmente aos que possuem maior capacitação, acaba forçando os que conseguiram maior escolaridade a saírem da Região, buscando oportunidades de ascensão social.

A partir dos dados e informações e das observações estabelecidas durante as pesquisas nas cidades da Região da Quarta Colônia, pode-se inferir algumas características gerais dessas pequenas cidades: a funcionalidade predominante é a residencial; a atividade comercial encontra-se ainda pouco desenvolvida; as relações pessoais são bastante estreitas, com elevado grau de conhecimento entre os moradores; pequeno fluxo de veículos, os deslocamentos das pessoas pela



cidade, geralmente, são realizados a pé, devido às curtas distâncias; existência de traços de modo de vida rural; tranqüilidade; poucos problemas relativos à falta de segurança; além de considerável presença de igrejas. Sendo que desde o início da Colônia de Silveira Martins as igrejas eram relacionadas com a própria vida social das comunidades.

Para Saquet (2003, p. 93) “No início da colonização, em Silveira Martins, as atividades sociais dos imigrantes eram limitadas às religiosas, sobretudo, nos dias festivos e domingos. Nestes últimos, encontravam-se na Missa ou na praça da igreja, conversando os dialetos dos respectivos lugares de origem”.

Essas características são predominantes em pequenas cidades (Plano Diretor Ambiental). Assim, a reconfiguração do espaço urbano se dá através das novas funções e características que uma cidade pode vir a assumir ou abandonar.

Pequenos municípios, como os da Região da Quarta Colônia, apresentam características rurais em seu cotidiano. Isso ocorre, seja pelo apego as tradições, seja pela falta de infra-estrutura para o seu funcionamento como cidade em si, ou ainda pode-se considerar o rural como valor, podendo ser uma valorização turística da região. Ainda a falta de estrutura vem a reforçar a permanência de muitos costumes, pois a distância das “novidades” faz com que a comunidade não mude os costumes.

Além disso, as cidades da Quarta Colônia são locais de moradias de muitos trabalhadores agrícolas e proprietários rurais. A sua história, sua economia e sua cultura não se dissociam do campo. Convivem, nesses lugares, “as velhas e as novas” formas do rural brasileiro.

A forte relação com o campo é também perceptível nos costumes, nas crenças e nas principais festividades que ocorrem nessas cidades, com destaque para aquelas de santos padroeiros e exposições agropecuárias. Entretanto, os ritmos musicais e estilos de moda dos grandes centros também se fazem presentes nas pequenas cidades, proporcionados, sobretudo, pelas condições de informação e de comunicação. Entretanto, incorporaram também elementos da modernidade urbana que podem ser ilustrados pela presença nessas cidades de Internet, celulares, TV à cabo, entre outros indícios globalizantes.

Ainda em relação à presença do rural nas cidades da Região da Quarta Colônia, o comércio se destaca caracterizado por bens e produtos que atendam especialmente a população rural. O setor atacadista, de produtos agrícolas e

agroindustrializados, empregam maior número de pessoas e geram a maior soma salarial dos municípios.

Em se tratando da importância dessas cidades locais Santos (1979) afirma que cada vez mais elas têm o papel de redistribuidoras de bens e serviços. O autor coloca que as cidades locais desempenham um importante papel junto às zonas de produção primária, as quais permitem um consumo mais próximo daquele do resto da população do país, causando um crescimento da economia urbana.

Outra questão é que a presença dos modos de vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de vida da família e também ao papel importante da religião.

A importância de uma cidade depende também dos serviços prestados, dentre outros, serviços médicos, educação, comércio especializado, serviços bancários e outros. Assim, podemos dizer que cada cidade tem suas funções. E particularmente nessas pequenas cidades esse papel se cumpre principalmente em bens e serviços básicos. Santos (1988, p.56) colabora à compreensão dos papéis das pequenas cidades, [...], pois estas, “[...] não têm condições de suprir de todos os bens e serviços, ou vendem muito caro, ou acabam por perder boa parte de seus habitantes”.

A informação sobre o número de estabelecimentos comerciais e industriais pode ser utilizada para auxiliar na classificação de pequenas cidades, como propõe Cote (1986, p. 701, apud, ENDLICH, 2006), ao estudar a realidade argeliana. Ele sinaliza que seriam pequenas cidades localidades com número de estabelecimentos comerciais entre cem e oitocentos, além de perfazer um total de vinte a quarenta tipos de equipamentos. Com base neste referencial e levantamento do conjunto de estabelecimentos comerciais e industriais dos municípios da Região da Quarta Colônia, constata-se que os núcleos urbanos, apesar de sedes municipais, não alcançam o patamar mínimo de estabelecimentos.

O transporte público é um serviço essencial e indispensável nas cidades, cumprindo um papel social e econômico importante. Vale destacar que o transporte coletivo democratiza a mobilidade ao facilitar a locomoção da maioria das pessoas que não possui automóvel ou não pode dirigir. Considerando que parte significativa da população da Quarta Colônia destacou a falta de alternativas em relação ao transporte tanto rural-urbano, como entre os municípios da Região e também para a cidade de Santa Maria.

A falta de emprego é uma das demandas das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia. Desta forma, segundo as análises do Plano Diretor Ambiental, salienta-se a importância de políticas públicas que tenham como estratégia soluções ao desemprego; o investimento no mercado de trabalho formal aproveitando os recursos humanos disponíveis e no aumento a oferta de trabalho com a finalidade de suprir futuros desvios sociais ocasionados pela crescente demanda da população.

Em relação à infra-estrutura verificou-se, como elemento significativo, que a maior parte dos moradores da Região está “contente” com a maioria dos serviços públicos prestados.

Outra questão é em relação à falta de saneamento básico, em que o esgoto cloacal é lançado na rede pluvial quase sem tratamento, devido a pequena incidência ou inexistência de fossas sépticas, o que contamina os cursos d’água, além de provoca mau cheiro, e risco de doenças. Nesse sentido, o esgoto cloacal é, o que Conforme o IBGE (2002) na PNSB (2000), mais de 80% dos municípios brasileiros depositam seus resíduos a céu aberto, em cursos d’água ou áreas de proteção ambiental.

Para Bernadelli (2004),

O poder local, tendo em vista os recursos públicos escassos, deveria ter como estratégia prover de bens e serviços públicos as pequenas cidades, melhorando os setores de educação, saúde, lazer, que privilegiem, em particular, os habitantes de baixa renda. Essa perspectiva, se efetivamente perseguida, possa talvez representar novas possibilidades para essas pequenas cidades, e mais ainda, para seus moradores, (BERNADELLI, 2004, p. 329).

Um aspecto importante que significa as pequenas cidades da Região da Quarta Colônia é que elas são sedes dos municípios e possuem representação do espaço de poder administrativo. Isso denota a importância que têm as cidades, como lugar de comando dos territórios e nó das redes materiais e imateriais.

Nesse sentido, percebemos que nas cidades da Região da Quarta Colônia, as dinâmicas existentes manifestam-se pela estrutura urbana de baixa complexidade, oferecendo bens e serviços de primeira necessidade, pelas funções como intermediação comercial primária e de modo geral pelo baixo nível de urbanização.

As festividades fazem parte anualmente do calendário das comunidades e municípios da Quarta Colônia. Por motivos diversos as comunidades realizam eventos festivos, onde são lembrados e reelaborados elementos que representam a identidade territorial e cultural. As festividades aparecem como elementos potencializadores para a construção identitária “Quarta Colônia”, também aparecendo como elemento de consumo do próprio espaço.

Nesse sentido, os recursos disponíveis nas pequenas cidades revelam a potencialidade local para o desenvolvimento de atividades turísticas e culturais. Dos diversos recursos já mencionados podemos destacar o patrimônio cultural, arquitetura, artesanato, tradições populares, dentre outros elementos.

A discussão sobre o universo das pequenas cidades é amplo e não se encerra nessas linhas, pois a realidade é bastante dinâmica e o ritmo da sociedade se altera com o passar do tempo. Espera-se, portanto, termos contribuído, mesmo que de maneira sintética, para a compreensão das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia, que precisam ser ainda mais debatidas e refletidas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho percorreu caminhos que envolveram as concepções teóricas e metodológicas da Geografia, especialmente, da Geografia Urbana, com temas que perpassam pelo sentido da cidade e do urbano, da regionalização, do uso do solo urbano, do planejamento urbano, entre outros temas pertinentes.

Desse modo, o encaminhamento das fases da pesquisa nos remeteu a inquietações, análises e levantamentos de questões que envolvem a temática estudada. Ser pesquisador não é uma tarefa fácil, exigindo reflexões tanto teóricas como metodológicas que vão surgindo durante a trajetória da pesquisa, sendo fundamental a persistência e a coerência buscando sempre atender os objetivos propostos.

Na região da Quarta Colônia, o cenário pitoresco que contempla as paisagens caracterizadas pelo relevo acidentado, pelas construções antigas e pelo modo de vida baseado em costumes e crenças, bem como laços de proximidade, servem de referência para uma releitura dos modos de vida, dos saberes e fazeres dessas pequenas cidades.

A arquitetura preservada representa a cultura e a história materializada em monumentos e construções que tomam sentidos e mantêm vivos os significados da memória coletiva. Assim, os sentidos atribuídos à paisagem natural e arquitetônica marcadas pela colonização compõem a imagem da Região da Quarta Colônia e revelam a apropriação simbólica do território.

Nesse contexto, os municípios da Região da Quarta Colônia possuem potencialidades naturais, vocações e aptidões ainda inexploradas que podem acrescentar no crescimento socioeconômico. Sendo que, as ações dos gestores públicos e as políticas públicas podem contribuir para esse crescimento.

Incentivar o associativismo e o turismo, orientar, acompanhar e oferecer subsídios para que haja um contínuo desenvolvimento dos agentes sociais envolvidos, deve ser tarefa dos que estão à frente da gestão municipal. A proteção dos mananciais hídricos, a conservação dos recursos naturais, o saneamento básico, a coleta e o destino do lixo doméstico, os cuidados que se deve ter com o consumo da água, tanto quanto ao aspecto qualitativo como quantitativo e com o consumo de alimentos, são ações que se bem articuladas e implementadas de

acordo com estratégias previamente planejadas, podem gerar inúmeros benefícios para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas com os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências (Santos, 2005), assim como nas pequenas cidades estudadas.

Existem muitas particularidades nas pequenas cidades, o que mostra que embora apresentem traços comuns, cada uma delas possui suas singularidades e suas marcas dentro de um contexto regional. Para Saquet (2003, p. 215) “A cada instante histórico e geográfico, as relações entre o todo e as partes dão-se desigualmente, combinando-se em cada lugar diferentemente e produzindo as singularidades, o ser histórico e geográfico, as territorialidades cotidianas”.

Mesmo diante da falta de consenso sobre a definição conceitual de pequenas cidades, não se pode omitir a preocupação com essa categoria, justamente por estas abrigarem parcelas significativas da população, constituindo-se em espaço representativos para a sociedade.

Outro aspecto a ser considerado, refere-se à distribuição de bens, serviços e infraestruturas que ainda é rarefeita ao longo da rede urbana a medida em que se afasta dos centros maiores, distanciando em quantidade e qualidade as funções desempenhadas.

Feitas essas considerações, e sem a pretensão de esgotar o assunto, inferimos que mesmo nas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia, em que muitas vezes, pelo seu “tecido urbano”, pela sua funcionalidade, parecem mais centros rurais, encontramos neles indícios de vida urbana, conforme definido por Lefebvre (1999), seja no comércio de produtos cada vez mais industrializados, nos encontros nas praças, nas manifestações sociais e políticas, na informação via telefone e internet, nas antenas parabólicas, na terceirização e informatização de serviços, na formação de conselhos, entre outros. Algumas delas encontram-se ligadas, de forma direta, ao mercado globalizado, seja pela exportação de produtos agrícolas ou industriais. Além disso, não podemos apreendê-las como um conjunto homogêneo, pois cada uma tem suas singularidades.

Este estudo possibilita também afirmar que as pequenas cidades devem ser apreendidas considerando seus processos de formação socioespacial, bem como as ações dos agentes sociais locais e as inter-relações que marcam os seus cotidianos.

Envolver a comunidade através de ações planejadas e integradas junto aos diversos segmentos sociais como igrejas, associações, grêmios estudantis, sindicatos, visando incentivar, motivar e capacitar os agentes sociais para a prática de uma gestão participativa é a melhor e mais eficiente forma de induzir uma pequena comunidade a conceber e adotar a proteção, a preservação e conservação do meio ambiente como premissa básica para a introdução do desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que a afirmação das diferenças e especificidades locais diante da atual tendência de homogeneização e massificação das culturas e do modo de vida, é uma boa maneira de garantir a inclusão do local e valorizar essas diferenças através do oferecimento dessas pequenas cidades da Região como produto turístico.

Ao final desse trabalho tomamos consciência de que a sua elaboração apresentou-se como um processo de crescimento tanto acadêmico, quanto pessoal. Salientamos a satisfação de perceber as transformações, assim com a constituição das pequenas cidades da Região da Quarta Colônia. Assim, manifestamos o prazer, não só pelo trabalho concluído, mas pelo estudo de um processo em curso e, portanto inacabado, onde essa Região vem buscando sua consolidação enquanto tal. Desse modo, o fim de uma etapa, torna-se o começo de outra, onde outros trabalhos serão realizados, com considerações diversas do nosso trabalho.

Enfim, esperamos que este estudo contribua para um maior conhecimento da realidade regional e para o delineamento de ações que aprofundem o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Acreditamos que as pequenas cidades têm grande potencial para desempenhar diferentes papéis urbanos, beneficiando a sua população, mesmo que os esforços para tais empreendimentos sejam mais exaustivos.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para discussão, IPEA, nº. 702, 2000, 33 p. Disponível em <http://www.ipea.br>. Acesso em: 10 de nov. de 2009.

BACELAR, W. K. De. A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: Relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara-MG**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. (Tese de Doutorado).

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, M. A. (org.) **Cidade e campo: Reflexões entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BARATTO, D. da S. **Gerenciamento dos resíduos sólidos no município de Nova Palma – RS**. Santa Maria, 2006. Monografia apresentada no curso de Geografia, UFSM.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. 2. Edição. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

BERNADELLI, M. L. F da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 384f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

BERNARDELLI, M. L. F. da. H. **Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural**. In: SPOSETO, M.E.B.; WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo: reflexões entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BEZERRA, L. S. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: Realidade ou utopia**. 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br>. pdf. Acesso 20 jun. 2008.

BOLFE, S. A. **Transformações do espaço urbano de Santa Maria – RS e sua Região: tendências e condicionantes**. Departamento de Geografia. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado).

BONI, L. A. De.; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1984.

BRUCH. O. S. **A Imigração Alemã no Brasil**. Disponível em: [http://br.geocities.com/online\\_bruch/imigracao-de-br.html](http://br.geocities.com/online_bruch/imigracao-de-br.html). Acesso em: 10 mai. 2008.

BUCCI, E. F. B.; MARTIN, E. S.; MELAZZO, E. S. Expansão urbana e qualidade ambiental em municípios de pequeno porte no oeste paulista. In:



**Encontro Nacional De Estudos Sobre O Meio Ambiente**, 1991, Londrina. **Anais** p. 664 – 674.

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTRO, I, E. de. **O mito da necessidade – discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CNM – **Confederação Nacional dos Municípios**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/demografia>>. Acesso em: 03 jul. 2008.

CORREA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. São Paulo. Editora Ática: 1991.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. São Paulo. Editora Ática: 2004.

\_\_\_\_\_. Região: a tradição geográfica. In: ---. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. LEMOS, A. I. G. de.; ARROYO, M. ;Silveira, M. L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>> Acesso: 16 nov. 2008.

ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese de doutorado– Presidente Prudente: [s.n.], 2006.

ESCOLAS. **Secretaria de educação do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://WWW.educacao.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 de out, 2008.

**FAMURS**. Federação das Associações dos municípios. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br/>>. Acesso em: 18 de out, 2008.

**FEE** – Fundação de Economia e Estatística. **Resumo estatístico RS**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt>> Acesso em: 03 out, 2008.

FERREIRA, S. C. **contribuição ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana**. Disponível em: <[http://www.dge.uem.br/semana/eixo1/trabalho\\_19.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo1/trabalho_19.pdf)> Acesso em 12 dez, 2009.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas [s.n.], 2008. (Tese de Doutorado)

FRESCA, T. Ma. **A Rede Urbana do Norte do Paraná**. Londrina, Eduel, 2004.

GOMES, P. C. da C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Histórico de Ivorá. **Confederação Nacional dos Municípios**. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/>>. Acesso em 12 set.2008.

**IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Gov.Br. Acesso em: 14 de set, 2008.

ITAQUI, José (org.). **Quarta Colônia – Inventários Técnicos – Flora e Fauna**. Santa Maria: Pallotti, 2002.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. de. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, J. H. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 178p.

\_\_\_\_\_. **O marxismo**. São Paulo: Difel, 1979.

**LEITURA DA CIDADE DE SÃO JOSÉ-SC/TENDÊNCIAS E POTENCIAIS**. Disponível em: [http://www.urbanidades.arq.br/docs/pdsj/leitura\\_da\\_cidade.pdf](http://www.urbanidades.arq.br/docs/pdsj/leitura_da_cidade.pdf) Acesso em: 02 set. 2008.

MACIEL, M.E. **Cultura e alimentação ou o que tem a ver macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin**. Horizontes antropológicos, vol.7, n. 16. Porto Alegre: Dez. 2001, p. 145-156.

MAIA, D. S. **Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para o estudo sobre as cidades pequenas**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. Anais. Manaus: 18 a 21 out. 2005.

MATOS, R. **Aglomerções urbanas, rede de Cidades e desconcentração demográfica no BRASIL**. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4\\_3.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf)> Acesso em:17 de dez. 2008.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 de out, 2008.

NASCIMENTO, M. L. do. & CARVALHO. P. F. DE. **Pensando O Planejamento Ambiental Para Cidades Pequenas: o caso de Perdões – MG**. Disponível em: <

<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/gpapt/Artigos%20pdf%20final/pompeu%20PDF/Nascimento%20e%20Carvalho%202005.pdf>>. Acesso em: 10 de fev. de 2010.

**OLIVEIRA. B. S. de. A inserção da cidade local na rede urbana contemporânea.** Disponível em: [http://www.dge.uem.br/semana/eixo1/trabalho\\_47.pdf](http://www.dge.uem.br/semana/eixo1/trabalho_47.pdf). Acesso em: 09 de nov. de 2009.

**PLANTA DA COLÔNIA SANTO ÂNGELO.** Disponível em: <http://www.editorawerlang.com.br/images/ksawwerlang.jpg>> Acesso em: 30 de out, 2008.

**POLI, M.N. A geografia do espaço vivido: análise do uso social do solo urbano- estudo de caso na cidade de São Carlos, SP.** São Paulo: UFSCAR, 2004. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: [http://www.btdt.ufscar.br/tde\\_busca/arquivo.php](http://www.btdt.ufscar.br/tde_busca/arquivo.php)> Acesso em: 20 fev. 2008.

**Portal da Quarta Colônia.** Disponível em: <http://www.www.quartacolonia.com>>. Acesso em Agosto de 2008.

**Prefeitura municipal de Agudo.** Disponível em: <http://WWW.agudo.rs.gov.br>> Acesso em: 02 mai. 2008.

**Prefeitura Municipal de Dona Francisca.** Disponível em: <http://www.donafrancisca.rs.cnm.org.br/>>. Acesso em: 10 set. 2008.

**Prefeitura Municipal de Faxinal do Soturno.** Disponível em: <http://www.faxinal.com/>>. Acesso em: 21 set. 2008.

**Prefeitura Municipal de Pinhal Grande.** Disponível em: <http://www.pinhalgrande.rs.gov.br/> >. Acesso em: 15 set. 2008.

**Prefeitura municipal de Restinga Seca.** Disponível em: <http://WWW.restingaseca.rs.gov.br>> Acesso em: 02 mai. 2008.

**Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.** Disponível em: <http://www.polesine.com.br/>>. Acesso em: 21 set. 2008.

**PNSB- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pnsb>>. Acesso em: abr. 2006.

**QUEIRÓZ, M. A. O conceito Epistemológico de região sob a ótica da Geografia humanística fenomenológica.** Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/pdf>. Acesso 20 jun.2008.

**Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.** Disponível em: <<http://www.rbma.org.br/>>. Acesso em 12 set.2008.

RIGHI, J. V.; BISOGNIN, L. E.; TORRI, V. **Povoadores da Quarta colônia** : contribuições do imigrante italiano na Quarta colônia imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul – Brasil. Porto Alegre:Editora EST Edições. 2001.

ROLNIK. R. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos, 203).

ROSA, R. L. & FERREIRA, D. A. O. As categorias rural, urbano, campo e cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSETO, M.E.B.;WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

**RS BIODIVERSIDADE.** Disponível em: <http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal>. Acesso em 30 de jul, 2008.

SANTIN, S. **A imigração esquecida.** Porto Alegre: EST/ Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

SANTIN, S.; ISAIA, A. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990.

SANTOS, M. **Por uma Economia Política das Cidades.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** Ed. Edusp; São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_.**Manual de Geografia Urbana.** São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_.**Espaço e sociedade.** Petrópolis:Vozes, 1979.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSETO, M.E.B.;WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAQUET, M. A. **Os tempos e territórios da colonização italiana**: O desenvolvimento econômico da Colônia de Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Zoneamento Agroecológico e Econômico**: Regiões Agroecológicas - Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do RS, 1994.

SILVA, N. C. ; SOARES, B. R. **Crescimento populacional de pequenas cidades: O exemplo de machado/MG**. Disponível em: < <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/PES/pes0502.htm> > Acesso: 16dez. 2008.

SILVA, R. W. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSETO, M.E.B.; WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SIMIELLI, M.E. **Geoatlas**. 31. Ed. São Paulo: Atica, 2002. 1 atlas. Escalas variam.

SOUZA, M.A.A. **A cidade**: lugar e geografia da existência. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/Gegrafia\\_da\\_Existência\\_Texto\\_Maria\\_Adela.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/Gegrafia_da_Existência_Texto_Maria_Adela.pdf). Acesso 20 jun. 2008.

SPONCHIADO, Pe. L. A. **Imigração e 4ª Colônia - Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996.

\_\_\_\_\_. **A imigração italiana em geral e da Colônia Dona Francisca (RS) em particular**. Nova Palma: 1975.

SPOSITO, M. E. B. S. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSETO, M.E.B.; WHITACKER, M.A. (org.) **Cidade e campo**: reflexões entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M.E.B. **capitalismo e urbanização**. 14. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas sobre Epistemologia**. In: Cadernos Geográficos, Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. –n. 1(maio de 1999). Florianópolis: Imprensa Universitária, 1999.

UEDA, Vanda. **A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de Porto Alegre do início do século XX**. GEOUSP Espaço e Tempo. São Paulo, n. 19, p. 141-150, 2006.

VEIGA, J.E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores associados, 2002.

WERLANG, W. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA

Este questionário é parte integrante do projeto “Planejamento Ambiental da Quarta Colônia” desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e deseja compreender a realidade do morador através de uma entrevista para a qual, sua participação é muito importante.

**Observações:**

1. Poderão responder este questionário as pessoas **maiores de 16 anos**
2. O questionário deve ser aplicado nas residências dos moradores.

<b>Entrevistador:</b>			
<b>Município</b>		<b>Data:</b>	
<b>Hora início:</b>		<b>Hora Término:</b>	

### I. CARACTERÍSTICAS SOCIO-OCUPACIONAIS

**Perg 1. Esta casa é utilizada como:** (LER AS OPÇÕES)

a) Moradia	<b>1</b>
b) Comercio/serviço	<b>2</b>
c) Moradia e serviço	<b>3</b>
d) Outra. Qual?	<b>4</b>

**Perg. 2** Há quantos anos você mora nesta casa?

<b>1</b>	Até 1 ano	<b>2</b>	1 a 5 anos	<b>3</b>	6 a 10 anos	<b>4</b>	11 a 15 anos	<b>5</b>	15 ou mais
----------	-----------	----------	------------	----------	-------------	----------	--------------	----------	------------

**Perg 3.** Sua casa é: (LER AS OPÇÕES)

<b>1</b>	Própria	<b>2</b>	Alugada	<b>3</b>	Cedida	<b>4</b>	Outra: (ANOTAR):
----------	---------	----------	---------	----------	--------	----------	------------------

**Perg 4.** Quantas famílias moram neste terreno? (LER AS OPÇÕES)

<b>1</b>	Uma família (PASSE PARA PERG. 5)	<b>2</b>	Duas famílias	<b>3</b>	Três famílias	<b>4</b>	Quatro famílias ou mais
----------	----------------------------------	----------	---------------	----------	---------------	----------	-------------------------

#### CAUIDADO: Somente mais de uma família morando no terreno!

**Perg 4.1.** Moram na mesma casa? (LER OPÇÕES)

<b>1</b>	Sim	<b>2</b>	Não, moram em outra casa no mesmo terreno	<b>99</b>	Não respondeu	<b>77</b>	NSA
----------	-----	----------	---	-----------	---------------	-----------	-----

**Perg 5.** Qual o parentesco, idade e escolaridade das pessoas que moram nesta casa? (EM RELAÇÃO AO ENTREVISTADO)

Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade (séries cursadas e completadas)
Entrevistado			


**Perg 6.** Qual o total de cômodos (peças) de sua casa (inclusive cozinha e banheiros)?

<b>1</b>	1 a 3	<b>2</b>	4 a 6	<b>3</b>	7 a 9	<b>4</b>	10 a 13	<b>5</b>	Mais de 13
----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	---------	----------	------------

**Perg 7.** Quantos banheiros sua casa possui?

<b>1</b>	1 banheiro	<b>2</b>	2 banheiros	<b>3</b>	3 banheiros	<b>4</b>	4 ou mais banheiros	<b>5</b>	Não possui banheiro
----------	------------	----------	-------------	----------	-------------	----------	---------------------	----------	---------------------

**Perg 8.** Qual a sua principal ocupação? (LER AS OPÇÕES)

a) Empregado(a) com carteira assinada	<b>1</b>
b) Empregado(a) sem carteira assinada	<b>2</b>
c) Funcionário Público	<b>3</b>
d) Proprietário Rural	<b>4</b>
e) Estudante (PASSE PARA PERG. 9)	<b>5</b>
f) Autônomo (PASSE PARA PERG. 9)	<b>6</b>
g) No momento estou sem ocupação (PASSE PARA PERG.9)	<b>7</b>
h) Do lar (PASSE PARA PERG.9)	<b>8</b>
i) Aposentado (PASSE PARA PERG.9)	<b>9</b>
j)Outro:(ANOTAR) _____	<b>10</b>

**Perg 8.1.** Onde você trabalha? (LER AS OPÇÕES)

a) No município, zona urbana	<b>1</b>
b) No município, na rural	<b>2</b>
c) Em Santa Maria, zona urbana	<b>3</b>
d) Em Santa Maria, zona rural	<b>4</b>
f) Outro município: Qual: _____	<b>5</b>
g) NSA	<b>77</b>

**Perg 9.** Quantas pessoas contribuem na renda familiar? (LER AS OPÇÕES)

<b>1</b>	1 pessoa	<b>2</b>	2 pessoas	<b>3</b>	3 pessoas	<b>4</b>	4 pessoas	<b>5</b>	5 ou mais pessoas
----------	----------	----------	-----------	----------	-----------	----------	-----------	----------	-------------------

**Perg 10.** Qual a **principal** fonte de renda da família? (LER AS OPÇÕES)

a) Agricultura	<b>1</b>
b) Pecuária	<b>2</b>
c) Indústria	<b>3</b>
d) Comércio	<b>4</b>
d) Serviços	<b>5</b>
e) Serviço Público	<b>6</b>
f) Pensionista	<b>7</b>
g) Não tem fonte de renda definida	<b>8</b>

**Perg 11.** Contando com todos os membros da família que colaboram financeiramente, qual a renda mensal em salários mínimos da casa: (LER AS OPÇÕES) (O SALÁRIO NACIONAL EQUIVALE A 420 REAIS).

<b>1</b>	Até 1 SM	<b>2</b>	Até 2 SM	<b>3</b>	2 a 3 SM	<b>3</b>	4 a 6 SM	<b>4</b>	7 a 10 SM	<b>5</b>	Mais de 10 SM
----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	----------	-----------	----------	---------------

**Perg 12.** Agora vou ler uma lista de bens e gostaria de saber quais (você, as pessoas que moram neste domicílio) (possui, possuem) e a quantidade de cada um deles...(LER AS OPÇÕES)



	Quantos?			
a) Automóvel	0	1	2	3 ou mais
b) Microcomputador e/ou Notebook	0	1	2	3 ou mais
c) Telefone fixo	0	1	2	3 ou mais
d) Telefone celular	0	1	2	3 ou mais
e) Geladeira	0	1	2	3 ou mais
f) Máquina de lavar	0	1	2	3 ou mais
g) chuveiro elétrico	0	1	2	3 ou mais
h) TV a cores	0	1	2	3 ou mais
i) TV a cabo	0	1	2	3 ou mais
j) Parabólica	0	1	2	3 ou mais
l) Ar condicionado	0	1	2	3 ou mais
m) fogão a gás	0	1	2	3 ou mais
n) fogão a Lenha	0	1	2	3 ou mais
o) radio	0	1	2	3 ou mais

**Atenção: Se proprietário rural**

**Perg 13.** Quais os principais produtos que você produz na sua propriedade com fins comerciais?

---



---

**Perg 14.** Qual a sua avaliação sobre a produção nos últimos anos?

---



---

**Perg 15.** Você já tentou produzir outro tipo de cultivo na sua propriedade? Quais? Se sim, porque interrompeu a produção?

---



---

( ) Não

**Perg 16.** Se você tivesse um acompanhamento técnico e infra-estrutura adequada à sua propriedade você substituiria o principal produto produzido atualmente ?

---



---

**II. Deslocamento**

**Perg 17.** Além de utilizar o terreno para moradia, você o utiliza para alguma outra atividade? Se sim, qual seria a atividade **mais importante**. (LER AS OPÇÕES)

a) Não. Apenas para moradia	<b>1</b>
b) Sim, para criação de animais	<b>2</b>
c) Sim, para cultivo de horta ou pequenas plantações	<b>3</b>
d) Sim, para comércio (bar, mercearia, etc)	<b>4</b>
e) Sim, utilizo como local de trabalho	<b>5</b>
f) Sim, para atividades de lazer (hotel fazenda, pousada, restaurante)	<b>6</b>
g) Outro (ANOTAR): _____	<b>7</b>

**Perg 18.** Quais os principais serviços que você busca na sua cidade? (LER AS OPCOES) (MARCAR UMA OPÇÃO)

a) Atendimento médico hospitalar	<b>1</b>
b) Escola	<b>2</b>
c) Compra de produtos alimentícios	<b>3</b>
d) Compra de insumos agrícolas	<b>4</b>
e) Compra de vestuário	<b>5</b>
f) Busca de lazer como balneários, festas, etc.	<b>6</b>

**Perg 19.** Normalmente, qual a freqüência deste deslocamento?

a) 1 vez por mês	<b>1</b>
b) De 15 em 15 dias	<b>2</b>
c) 1 vez por semana	<b>3</b>
d) Quando tem necessidade	<b>4</b>

**Perg 20.** Qual o **principal** meio utilizado por sua família para se deslocar no município. (trabalho/residência) (LER AS OPÇÕES)

a) ônibus convencional	<b>1</b>
b) carroça/ cavalo	<b>2</b>
c) táxi	<b>3</b>
d) automóvel	<b>4</b>
e) bicicleta	<b>5</b>
f) motocicleta	<b>6</b>
g) a pé	<b>7</b>

**Perg 21.** Excluindo seu município, que outro(s) município(s) da região da Quarta Colônia você busca ou já buscou algum tipo de serviço?... Qual a freqüência?

<b>Município</b>	<b>X</b>	<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Freqüência?</b>
a) Agudo			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade
b) Dona Francisca			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade
c) Ivorá			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade
d) Faxinal do Soturno			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade
e) Nova Palma			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade
f) Pinhal Grande			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade

g) São João do Polêsine			1 vez por mês
			De 15 em 15 dias
			1 vez por semana
			Quando tem necessidade

**Perg 22.** Na sua avaliação, qual a qualidade dos seguintes serviços urbanos do seu município:

Serviço	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Desconheço	Não possui	NR
a) Transporte intermunicipal	1	2	3	4	5	6	7	77
b) Transporte rural-urbano	1	2	3	4	5	6	7	77
c) Serviço dos Correios	1	2	3	4	5	6	7	77
d) Coleta de lixo	1	2	3	4	5	6	7	77
e) Policiamento	1	2	3	4	5	6	7	77

**Perg 23.** Agora vou listar um conjunto de serviços e gostaria de saber se você ou sua família utiliza ou não:

Serviços	Utiliza	Não utiliza	NR
a) Escola fundamental	1	2	77
b) Escola de Ensino Médio	1	2	77
c) Unidade Básica de Saúde/ PSF	1	2	77
d) Hospital do município	1	2	77
e) Rádio Comunitária para enviar ou receber recados	1	2	77

**Perg 24.** Alguém na família é beneficiado com auxílio do governo federal como bolsa família, bolsa escola, etc.

1	Sim	2	Não (PASSE PARA PERG 25.)	77	NS/NR
---	-----	---	---------------------------	----	-------

**CUIDADO: Somente para resposta de recebe Auxilio do Governo!**

**Perg 24.1** Qual o tipo de auxílio:

a) Bolsa Escola/ Bolsa Família	1
b) PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	2
c) Outro. Qual?	3
d) NSA	99

**Perg 25.** Que locais você utiliza quando não está trabalhando e qual a frequência no uso? (LER AS OPÇÕES)

Ambiente de lazer	Utiliza	Raramente	Não utiliza
a) visitar vizinhos	1	2	3
b) bares	1	2	3
c) clubes/ associações	1	2	3

d) Prefiro ficar em casa	1	2	3
e) Outro: Qual	1	2	3

### III. Posicionamento em relação ao Meio Natural

**Perg 26.** Qual é a principal razão que o leva a morar neste município: (LER AS OPÇÕES) (MARCAR UMA OPÇÃO)

Motivo	
a) Valor do aluguel	1
b) Construção da casa própria (fugir do aluguel)	2
c) Falta de opção	3
d) Oportunidade de emprego	4
e) Proximidade a familiares	5
f) Sempre morou na localidade	6
g) Tranquilidade do local (segurança)	8
h) Proximidade de áreas verdes	9
i) Beleza natural da localidade	10

**Perg 27.** Há algum córrego/sanga próximo à sua casa?

1	Sim (PASSE PARA PERG. 24.1)	2	Não	3	Não sei
---	-----------------------------	---	-----	---	---------

#### CUIDADO: Somente para resposta afirmativa sobre o córrego/sanga!

**Perg 27.1** Na sua opinião, quais as condições deste córrego/sanga? (LER AS OPÇÕES)

a) O córrego está em boas condições	1
b) O córrego está em condições regulares	2
c) córrego está em péssimas condições	3
d) Não sei	4
e) NSA	77

**Perg 27.2** Na sua opinião, este córrego/sanga deveria ser: (LER AS OPÇÕES)

a) Limpo/ Despoluído	1
b) Canalizado	2
c) Desviado	3
d) Mantido em seu estado atual	4
e) Recuperado e utilizado como área de lazer	5
f) Outro. Como?	6
g) NSA	77

**Perg 27.3** Você utiliza as águas do córrego/sanga para alguma destas atividades? (LER AS OPÇÕES)

a) uso doméstico	1
b) uso agricultura e/ou pecuária	2
c) uso recreação e lazer	3
d) Não utiliza	4
e) NSA	77

**Perg 28.** O local onde está situada sua propriedade apresenta risco de deslizamento de terra?

1	Sim	2	Não	3	Não sei
---	-----	---	-----	---	---------

**Perg 29.** O local onde está situada sua propriedade apresenta risco de enchente?

1	Sim	2	Não	3	Não sei
---	-----	---	-----	---	---------

**Perg 30.** Em relação à beleza da paisagem natural presente no município. Você a considera: (LER AS OPÇÕES)

a) Excelente	1
b) Boa	2
c) Ruim	3
d) Péssima	4
e) Não sei	5

**Perg 31.** Qual o principal destino do lixo da sua casa?

a) Recolhido pela prefeitura	1
b) Queimado	2
c) Enterrado	3
d) Deposita no fundo do terreno	4
e) Terreno Baldio	5
f) lançado no córrego/sanga	6
g) reciclado	7

**Perg 32.** A água utilizada para consumo da família é retirada da: (LER AS OPÇÕES)

a) rede encanada	1
b) córrego/nascente	2
c) poço artesiano	3
d) cisterna	4

#### IV. ASSOCIATIVISMO

**Perg 33.** Na sua avaliação, qual o **principal** ponto positivo do município? (LER AS OPÇÕES)

a) Fácil acesso para o local de trabalho	1
b) Local próximo ao centro da sua cidade	2
c) Tranquilidade	3
d) Vizinhaça agradável	4
e) Segurança	5
f) Próximo a Santa Maria	6
f) Outro (ANOTAR)	7

**Perg 34.** Agora, na sua opinião, qual o **principal** ponto negativo do município? (LER AS OPÇÕES)

a) Falta de segurança	1
b) Falta de áreas de lazer para os moradores	2
c) Falta de melhorias na infra-estrutura (estradas ruins)	3
d) Vizinhaça	4
f) Tudo que necessito é distante	5
g) Falta de locais par comercialização dos produtos	6

y) Outro: (ANOTAR) _____	<b>7</b>
--------------------------	----------

**Perg 35.** Na sua opinião, o que deveria ser feito para melhorar a vida no município?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Perg 36.** Se você tivesse a possibilidade de mudar para outro município. Vc.... (LER AS OPÇÕES)

a) Mudaria	<b>1</b>
b) Não mudaria, pois gosta de morar aqui	<b>2</b>
c) Não sabe, nunca pensou sobre isso	<b>3</b>

**Perg 37.** Você participa de qual destas entidades? (MARCAR UMA OU MAIS OPÇÕES) (LER AS OPÇÕES)

a) Associação religiosa e/ou igreja	<b>1</b>
c) Partido Político	<b>2</b>
d) Entidade/associação ligada a questão específica (saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, etc)	<b>3</b>
f) Sindicato de Trabalhadores	<b>4</b>
g) Associação de Moradores	<b>5</b>
h) Conselho Municipal ou	<b>6</b>
h) Não participa de nenhuma entidade atualmente (VÁ PARA <b>PERG. 37.1</b> )	<b>7</b>

**CUIDADO: Apenas para que os que não participam de nenhuma entidade atualmente!**

**Perg 37.1.** Para o nosso estudo também é igualmente importante saber os motivos pelos quais as pessoas não participam de grupos, associações ou partidos. Qual o **principal motivo** porque você não participa? Você não participa porque...

(LER AS OPÇÕES) (MARCAR APENAS UMA OPÇÃO)

a) Não tem interesse em participar	<b>1</b>
b) Não tem tempo	<b>2</b>
c) Não tem recursos (dinheiro, informação, habilidade, etc)	<b>3</b>
d) Não adianta/ não resolve nada	<b>4</b>
e) Outros participam e resolvem o assunto	<b>5</b>
f) Prefere resolver sozinho os próprios assuntos	<b>6</b>
g) Espera que o governo resolva o (s) problemas(s)	<b>7</b>
h) Outro motivos (ANOTAR) _____	<b>8</b>
i) NSA	<b>77</b>

**Perg 38.** Agora vou ler uma lista de atividades e gostaria de saber com qual frequência você as faz. Com que frequência você... (LER UMA OPÇÃO POR VEZ...) sempre, às vezes, raramente ou nunca?

	<b>Sempre</b>	<b>Às vezes</b>	<b>Raramente</b>	<b>Nunca</b>	<b>NR</b>
a) Conversa sobre as questões da relação à localidade com m vizinhos	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>77</b>
b) Participa de alguma reunião para discutir os problemas do Município	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>77</b>
c) Conversa com os vizinhos sobre questões do dia-a-dia	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>77</b>
d) Solicita algum favor ao vizinho	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>77</b>

**V. PLANO DIRETOR**

**Perg 39.** Você sabe do trata o Plano Diretor de um município?

1	Sei	2	Não sei
---	-----	---	---------

**Perg 40.** Você ou alguém de sua família já participou de alguma atividade (Lançamento do Plano, Leituras Comunitárias, Audiências Públicas) promovida pelo Plano Diretor do município de (CITAR NOME)?

1	Sim	2.	Não	99	Não respondeu
---	-----	----	-----	----	---------------

#### VI. Aspectos de Patrimônio Cultural

**Perg 41.** Você diria que seu conhecimento sobre seu município seria:

a) Muito bom	1
b) Bom	2
c) Regular	3
d) Ruim	4
e) Me considero um desconhecedor	5

**Perg 42.** Se você tivesse que apresentar seu município para um visitante, que aspectos/características você destacaria? (RUA, PRACA, MUSEU, PORTICO, FESTA) (MAIS ALGUM ?)

---



---



---

**Perg 43.** Sobre estes aspectos você diria que se sente identificado por ele? Por qual motivo?

---

**Perg 44.** Para você quais municípios fazem parte da região da Quarta Colônia: (**NÃO** LER AS OPÇÕES)

a) Agudo	1
b) Dona Francisca	2
c) Ivorá	3
d) Faxinal do Soturno	4
e) Nova Palma	5
f) Pinhal Grande	6
g) São João do Polêsine	7
h) Restinga Seca	8
i) Silveira Martins	9
j) Santa Maria	10
l) Outro: Qual	11

**Perg 45.** Agora vou citar um conjunto de aspectos relacionados aos municípios da região da Quarta Colônia? Na sua opinião, qual a que **melhor caracteriza** a região? (LER AS OPÇÕES) (MARCAR APENAS UMA OPÇÃO)

a) culinária típica	1
b) religiosidade	2
c) paisagem da região	3
d) festas	4
e) construções	5
f) artesanato	6
g) Outro. Qual	7

**Finaliza a entrevista e agradece a colaboração do entrevistado.  
Fora dos olhos do entrevistado, preencher as informações referentes aos "Aspectos de**

visualização do local”.

**VII. ASPECTO DE VISUALIZACAO DO ENTREVISTADOR**

**Perg 46.** Casa do tipo:

<b>1</b>	Casa de Alvenaria	<b>2</b>	Casa de Madeira	<b>3</b>	Casa Mista	<b>4</b>	Material Alternativo
----------	-------------------	----------	-----------------	----------	------------	----------	----------------------

**Perg 47.** Número de pavimentos (andares) da casa:

<b>1</b>	1 pavimento	<b>2</b>	Dois pavimentos	<b>3</b>	Três pavimentos	<b>4</b>	Quatro ou mais pavimentos
----------	-------------	----------	-----------------	----------	-----------------	----------	---------------------------

**Obesvações:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



## APÊNDICE B - FORMULÁRIO ENTREGUE AS SECRETARIAS DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA.

Este formulário é parte integrante do Planejamento Ambiental da Quarta Colônia e busca conhecer algumas informações referentes aos serviços existentes no município. Por gentileza preencha os dados solicitados que são de extrema importância para o sucesso do projeto. Qualquer dúvida entre em contato com a equipe de elaboração.  
Obrigado.

<b>Município:</b>
<b>Data do preenchimento:</b>
<b>Nome do responsável pelo preenchimento:</b>
<b>Contato:</b>

### I. Organização Social

Assinale com um "X" se o município possui ou não alguma das entidades relacionadas:

#### 1. Entidades Federais:

Entidade	Possui	Não Possui
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais		
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária		
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística		
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural		
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial		
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa		
SENAT – Serviço Nacional do Transporte		
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial		

1.1 No Município existe alguma outra entidade de âmbito Federal?. Se sim, favor relacioná-la(s) abaixo:-

#### 2. Entidades Estaduais:

Entidade	Possui	Não Possui
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental		
FEPAGRO- Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária		
EMATER- Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural		
FEE -Fundação de Economia e Estatística		

2.1 No Município existe alguma outra entidade de âmbito Estadual? Se sim, favor relacioná-la(s) abaixo: \_\_\_\_\_

#### 3. Entidades Municipais:

Relacione o nome e sigla (quando existir) das entidades municipais existentes no município (Exemplo: Câmara de Diretores Lojistas –CDL-, Associação Comercial, Associação Industrial, Associação dos Apicultores, Associação dos Artesãos, Associação dos Criadores de Cavalos, etc)

Sigla	Nome da Associação

## II. Organizações da Sociedade Civil

### 1. Associações locais

Relacione o nome e sigla (quando existir) das organizações de bairro, comunidade ou região existentes no município de âmbito urbano e rural.

Sigla	Nome da Associação

Relacione o nome e sigla (quando existir) dos sindicatos existentes no município.

Sigla	Nome da Associação

### 3. Cooperativas:

Relacione o nome e sigla (quando existir) das cooperativas existentes no município.

Sigla	Nome da Associação

### 4 Organizações Não Governamentais (ONG's)

Relacione o nome e sigla (quando existir) das ONG's existentes no município.

Sigla	Nome da ONG's

### 5. Organizações Religiosas

Relacione o nome e número de organizações religiosas existentes no município. (Exemplo: Igreja Católica – quantidade:1; Igreja Luterana – quantidade: 2; Templo de Umbanda – quantidade: 3 Associação Espírita-Quantidade:4)

Nome da Associação	Quantidade


### 6. Organizações Culturais

Relacione o nome e sigla (quando existir) das entidades culturais existentes no município. (Exemplo: Associação Italiana, Associação Alemã, Associação dos Amigos do Livro, Associação Cultural dos Palotinos etc)

Sigla	Nome da Associação

### 6. Conselhos, Comissões e Comitês Municipais

Relacione o nome e sigla (quando existir) dos conselhos, comissões e/ou comitês existentes no município. (Exemplo: Conselho Municipal de Saúde, Educação, da Habitação, Assistência Social, Criança e Adolescente, Alimentação Escolar, Esporte, Desenvolvimento Agropecuário, Conselho Tutelar, Proteção ao Meio Ambiente, Idoso, Desenvolvimento Regional; Conselho da Educação; Comissão para Reforma do Ensino; Comissão para Merenda Escolar; Comitê da Bacia do Rio do Meio, Comitê de Combate a Fome e a Miséria etc)

Sigla	Nome da Associação	Quantidade

#### Outras:

Relacione o nome e sigla (quando existir) de algum outra modalidade de associação/conselho/ entidade existentes no município.

Sigla	Nome da Associação

## III. Rede de Ensino

### 1. Escolas Municipais:

Relacione o nome das escolas, número de alunos, quantidade de salas de aula, quantidade de professores, quantidade funcionários existentes no município.

Nome da Escola	N. de Alunos	Salas de Aula	Q. de Professores	Q. de Funcionários

### 2. Escolas Particulares:

Relacione o nome das escolas, número de alunos, quantidade de salas de aula, quantidade de professores, quantidade funcionários existentes no município.

Nome da Escola	N. de Alunos	Salas de Aula	Q. de Professores	Q. de Funcionários

### 3. Creche municipal:

Relacione o nome das escolas, número de alunos, quantidade de salas de aula, quantidade de professores, quantidade funcionários existentes no município.

Nome da Escola	N. de crianças	Salas de Aula	Q. de Professores	Q. de Funcionários

### 4. Creche particular:

Relacione o nome das escolas, número de alunos, quantidade de salas de aula, quantidade de professores, quantidade funcionários existentes no município.

Nome da Escola	N. de crianças	Salas de Aula	Q. de Professores	Q. de Funcionários

## IV. Equipamento de Saúde

### 1. Unidades de Saúde

Relacione os tipos de unidades de saúde públicas e privadas (hospital, clínica, posto de saúde etc), quantidade existente, número de leitos (quando for o caso), quantidade de funcionários e o tipo de atendimento fornecido (plantão 24 horas, 12 horas, regime especial etc) no município.

Unidade de Saúde	Quantidade	Número de leitos	Quantidade de Funcionário	Tipo de Atendimento

## V. Poder Público Municipal

### 1. Funcionalismo

Relacione funcionários existentes no município.

Prefeitura	Quantidade

--	--

## 2. Secretarias

Relacione o nome das secretarias existentes no município:

Secretaria Municipal

Sobre os tipos de serviços relacionados, informe o órgão responsável pelo seu fornecimento (município, estado ou união) e se o fornecimento abrange a área rural e urbana (se o fornecimento for parcial em alguma área, informar: exemplo: abastecimento de água – fornecimento na zona urbana e zona rural parcial)

Serviço	Responsável (município, estado ou união)	Fornecimento (Zona Rural e/ ou urbana)

## APÊNDICE C- BENS E SERVIÇOS DAS CIDADES DA QUARTA COLÔNIA

Bens e serviços	Agudo		Dona Francisca	Ivorá	Nova Palma	Pinhal Grande	Restinga Seca	São João do Polêsine	Faxinal do Soturno
Escolas	E.Fundamental	37	4	7	21	20	19	6	15
	E. Médio	2	2	1	1	1	1	1	1
Saúde	Unidades Básicas	4						3 estabelecimentos de saúde, 2 com internação	
	Hospitais	1	2	2	1		3		3
	Leitos hospitalares	64	1	1	1	1	1		1
Equipamentos culturais	Coral, grupo de artesãs e grupo de danças folclóricas alemãs			Museu, CTG, Ginásio, praças, Igreja	associação cultural, centro de pesquisas genealógicas, biblioteca pública	casa de cultura, biblioteca, museu, CTG	clubes, praças, viveiro municipal florestal, centro comunitário	Museu, Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica	
Delegacia de Polícia e Brigada Militar	Possui			Possui	Possui	Possui	Possui	Possui	Possui
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	8	3			5	1	12	10	
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	4				1			1	
Preparação de couro e fabricação de artefatos de couro	3						3		
Fabricação de produtos de madeira	7	1		3	1	3	8		
Edição, impressão e reprodução de gravuras	2						2		
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	5	1			3		3	6	
Fabricação de produtos de metal	6	2			3		4	1	
Fabricação de máquinas e equipamentos	3				1		2	2	
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1							1	
Fabricação de móveis e indústrias diversas	5	1			4		9	1	
Eletricidade	1					1			
Captação, tratamento e distribuição de água	1	1					1	1	
Construção	19	1		2	10		11	4	
Comércio e reparação de veículos automotores e comércio de combustíveis	26	2		1	9	4	10	2	



Se tivesse oportunidade mudaria para outra localidade	49% não mudaria, pois gosta de morar na cidade	37,4% não mudaria, pois gosta de morar na cidade	55,6% não mudaria, pois gosta de morar na cidade	53,2% não mudaria, pois gosta de morar na cidade	45,1% mudaria	46,2% não mudaria, pois gosta de morar na cidade	53,1% não mudaria, pois gosta de morar na cidade	
Participação social	56,3% entidades religiosas	71% entidades religiosas	85,7% entidades religiosas	96,3% entidades religiosas	75,5% entidades religiosas	56,8% entidades religiosas	70,3% entidades religiosas	
Aspecto que melhor caracteriza a região	Culinária (41,1%) e as festas (22,5%)	Culinária (35,5%) e as festas (21,5%)	Culinária (33,3%) e as paisagens (25,4%)	Paisagens (25,9%) religiosidade (24,1%), além das festas (18,5%)	Culinária (35,3%) e as paisagens naturais (20,6%)	Culinária (31,8%) e as festas (23,5%)	Culinária (48,4%) e as festas (28,1%)	
Cidades da Q.C mais visitadas pelos moradores	Dona Francisca (25,8%), Pinhal Grande (24,5%) e Faxinal do Soturno (21,9%)	Nova Palma (81,5%) e Faxinal do Soturno (92,6%)	Nova Palma (61,8%) e Faxinal do Soturno (91,1%)	Faxinal do Soturno (90,7%) e Dona Francisca (87%)	Nova Palma (92,9%) e Faxinal do Soturno (20,6%)	Agudo (33,3%) e Faxinal do Soturno (17,4%)	Faxinal do Soturno (68,8%)	

Fonte: Plano Diretor Ambiental da Quarta Colônia.

Org: Spolaor, S.